

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 11.700

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 9.000 • Ano VIII • nº 83

Angola e os
Não-Alinhados





*nosso petróleo
onde
é necessário...*

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Angola, terra da liberdade.



Saída de Luanda:
• sábados às 15 h
Saída do Rio de Janeiro:
• domingos às 10 h
Telefone (RIO): 262-8110



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

Está aí a Europa que não nos deixa mentir



“Habitados a conhecer as realidades do Terceiro Mundo através das análises de especialistas europeus e norte-americanos, não há como não se regozijar com o lançamento em língua portuguesa do Guia do Terceiro Mundo...”

“Seu mérito é ter confrontado números, que lhes pareciam às vezes incompletos, com aqueles que puderam recolher graças à pesquisa de intelectuais e cientistas independentes, notadamente da América Latina.”

“O livro tem outra particularidade: ele propõe uma classificação nova das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste.”

“... este Guia é uma ferramenta de trabalho necessária para todos aqueles que pretendem conhecer as realidades contemporâneas através do prisma do Terceiro Mundo.”

(LE MONDE DIPLOMATIQUE, agosto de 1985)

**GUIA DO
TERCEIRO
MUNDO**

**Uma publicação que não vê o mundo
com olhos dos países ricos**

A edição de 1986 será lançada em dezembro. Anote na sua agenda

Alan García: a dívida externa e o FMI

O problema da dívida externa continua sendo o ponto principal dos debates no cenário político da América Latina, tanto a nível de cada país, como no âmbito regional mais amplo.

A dívida, seu custo social e suas repercussões na economia de nossos países constituem-se, por isso mesmo, no assunto de maior destaque nos meios de comunicação, como também representam a tônica mais importante de pronunciamentos de chefes de estado deste hemisfério na Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Um dos mais taxativos discursos em relação ao problema foi o do presidente José Sarney, do Brasil, que afirmou que "a dívida externa não pode ser paga com a fome do povo". O presidente peruano, Alan García — um dos mais rigorosos críticos da política recessiva defendida pelo FMI — também tem feito importantes pronunciamentos. Ele chegou, mesmo, a mencionar a possibilidade de negociar diretamente com os países credores, à margem do Fundo.

Nossa matéria de capa, dedicada ao Peru, focaliza justamente esta temática, apresentando uma primeira análise da política assumida pelo governo aprista em seus primeiros anos de gestão.

Incluímos também nesta edição um *Especial* sobre as atividades da CIA em diversos países do mundo, que revela o poder e a extensão dos tentáculos da Agência Central de Inteligência. Ao mesmo tempo, nos chama a atenção sobre a cobertura dada pela grande imprensa ocidental às atividades da CIA.

Merece também destaque a matéria sobre a ofensiva de Moçambique e do Zimbábue que desarticulou a MNR (Resistência Nacional Moçambicana), movimento que os sul-africanos usam como fachada para acobertar suas atividades terroristas contra Moçambique.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista mensal nº 83
Outubro - 1985
Preço de capa: Cr\$ 9.000
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya,
Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Gutomar Belo Marques,
Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves, Artur
Poemer

Departamento de Arte:

Sonia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samaral

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza,
Helena Felção (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille
Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca e João de Abreu

Colaboradores: Gregório Selser, César Arias Quincot, Cedric
Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de
Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto
B. Mariani, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat
Filho, Herbert de Souza, Theotônio dos Santos, Ladislau
Dowbor, Luis Maira, Roger Rumrill, David Fig. A.W. Singham,
Alex Mashinini, Laurine Platsky, Ana Maria Urbina, Ligia
Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy,
Gridvia Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martinez, Deborah
Huttington, Alan Nairn, Rodrigo Jauberth, Ezequiel Dias,
Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando
Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris,
Abdul Na'ey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards,
Claude Alvares, Carlos Núñez, Pablo Maríñez, Mario de
Cautin, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim
Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno,
M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicaragua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Circulação em 70 países

EDIÇÕES REGIONAIS

Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Êtano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50

Telex: 42720 CTM-TE-P

Edições em espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguillar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-17-40 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S.A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belice City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. **EL Quijote**, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Praire News Agency, Chicago, Ill. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, Ill. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, DC. Bookworks, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Librairie Center. Paris. Ékinox, Biarritz. **GRÃ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenæum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Manágua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Caraná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Ojornal, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. **La Tertulia**, Río Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. **CEDEC**, São Domingos. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Librería Latinoamericana. Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideo. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Illet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto de capa: Beatriz Bissio

Aproveite já! Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas do jornal Nas Bancas, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do jornal Nas Bancas.
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do jornal Nas Bancas
1 assinatura da revista	4 semanas do jornal Nas Bancas

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 03 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag.central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 90.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 03 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag.central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 90.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 03 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag.central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 90.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Profissão: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em () cheque nominal ou () vale postal-ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.

Brinde escolhido:

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Tel.:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 83, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Forte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data: / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.

A HISTÓRIA ME ABSOLVERÁ

Fidel Castro
 Discurso de defesa de Fidel ante o tribunal de exceção do governo do Fulgencio Batista, por ocasião do simulacro de julgamento a que foi submetido pela ditadura cubana por ter comandado o assalto ao Quartel Moncada em 26/07/53. É uma vibrante defesa da democracia, uma denúncia contundente da violência policial, da corrupção governamental, do desprezo à lei e à vida humana. 112 pp.

E-61 Cr\$ 20.000



CONTRA VENTO E MARÉ

Grupo Aretio
 Obra coletiva de 47 jovens cubanos levados para o exílio, por seus familiares, à época da revolução. O livro apresenta a visão dos que, em bora vivendo "no meio de uma das comunidades mais reacionárias do mundo", reencontram-se com suas origens nacionais e culturais e, contra todas as probabilidades, identificaram-se com o processo revolucionário cubano. 204 pp.

E-60 Cr\$ 35.000



CUBA: ANOTAÇÕES SOBRE UMA REVOLUÇÃO

Eric Nepomuceno
 "Nada existe aqui que alimente as chantagens ideológicas destinadas a perpetuar a humilhação de muitos por poucos, mas tampouco são estas as crônicas do Paraíso Terrestre. As onze anotações de Eric Nepomuceno não dão argumentos e desculpas ao egoísmo e à indiferença, nem presentiam certezas mentirosas para salvar os covardes da dúvida." (Eduardo Galeano). 176 pp.

E-59 Cr\$ 30.000



O PROBLEMA DA VERDADE - TEORIA DO CONHECIMENTO

Jacob Bazarian
 O autor examina a verdade e seu critério (a práxis) à luz do materialismo dialético criativo e - pela primeira vez na história da filosofia - faz uma análise científica do papel da intuição no processo do conhecimento. Apresenta uma teoria original, que chama de intuição heurística, como método para descobrir a verdade e encontrar a solução de problemas pessoais e profissionais de qualquer espécie. 224 pp.

E-62 Cr\$ 35.000





6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

15 Editorial – De Cazombo a Gorongoza: mudanças na África Austral

17 Matéria de Capa – Peru: NÃO ao FMI

- 18 Pulso firme com os credores, *César Arias Quincot*
- 21 Mudança de rumo na economia
- 22 Silva Ruete: “Reestruturar a dívida”, *Beatriz Bissio*

América Latina

- 31 Uruguai: Um programa para Sanguinetti, *Carlos Núñez*
- 37 Iglesias: “Nossas democracias estão em jogo”, *Roberto Remo*
- 42 Guatemala: A rebelião social
- 44 El Salvador: A FMLN quer um diálogo público

África

- 46 Não-Alinhados: No epicentro da tormenta, *Neiva Moreira*
- 51 Angola: Nova invasão sul-africana, *João Melo*
- 54 Moçambique: A vitória de Gorongoza, *Carlos Cardoso*
- 60 África do Sul – Alfred Nzo: “O apartheid será ingovernável”, *Carlos Castilho*

Norte/Sul

- 64 A ONU chega à idade da razão, *Artur José Poerner*

Mulher

- 67 Nairóbi: Um final que foi começo, *Suzana Prates e Graciela Sapriza*

Ciência e Tecnologia

- 69 Um método revolucionário de combate à mortalidade infantil

Cultura

- 72 Galeano: “Sou um homem do meu tempo”
- 81 Notas
- 83 Especial – A CIA em ação
- 84 O atentado ao papa: como se inventa uma versão, *Horacio Castellanos Moya*
- 88 Confissões de um ex-“contra”
- 93 Duzentos mil dólares pelo “Mengele cubano”, *Héctor López*
- 96 Humor



Os Não-Alinhados em Luanda



Eduardo Galeano:
reflexões de um escritor



Para a CIA não há fronteiras

Cartas

Carta do Mês

Oposição no Zaire

Sou zaireense e vivo na República Popular do Congo, onde trabalho como professor do ensino secundário. Aproveitando as férias atuais, vim a Angola, mais precisamente à província de Cabinda como turista. Foi aqui que descobri cadernos do terceiro mundo, que li, aliás, com grande dificuldade por causa do meu insuficiente conhecimento da língua portuguesa. No entanto, apesar disso, li e continuo a ler com interesse, entre outros, o nº 70 do mês de outubro de 1984 e o Guia 1984/1985. O primeiro contém um artigo — que classifico de interessante — sobre o Zaire e cujo título é "OUA, o divisionismo de Mobutu" (página 7). O segundo, traça um quadro preciso e bastante completo do Zaire.

Depois dessa leitura, não posso classificar os cadernos de maneira diferente da que classifico a *Afrique-Asie*: uma revista engajada e combatente. Tendo vivido sempre em países de expressão francesa, não esperava, de modo algum, a existência de uma tal revista entre os de língua portuguesa: foi para mim uma grande surpresa. E não posso deixar de deplorar a não-existência de uma edição francesa da revista, tal como já existe em espanhol e inglês. Como seria benéfica para nós, intelectuais zaireenses engajados, a leitura da edição francesa de cadernos!

Ao ler os artigos acima citados sobre o Zaire, o meu país, senti-me simultaneamente emocionado e reconfortado... pela tomada de posição a respeito do abominável inimigo do povo trabalhador do Zaire: Mobutu, o agente do imperialismo e do sionismo, o aliado fiel do regime sul-africano. Penso, no entanto, que é meu dever fornecer-lhes uma informação que falta no seu capítulo sobre a oposição zaireense. Trata-se da existência de organizações políticas que atuam clandestinamente no próprio interior do Zaire e entre as quais, no Guia, é citada apenas a UDPS (União para a Democracia e o Progresso Social). Com exceção do MNC e do PRP (tendo o CLN e a FLNC deixado praticamente de existir), os "partidos" que menciono não possuem, que eu saiba, qualquer base, por clandestina que seja, dentro do nosso país. De resto, conforme observam, trata-se de "antigos dirigentes mobutistas que aspiram obter o apoio do Ocidente como 'peças de substituição' na hipótese de uma eventual queda de Mobutu".

A sua atividade visa, conforme

toda a gente pôde convencer-se depois do regresso dos "filhos pródigos" Mungul Diaka e Ngunza Karl I Bond, e da concentração de ex-dirigentes da Udos, muito simplesmente desacreditar a verdadeira oposição zaireense junto à opinião internacional e nacional.

Creio saber que, fora do Zaire, especificamente nos países da Europa ocidental, jovens exilados zaireenses lutam, embora de forma dispersa, contra o ditador de Kinshasa. Existem também, tanto quanto sei, partidos de oposição zaireenses cujas direções se encontram no estrangeiro, mas que contam com apoio (partidário) dentro do país. É o caso do Movimento Nacional Congolês Lumumba (MNC, ala dirigida por François Lumumba), do Partido da Revolução Popular (PRP) e de *Muungano wa Wanainchi wa Mapinduzi ya Kongo* (em *suahili*, significa "União de Patriotas para a Revolução no Congo"). Existe, finalmente, e sobretudo, aquilo que se poderá chamar, em minha opinião, a oposição interna — se bem que clandestina — e à frente da qual se encontra o Partido Comunista do Zaire (PCZ), nascido do Movimento de 17 de Janeiro (data da morte de Patrice Lumumba).

O Partido Comunista do Zaire, fundado em 1980 em Kinshasa e resultante da radicalização do Movimento de 17 de Janeiro (M. 17 J.), que surgiu, por sua vez, em abril de 1967, constituiu a vanguarda das massas trabalhadoras zaireenses. Em fevereiro de 1982, os seus esforços tendentes à unificação da oposição interna e externa, resultaram na criação, dentro do país, de uma frente comum de luta: a Frente Popular Revolucionária (FPR). Essa frente propõe-se a conduzir a luta armada contra o ditador.

Todos aqueles que se interessam pela situação do nosso país, o Zaire, deram-se conta da extrema excitação reacionária de Mobutu Sese Seko após os atentados de 1984 em Kinshasa e, mais recentemente ainda, depois das duas batalhas de Moba (região de Shaba, ex-Katanga) e da prisão, em junho passado, em Kinshasa e no Kivu, de quatro e, a seguir, de sete combatentes da Frente Popular Revolucionária que Mobutu apresentou à opinião pública como sendo "terroristas" formados na Líbia. E, no entanto, esses acontecimentos não são mais do que sintomas precursoros da luta armada preconizada pela FPR.

A grande dificuldade, o grande obstáculo que se ergue perante a nos-

sa Frente (a FPR) — dificuldade previsível e já pressagiada — é a hesitação, a desconfiança e até mesmo a reticência dos estados vizinhos progressistas. Sem o apoio deles seria extremamente difícil, ou mesmo impossível, o avanço da FPR.

Eis a informação, a ajuda, que desejava prestar ao guia do terceiro mundo 1984/85 no que se refere à oposição zaireense.

Gregório Igulu Maliba — Cabinda Angola.

Cuba: excelente cobertura

Parabenzamos os cadernos do terceiro mundo pela excelente matéria sobre a ilha de Cuba, publicada no nº 81. Para nós, latino-americanos, a vitória e a consolidação da revolução socialista em Cuba, país com traços culturais bem próximos aos nossos, representa a justeza da proposta socialista para a América Latina e, consequentemente, para o Brasil. Fazemos votos de que essa publicação terceiro-mundista continue nessa linha certa de trabalho.

Helio Rosetti Jr. — Vitória — ES — Brasil

Informática sob pressão

Meus cumprimentos pelo nº 81 de cadernos, sobre Cuba. Coincidentemente, a informática no Brasil é tratada com detalhes, justamente quando pressões maiores se manifestam por parte dos Estados Unidos, tentando anular a reserva de mercado estabelecida em nosso país.

Maurício Corrêa — Brasília — DF — Brasil

A década da mulher

O melhor trabalho sobre a mulher acaba de ser visto na edição nº 80 de cadernos. Acredito que a mulher florescerá cada vez mais entre todos os povos e culturas, em todos os níveis do conhecimento humano. (...) Aproveito para agradecer as mais de 500 cartas que recebi de pessoas de todo o país, e mais Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique e principalmente Angola. Estou com um acúmulo muito grande de trabalho; peço, portanto, através de cadernos, a todas essas pessoas que aguardem um breve e próspero contato da minha parte.

Cleber E. Corrêa — Rio de Janeiro — Brasil

A agressão à Namíbia

(...) É inadmissível que países como Estados Unidos, Inglaterra e tantos outros pratiquem, segundo seus interesses, arbitrariedades contra o

povo da Namíbia. Violam todos os tratados, desrespeitando a ONU e a resolução que proíbe a exploração de riquezas minerais na Namíbia; financiam o governo de Pretória, apoiando o *apartheid*. Com isso, provocam uma guerra que vem se alastrando há anos na Namíbia, e que acarreta a morte de milhares de crianças, jovens e velhos...

A igreja, através de seu representante João Paulo 2º, condena o regime do *apartheid*, que esmaga os direitos humanos básicos, provocando a crescente perda de vida nos conflitos raciais. (...) Mesmo os norte-americanos já reconhecem que o regime da África do Sul é uma vergonha.

(...) Por outro lado, o Brasil toma agora na "Nova República" uma posição não de neutralidade, mas de um país que mantém a sua soberania e a dignidade do seu povo. As sanções contra a África do Sul, proibindo a venda de armas e petróleo, o intercâmbio cultural, esportivo e técnico, são extremamente coerentes. Provam que o nosso país está altamente revoltado com a política da África do Sul (...).

José Toledo — Brasília — DF — Brasil

Os 10 anos da revista

Apesar de não ser assinante de cadernos, sou leitor antigo desta excelente revista dedicada às nações e sobretudo aos explorados e sofridos povos do Terceiro Mundo.

Há muito tempo cadernos se tornou uma das publicações da minha preferência. Hoje, quando comemora 10 anos de compromissos assumidos com a verdade e a luta pela libertação dos povos do Terceiro Mundo, gostaria de desejar que essa revista ainda se faça presente por muitos anos no cenário brasileiro e internacional.

Edmon Nimer — Rio de Janeiro — Brasil

Atentado contra a liberdade de imprensa

Gostaria de fazer chegar ao conhecimento dos leitores dessa revista um fato ocorrido no Panamá, que representou mais um atentado à liberdade de imprensa na América Latina. Em carta que recebi recentemente do *Centro de Capacitación Social*, editores da revista "Diálogo Social", dão conta da invasão do prédio onde funciona a publicação alternativa autônoma, na noite de 18 para 19 de agosto, quando "elementos estranhos" violaram quase toda a documentação e os arquivos existentes no local, além de furtarem duas máquinas de escrever portáteis, dois editores e ainda quantia superior a 100 dólares.

No dia seguinte, de madrugada, foi incendiado um automóvel pertencente a uma família residente ao lado da sede da revista, felizmente não ocasionando nenhuma vítima.

Segundo os diretores de "Diálogo Social", o ataque pode fazer parte "de uma campanha de caráter intimidatório e desestabilizador" e demonstra os riscos que correm os que se atrevem a "denunciar os verdadeiros opressores da nossa querida América Latina: o imperialismo norte-americano e seus aliados locais".

Como jornalista e defensor da liberdade de imprensa, faço o registro e me solidarizo com nossos colegas do Panamá, vítimas dessa agressão traiçoeira.

Orlando Oliveira — Rio de Janeiro — Brasil

Dos jovens uruguaios

Por meio da presente, enviamos nossos sinceros cumprimentos pela publicação que editam, a qual, por ser de sumo interesse, recebemos mensalmente através de nossa assinatura.

O Foro Juvenil é uma instituição que se dedica à promoção integral da juventude em todas as suas

áreas e atualmente preside o Comitê Nacional Não-Governamental para o Ano Internacional da Juventude.

Cristina Rodríguez (Foro Juvenil) — Montevideu — Uruguai

Como assinar "cadernos"

Recebemos três números de cadernos do terceiro mundo (...) Realmente nos interessa muito o conteúdo da revista. Basta dizer que o informativo de rádio que enviamos a 150 emissoras de língua espanhola na América Latina se intitula também "Terceiro Mundo".

Queremos receber regularmente a revista na edição espanhola. Como fazer para assinar cadernos do terceiro mundo?

Jorge Gómez M. (diretor de "Chasqui Huasi") — Santiago — Chile.

O motivo da presente é solicitar informações acerca de como fazer a assinatura de cadernos do terceiro mundo. Estou produzindo há quatro anos um programa de rádio dedicado à divulgação das culturas indígenas americanas e sua luta atual a partir das organizações comunitárias de base. O programa tem duração de uma hora e meia e é transmitido pela Rádio Universidade Nacional de Córdoba. A partir dele, pretendo contribuir para a luta de transformação da realidade, de um sistema que só traz para os nossos sofridos povos opressão, injustiça, fome.

Teresa Cosci — Córdoba — Argentina.

Em função dos altos custos postais, a assinatura anual da edição em espanhol de cadernos do terceiro mundo custa o equivalente a US\$ 20 considerando-se o câmbio oficial da época em que for efetuada. A importância pode ser enviada em cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) para a Editora Terceiro Mundo Ltda, Rua da Glória, 122, grupos 104 a 106, Rio de Janeiro — RJ — CEP 20241.

Intercâmbio

- Goretty Batista
Juncal 170,
9260, Praia da Vitória, Açores
- Aciate Faguir
Café África,
Av. 24 de Julho, 2182
Maputo, Moçambique
- Manuel Miguel Adão Paulo
C. P. 5880
Luanda, Angola

- Sergio Ricardô P. Ferreira
Rua XV de Novembro, 763 apt. 114
Taubaté — SP — CEP 12100 — Brasil
- Luiz Betti Peres Elguay
Rua Pedro Gabbi, 191 — Vila Argiles
Santana do Livramento — RS —
CEP 97.570 — Brasil
- Marcos Antônio de Moraes
Av. Monsenhor Tabosa, 1521 /
apt. 101
Aldeota — Fortaleza — CE
CEP 60.000 — Brasil

- Sebastião Antônio dos Santos
C. P. 6558,
Luanda, Angola
- João Sebastião Antônio "Jerônimo"
Bairro Comandante Nelito Soares,
Rua de Gaia C-5 B/1 apt. 1,
C. P. 6043,
Luanda, Angola
- Felisbino S. Joaquim "Maninho"
Rua da Ambaka,
C. P. 6043,
Luanda, Angola

Cartas

- **Delfina do Rosário**
C. P. 300 — Namibe — Angola
- **Mateus Bana**
C. P. 1762
Beira, Moçambique
- **Sebastião A. dos Santos "Santinho"**
Posta Restante dos C. T. T.,
Precol, Luanda, Angola
- **Emílio Maria José da Silva**
C. P. 1768,
Benguela, Angola
- **Rui Graça Vintial**
Bairro Kamunda,
C. P. 1153,
Benguela, Angola
- **Bunga João dos Santos**
Rua F — Casa 114, Bairro Neves
Bendinda, C. P. 2025,
Lunda, Angola
- **Germano Alberto Tavares de Sousa**
Rua da Extremadura, Casa 124,
Luanda, Angola
- **Augusto H. Estêvão Mondlane**
Av. Emília Dáusse, 68
Maputo, Moçambique
- **Domingos Francisco Martins**
C. P. 6363,
Luanda, Angola
- **Arlindo João Gomes**
Rua Amilcar Cabral, 187, apt. 31,
3º andar, Maianga, Luanda, Angola
- **João Miguel Bernardo**
C. P. 16359,
Luanda, Angola
- **Carlos Alberto César**
a/c Maria Augusta,
C. P. 343 — S. I. T. A. L.
Benguela, Angola
- **Carla Marina de Nascimento Will**
a/c João Pascoal Will,
C. P. 81, Benguela, Angola
- **Nair Cristiana da Silva Pilartes**
a/c Maria Augusta,
C. P. 343 — S. I. T. A. L.
Benguela, Angola
- **Antônio Moreira (Podre)**
a/c Maria Augusta,
C. P. 343 — S. I. T. A. L.
Benguela, Angola
- **Maria Cecília Augusta (Cycy)**
C. P. 343 — S. I. T. A. L.
Benguela, Angola
- **Luiz E. Baptista**
C. P. 6662 — C
Luanda, Angola
- **André José Lopes**
Rua Luther King, 50
Bairro Maculusso — Ingonsota
Luanda, Angola
- **João Miguel Bernardo**
C. P. 16359
Luanda, Angola
- **Horácio Guilherme Cezar Jeú**
C. P. 362
Benguela, Angola
- **Antônio José Cândido**
Apartado 783
Benguela, Angola
- **André Sambo**
Apartado 790
Benguela, Angola
- **José R. Fialho da Silva e R. Neto**
C. P. 2659 — a/c Lucas Mendes Tavares
Luanda, Angola
- **Pedro João Garcia Adão**
Rua Ramalho Ortigão, 39,
Luanda, Angola
- **Elias Francisco "EDY"**
C. P. 2476
Benguela, Angola
- **Silvano Sangiorgi**
Via Carlo de Cristoforis, 15
20124 Milão, Itália
- **Anastásio Joseph Ntikama**
a/c B. Geraldo Soares,
P. O. Box 2782,
Maputo, Moçambique
- **Humberto Geremias de Souza**
Rua Potiguaçu, 213 — Itanhaém —
São Paulo — SP — CEP 11740 —
Brasil
- **Renivaldo Albuquerque Leite**
Rua Jamaica, 100 / apt. 603 —
Imbiribeira — Recife — PE —
CEP 50.000 — Brasil
- **Daniel Lima Veras**
C.P. 48 — CEP 90.000 — Brasil
- **Dário Antônio P. Marchesini**
Av. José Barros Reis, 22 —
Dois Leões — Salvador — BA —
CEP 40.000 — Brasil
- **Maria de Fátima Lima Craveiro**
Rua dos Lírios, Lote C — R /c Dto.
2725 Mem — Martins (rede Lisboa)
Portugal
- **Joaquim Domingos**
4/ M, 9696 — C. P. 185'84 C —
Luanda — Angola
- **Mário Fumanga Chapéu**
Rua Santo Miguelito, Lote 6 —
Quadra 1 — Duque de Caxias — RJ —
CEP 25.000 — Brasil
- **Carlos Manuel**
C.P. 120 — Ao c/ de Maria Manuela —
Luanda — Angola
- **Juca Paulo**
C.P. 1684 — a/c de Amândio Tomás
Benguela — Angola
- **Marinês M. Teixeira**
Rua Antero Gomes Leite, 159
Belvedere — Belo Horizonte — MG
CEP: 30.000 — Brasil
- **Pedro de Sá Lemos**
C. P. 5206 — Luanda — Angola
- **Osório Garcia**
Rua dos Pampas, 484
Belo Horizonte — MG
CEP: 30.460 — Brasil
- **Tito Manoel Jorge**
C. P. 3945 — Luanda — Angola
- **Breno Veríssimo Gomes**
Rua Gonçalves Dias, 567/b. C. apt. 22
Campo Grande — MS — CEP: 79.100
Brasil
- **José Luis Mateus Alexandre Lito**
C. P. 1899 — Benguela — Angola
- **Vilmar de Souza Miranda**
Pça. Henrique Vieira, 235 — Areado
MG — CEP: 37.140 — Brasil
- **Gilvan Freire Pereira**
Av. Augusto de Lima, 1096/apt. 701
Belo Horizonte — MG — CEP: 30.000
Brasil
- **Ivanaldo R. da Cunha Carcará**
Rua Fuad Assad Salha, 11
Díx — Sept — Rosado — Natal — RN
CEP: 59.000 — Brasil
- **Leila Maria Dias Nascimento**
Rua Alvares de Azevedo, 32/apt. 304
Icaraí — Niterói — RJ — CEP: 24.230
Brasil
- **Manuel Jorge Joaquim**
Hospital Central da Beira,
C. P. 1613,
Serviço de Psiquiatria
Beira, Moçambique
- **Manuel Daniel**
Emman Mark, C. P. 6464
Luanda, Angola
- **Beatriz N. L. Velame**
Rua Alto da Itinga, 119 —
Lauro de Freitas — BA
CEP: 42.700 — Brasil
- **José Melchades Costa da Silva**
Av. Tiradentes, 90/apt. 204
Caminho de Areia — Salvador
CEP: 40.000 — Brasil
- **Lenivaldo Albuquerque Leite**
Rua Jamaica, 100/apt. 603
Imbiribeira — Recife — PE
CEP: 50.000 — Brasil
- **Daniel Lima Veras**
C. P. 48 EBTC — Porto Alegre
RS — CEP: 90.000 — Brasil
- **Dário Antônio P. Marchesini**
Av. José Barros Reis, 22
Dois Leões — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- **Maria de Fátima Lima Craveiro**
Rua dos Lírios, Lote C — R /c Dto.
2725 Mem — Martins (rede Lisboa)
Portugal
- **Joaquim Domingos**
4/M, 9696 — C. P. 185'84 C
Luanda — Angola
- **Mário Fumanga Chapéu**
Rua Santo Miguelito, Lote 6
Quadra 1 — Duque de Caxias — RJ
CEP: 25.000 — Brasil
- **Carlos Manuel**
C. P. 120 — Ao c/ de Maria Manuela
Luanda — Angola
- **Juca Paulo**
C. P. 1684 — a/c de Amândio Tomás
Benguela — Angola
- **Oscar Rodrigues**
Lanus, 6028/Bl. 2 apt. 304
Montevideu — Uruguai

México: o preço do terremoto

□ “A única opção possível para sair da longa crise que o México enfrenta é a decretação da moratória do pagamento da sua dívida externa, de cerca de 95 bilhões de dólares, a segunda maior da América Latina”. Esta foi a surpreendente opinião do episcopado mexicano, menos de um mês após os dois terremotos que destruíram quase um terço da capital daquele país.

Em 8 de outubro, o porta-voz da conferência episcopal mexicana, Francisco Ramírez Meza, afirmou que a hierarquia católica — ao divulgar tal opinião — recuperava na prática as colocações feitas pelo papa João Paulo 2º sobre o problema da dívida da América Latina.

Ramírez Meza explicou que a posição inicial do clero propunha “pagar sem causar sofrimentos ao povo”, mas que depois do terremoto de 19 de setembro, a tarefa imediata é a reconstrução, que não pode ser subordinada a outros compromissos.

Por sua vez, o arcebispo do México, cardeal Ernesto Corripio Ahumada, de tendência conservadora, estimou que uma moratória “ajudaria nosso país”, acrescentando, porém, que este é um tema que merece um maior debate.

“As recomendações do papa sensibilizaram muitas pessoas e, no caso mexicano, permitiram compreender que não podemos pagar de imediato, enquanto tenhamos o problema da reconstrução sem resolver”, indicou o porta-voz do episcopado.

A nova posição adotada pelo clero coincidiu com uma acumulação de declarações em favor da moratória, divulgadas nos dias anteriores por várias forças políticas e sindicais. Neste sentido,

foi sumamente importante o pronunciamento feito pelo influente senador e dirigente Angel Aceves, do partido do governo, o Partido Institucional Revolucionário (PRI), que também afirmou ser “impagável” a dívida externa do México.

As declarações de Aceves foram as primeiras feitas por um alto representante governista, que incluíram o conceito de “impagável” com respeito à dívida, no momento em que amplos setores da oposição reclamam um profundo debate do tema.

Angel Aceves, que é também diretor do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes) do PRI, descartou ainda a possibilidade do governo do presidente Miguel de la Madrid declarar uma moratória unilateral, porque “as medidas que se tomariam contra o México por parte dos credores seriam tão severas, que não teríamos sequer insulina para os diabéticos”.

Os partidos políticos de oposição acham que o México deve adotar uma nova orientação frente aos credores externos

e reclamam uma profunda reorientação no manejo da dívida. Por sua vez, o veterano dirigente sindical, Fidel Velázquez, secretário-geral da Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM), que reúne mais de 4 milhões de filiados, disse também que o país “não pode se submeter mais a um regime de maior austeridade”. Velázquez pediu ao governo de Miguel de la Madrid que modifique “as regras do jogo” e ouça a opinião do movimento operário, já que este não foi consultado para a assinatura de acordos e cartas de intenção com o FMI. O líder da CTM acrescentou que ainda não é oportuno falar de moratória, mas — admitiu — “se não há outra solução, talvez essa seja a única opção”.

No mesmo dia 8 de outubro, quando a imprensa local e as agências internacionais divulgaram tais opiniões, o governo do presidente De La Madrid solicitava a seus credores cerca de 7 bilhões de dólares em empréstimos para enfrentar os custos do terremoto e para “evitar qualquer fracasso” no seu pro-

“A incerteza gerada pela catástrofe obrigou a sociedade civil mexicana a repensar suas condições de vida”



grama econômico de austeridade. Além desse pedido, soube-se também que o governo tenta conseguir outros 2,75 bilhões de dólares junto a bancos comerciais e uns 2 bilhões em ajuda bilateral e créditos adicionais.

Após essas novas gestões, a oposição parlamentar censurou o ministro da Fazenda, Jesus Silva Herzog, a quem se atribuiu a violação do Artigo 73 da constituição do país, segundo o qual somente o Congresso está capacitado para aprovar a contratação de novos empréstimos. Antes da ocorrência dos terremotos, o governo afirmara que necessitaria de 2 a 3 bilhões de dólares. Depois da catástrofe, porém, os cálculos oficiais de financiamento externo pularam para quase 10 bilhões.

Num comunicado aos banqueiros internacionais, a secretaria da Fazenda afirmou que o

México deseja cumprir com as suas obrigações externas e que inclusive tinha planejado pagar em dia os 950 milhões que devia liquidar entre 1º de outubro e 4 de novembro, como amortização ao principal da dívida. Mas — acrescentou — os recentes terremotos “nos obrigaram a cuidar primeiro dos nossos cidadãos”. De acordo com a informação oficial, limpar os escombros deixados pelo sismos, reconstruir os edifícios essenciais (cerca de 1.300 prédios caíram), restaurar o serviço telefônico e reparar o sistema de distribuição de água, teria um custo superior aos 3 bilhões de dólares. A mesma fonte também considerou que os custos da reconstrução nos próximos três meses serão de 500 milhões de dólares e que, “devido ao impacto psicológico dos terremotos”, a renda oriunda do turismo diminuirá em 300

milhões de dólares. A embaixada dos Estados Unidos no México, por sua vez, estimou que os custos da reconstrução sobem a mais de um bilhão de dólares.

O México está praticamente sem reservas cambiais no seu Banco Central. Os donativos oferecidos por 43 países e organismos internacionais até o dia 24 de setembro somavam 10 milhões de dólares, cifra importante mas não suficiente para o desafio da reconstrução que estão tendo que enfrentar o povo e o governo mexicanos. Isto explica, talvez, porque os habitantes dos bairros pobres de Morelos, Tepito, Guerrero, Santa Maria, Puebla e Janitzio, desfilarão em silêncio pelas ruas centrais da cidade, levando cartazes e faixas que diziam: “Moratória! Com o dinheiro que se paga a dívida, poderiam ser construídas residências”

África do Sul: UDF critica coalizão liberal

Os principais dirigentes da Frente Democrática Unida (UDF) afirmaram que a recentemente formada Convenção Nacional, reunindo brancos liberais e negros moderados da organização Inkhata, “prestará um desserviço à luta contra o *apartheid* se não partir do princípio de que toda a estrutura do racismo deve ser extinta imediatamente”. A Convenção reúne membros do Partido Federal Progressista liderados por Frederick Van Zil, e os seguidores de Gatsha Buthelezi, o controverso dirigente da Inkhata, uma organização que reúne integrantes do grupo étnico zulu e que aceita negociar com o governo racista.

A Convenção Nacional pretende se colocar como um gru-

po intermediário entre a UDF e o governo na crise atual. Mas o seu poder de barganha sofreu um sério golpe, quando logo após a criação da aliança moderada, um dos fundadores do movimento, o arcebispo Denis Hurley, afirmou que ele teria que negociar com a UDF para ganhar credibilidade política. Hurley, que é também presidente da Conferência de Bispos Católicos da África do Sul, disse que sem a Frente Democrática Unida, “a Convenção Nacional não conseguirá nada”.

A possibilidade de um entendimento entre a Convenção Nacional e a UDF é muito reduzida porque os adeptos de Gatsha Buthelezi têm hostilizado sistematicamente os membros da Frente, usando até mesmo a violência.

A Inkhata é acusada de colaborar com os esquadrões da morte organizados pelos ultra-racistas para eliminar os principais dirigentes da campanha contra o *apartheid* na África do Sul. Além disso, a UDF se nega a qualquer negociação enquanto seus principais líderes continuarem detidos. A aliança dos liberais com Buthelezi foi também rechaçada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) que acusou os membros da coalizão de tentarem “dispersar e confundir os que lutam por mudanças radicais no sistema de discriminação racial vigente no país”.

Tanto o ANC como a UDF afirmam que qualquer negociação com o governo só acontecerá depois da libertação de Nelson Mandela e do fim das leis que negam direitos políticos à maioria negra da África do Sul. Já a Convenção Nacional acredita que as conversações podem ser feitas dentro do sistema legal imposto pela minoria racista e antes da libertação de presos políticos.

Honduras: nove candidatos presidenciais

□ As eleições presidenciais do dia 24 de novembro em Honduras serão disputadas por um número recorde de candidatos em toda a história política deste país centro-americano. Quatro dos nove candidatos à sucessão do presidente Roberto Suazo Córdova pertencem ao Partido Liberal, atualmente no poder. O principal partido oposicionista, o Partido Nacional, apresentou três candidatos. Os outros dois concorrentes foram indicados pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pelo Partido de Renovação e Unidade (Pinu).

Cerca de 1.800 mil hondurenhos devem votar nas próximas eleições nas quais serão escolhidos além do presidente da Re-

pública, mais 132 deputados da Assembléia Nacional e 283 membros de conselhos municipais. O elevado número de candidatos presidenciais resultou de um acordo político firmado em maio deste ano quando os diversos partidos resolveram aceitar o surgimento de vários nomes para evitar que a luta interna em cada um deles provocasse um fracasso generalizado.

O acordo estabelece que na apuração o Tribunal Eleitoral somará os votos de todos os candidatos de uma mesma legenda e apontará como vencedor o candidato mais votado do partido que ganhar a maioria dos votos. Os meios políticos hondurenhos afirmam que o futuro presiden-

te será um membro do Partido Liberal ou do Nacional, ambos de tendência direitista. Os candidatos do Partido Liberal são José Azcona, Efraim Bu Giron, Oscar Mejía Arellano e Carlos Roberto Reyna. Entre os nacionalistas se encontram Rafael Leonardo Callejas, Juan Pablo Urrutia e Fernando Lardizabal. Os candidatos do PDC, Hernán Corrales Padilla, e do Pinu, Enrique Aguillar Paz não têm chances eleitorais.

As pesquisas de opinião indicam José Azcona (liberal) e Rafael Callejas (nacionalista) como os favoritos. Os dois, no entanto, estão sendo obrigados a enfrentar uma violenta onda de acusações. Azcona enfrenta o questionamento de sua cidadania hondurenha, porque estudou e prestou serviço militar na Espanha, enquanto Callejas é acusado de irregularidades quando ocupava altos cargos na administração pública durante governos militares anteriores.

Zimbábue: Zanu e Zapu analisam divergências

□ O partido no governo, Zanu e o seu ex-aliado, Zapu, hoje na oposição, concordaram em realizar conversações para resolver agudas divergências surgidas desde a independência do Zimbábue, em 1980. Os dois partidos lutaram juntos na Frente Patriótica contra o regime racista de Ian Smith, mas depois se dividiram quando a Zanu conseguiu a maioria absoluta dos votos na eleição que levou Robert Mugabe à chefia do governo.

Mugabe incluiu vários dirigentes da Zapu no seu ministério logo após a independência, mas o envolvimento de dirigen-

tes do partido chefiado por Joshua Nkomo com grupos terroristas acabou provocando um confronto direto entre as duas organizações. Mugabe acusa Nkomo de proteger os grupos armados, compostos em sua maioria por ex-guerrilheiros da Zapu e que se mostram muito ativos na província de Matabele. Quando o serviço secreto sul-africano passou a dar ajuda aos dissidentes da Zapu, as relações do governo com o partido oposicionista se tornaram extremamente hostis.

Nas últimas eleições gerais realizadas no Zimbábue, a Zanu

obteve uma votação esmagadora em todas as províncias do país, menos em Matabele, onde a Zapu ganhou todas as cadeiras em disputa. Isto levou muitos jornais estrangeiros a afirmar que o Zimbábue estava caminhando para o aprofundamento de uma divisão política em termos raciais, já que a Zanu reúne a maioria dos membros da etnia *shona*, enquanto a Zapu engloba os *ndabele*.

As conversações sobre unidade, anunciadas no final de setembro, abrem no entanto a perspectiva de um degelo na crise, mas a solução definitiva dos atritos entre a Zanu e a Zapu parece difícil a curto prazo. Joshua Nkomo aceitou a participação de seu partido, embora ele pessoalmente não venha a integrar a delegação da Zapu, o mesmo acontecendo com Mugabe, pelo lado da Zanu.

Mais que um disco, a realização
de um desejo



"Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática."

Radamés Gnattali

No disco: *Carinhoso* — Pixinguinha/João de Barro, *Ponteio* — Edu Lobo/Capinam, *Corcovado* — Tom Jobim, *Cochicho* — Pixinguinha, *Preciso Aprender a Ser Só* — Marcos/Paulo Sergio Valle, *Manhã de Carnaval* — Luiz Bonfá/Antonio Maria, *Chovendo na Roseira* — Tom Jobim, *Do Lago à Cachoeira* — Sergio Ricardo e *Nova Ilusão* — José Menezes/Luiz Bittencourt.

Realização: Discos Terceiro Mundo — Libertas — F. Mario Produções Artísticas

Pedidos: Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória, 122 — grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — Cep 20241 — Tel.: 242-1957

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber (disco(s) de Radamés Gnattali. (Cr\$ 45.000, cada). Estou efetuando meu pedido por:

- () Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
() Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

Data: / /

comprador

Nome:

Endereço:

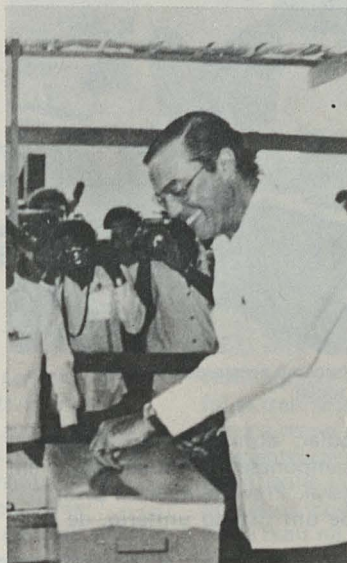
Bairro: Cidade:

Estado: Cep.: Profissão:

Panamá: a volta à linha de Torrijos

□ O novo presidente do Panamá, Eric Arturo Delvalle, vai endurecer as negociações com o Fundo Monetário Internacional e restabelecer a participação efetiva do país no Grupo de Contadora, que procura impedir uma intervenção militar norte-americana na Nicarágua. O vice-presidente Eric Delvalle assumiu a presidência na manhã do dia 28 de setembro, depois da renúncia de Nicolás Ardito Barletta, cujo apoio à política monetarista do FMI tornou insustentável sua posição tanto no governo como no Partido Revolucionário Democrático (PRD).

A mudança de presidente aconteceu depois de um longo processo de atritos dentro do PRD, onde a maioria dos políticos não estava de acordo com as concessões que Barletta pretendia fazer ao Fundo. Também as forças armadas e amplos setores do empresariado não estavam de acordo com o liberalismo monetarista. Com isto, se formou uma ampla maioria que



Nicolás Ardito Barletta

resolveu pedir a renúncia de Barletta como única alternativa possível para impedir que a insatisfação popular com as medidas de austeridade colocasse em xeque a posição nacionalista do partido, cujos ideais se inspiram

nas propostas do falecido general Omar Torrijos.

Eric Delvalle é um importante empresário do setor agropecuário do Panamá, além de ser líder do Partido Republicano, um dos partidos que formam a aliança governista liderada pelo PRD. O novo presidente deverá colocar o Panamá numa posição totalmente solidária com os demais países latino-americanos que exigem uma renegociação política da dívida externa do continente.

No terreno diplomático, a mudança de presidente deve também ter como resultado uma participação mais efetiva do Panamá nas gestões do Grupo de Contadora. Nos últimos meses de seu governo, Barletta passou a se omitir nas negociações das quais participam também México, Venezuela e Colômbia, em busca de uma solução para a crise centro-americana. A mudança representa uma derrota para a posição norte-americana, que pretendia levar gradualmente o Panamá a um alinhamento com as posições do Departamento de Estado. No que se refere às mudanças econômicas internas, o PRD reconhece a necessidade de reajustes, mas afirma que eles devem ser alcançados através de um amplo diálogo, com a participação da classe trabalhadora.

Nicarágua: nova Constituição fica pronta em 1986

□ A Comissão Especial Constitucional deverá concluir o seu anteprojeto para a nova Constituição nicaraguense até janeiro de 1986, quando ela será votada pelo Parlamento e promulgada. Todos os sete partidos representados na Assembléia Nacional já apresentaram os seus projetos. Entre os meses de setembro e outubro serão ouvidas as opiniões dos partidos que não

têm representação no Parlamento, bem como das organizações sociais e econômicas. De novembro em diante, as principais propostas serão levadas ao debate público e, no final do ano, a Comissão redigirá o texto final do anteprojeto.

Ao apresentar sua posição oficial sobre a nova Constituição, a Frente Sandinista, partido majoritário na Assembléia Nacional,

propôs 20 princípios básicos, entre eles o do pluralismo político, da economia mista e do não-alinhamento em política externa. Além disso, a proposta da FSLN incorpora à Constituição o fim da exploração do homem pelo homem. O presidente Daniel Ortega foi o encarregado de apresentar as propostas da Frente, afirmando que elas se referiam apenas às questões de fundo. Outros aspectos mais concretos, como a questão da reeleição presidencial, ainda seriam discutidos internamente pela FSLN e incorporados posteriormente ao documento básico.



A proposta sandinista incorpora à Constituição o acesso de operários e camponeses aos meios de comunicação social

Outros pontos da plataforma apresentada pela Frente estipulam que a nova Constituição deve institucionalizar um poder po-

pular, com base nos operários, camponeses e trabalhadores em geral. Prevê também o princípio de um Estado unitário, de cará-

ter democrático, que assegure a participação política de todos os setores da população; da integração centro-americana; da unidade latino-americana e o da necessidade inadiável de uma reforma agrária. Além disso, a proposta estabelece que os camponeses e operários terão acesso aos meios de comunicação social; que a liberdade de culto será garantida; que as minorias étnicas da Costa Atlântica terão direito à autonomia destinada a fortalecer a integridade nacional; e que o Exército Popular, junto com as Milícias Populares e a Polícia Sandinista terão suas funções institucionalizadas.

Ao receber a proposta sandinista, o democrata conservador Clemente Guido, presidente em exercício da Comissão Constitucional, declarou que "as ameaças de totalitarismo desapareceram depois que a Frente tornou públicas as suas idéias".

Tunísia: incertezas políticas

□ No final de setembro aumentaram os rumores sobre o agravamento do estado de saúde do presidente Habib Bourguiba, hoje com mais de 80 anos. Chegaram inclusive a circular informações, posteriormente desmentidas, de que o veterano presidente no poder desde 1957, teria entrado em estado de coma. As incertezas sobre a saúde de Bourguiba aumentaram as especulações sobre a sucessão no poder, principalmente, em torno da figura do primeiro-ministro Mohamed M'Zali.

Bourguiba já tornou público que M'Zali é o seu candidato preferido para assumir a presidência, enquanto o ministro da Economia Rashid Sfar deve ser nomeado primeiro-ministro. Mas há rumores de que a mulher do octagenário presidente tunisiano articula silenciosamente um no-

me diferente. A senhora Wassila era muito influente na política do país até o ano passado, quando um protegido dela, o ministro do Interior, Driss Guiga, foi responsabilizado pelos distúrbios de janeiro, quando a população protestou contra os aumentos do pão.

Além das dúvidas ainda existentes sobre o possível sucessor de Bourguiba, o horizonte político na Tunísia se viu conturbado nas últimas semanas pelo aumento da influência de grupos islâmicos fundamentalistas. O Movimento de Tendência Islâmica (ITM) anunciou em junho que iria se constituir em partido político disposto a lutar por uma reforma radical da constituição, das estruturas políticas e do sistema econômico do país. O movimento prega inclusive um rom-

pimento com a França e os Estados Unidos, os dois principais aliados externos de Bourguiba.

O pedido de registro do ITM foi recusado pelo governo, o que provocou uma grande inquietação nos meios estudantis e trabalhistas de Túnis. Foram os fundamentalistas islâmicos os principais promotores dos protestos populares do ano passado, que obrigaram o governo a anular aumentos maciços dos alimentos básicos, decretados para atender a exigências estabelecidas pelo FMI para conceder empréstimos de emergência à Tunísia. A situação pode agora explodir novamente, porque o desemprego continua a crescer nas principais cidades do país, em consequência da redução da atividade econômica. O clima de descontentamento pode se tornar crítico quando começarem a voltar à Tunísia cerca de cinco mil trabalhadores que estavam na Líbia e de lá foram expulsos recentemente.

De Cazombo a Gorongosa: mudanças na África Austral

A crise interna na África do Sul já começou a dar aos países vizinhos, particularmente a Angola e Moçambique, o necessário alívio para passar à ofensiva contra os grupos armados que há vários anos retardavam o seu desenvolvimento. Esses bandos, apoiados e orientados pelo regime de Pretória, perderam o seu poder de fogo, na medida em que a sua retaguarda se enfraqueceu em virtude de uma combinação de manobras diplomáticas e militares por parte das autoridades angolanas e moçambicanas, apoiadas por outros governos anti-racistas da África Austral. Em Moçambique, o acúmulo de provas da violação sistemática dos acordos de Nkomati pela África do Sul criou sérios embaraços ao apoio que o *apartheid* sempre deu à Renamo. Na frente militar, os moçambicanos passaram a contar com a ajuda do Zimbábue e até da Tanzânia numa ofensiva militar que, no começo de setembro, levou ao cerco e à tomada das principais bases da chamada Resistência Nacional.

As vitórias na região de Gorongosa permitiram ao governo moçambicano destruir a infra-estrutura dos terroristas, que agora estão mais do que nunca reduzidos a grupos isolados. A ofensiva contra a Renamo pôs em evidência um tipo de cooperação entre estados anti-racistas inédito na região e muito semelhante àquele surgido entre os movimentos de libertação nacional de Moçambique, Tanzânia e Zimbábue, antes da tomada do poder.

Os documentos apreendidos pelo exército moçambicano em Gorongosa mostraram que a África do Sul continuou dando apoio material à Renamo, mesmo durante o primeiro ano e meio de vigência dos acordos de Nkomati. Estas provas foram levadas pelo presidente Samora Machel a

Washington e apresentadas a Ronald Reagan, o que foi extremamente embaraçoso não só para a Casa Branca como também para Pretória. Num momento em que o prestígio diplomático sul-africano já está em baixa em todo o mundo, as provas de violação de Nkomati colocam os racistas ainda mais na defensiva.

Em Angola, a reorganização do exército nacional, as Fapla, permitiu ao governo mudar a estratégia de luta contra os bandos da Unita, que a exemplo da Renamo também são armados e orientados a partir de Pretória. Angola, que havia estruturado as Fapla para uma guerra convencional contra as repetidas invasões sul-africanas no sul do país, reorganizou os seus efetivos militares e mudou de tática. Em vez da guerra de posições voltou à estratégia guerrilheira, com unidades móveis e de pequenas dimensões dotadas de grande operacionalidade. Foi o bastante para que a sorte da Unita mudasse completamente. Desde julho foi deflagrada uma grande ofensiva na região de Cazombo, na província de Cuando Cubango e que tinha como objetivo principal a região de Jamba, onde os bandos armados afirmam ter o seu quartel-general.

O avanço da ofensiva angolana levou os sul-africanos a promoverem em meados de setembro uma nova invasão militar, apesar dos dois países terem assinado há tempos um acordo que levou à retirada das tropas de Pretória que ocupavam uma faixa de terra ao longo da fronteira com a Namíbia, e do outro lado do rio Cunene. Nesta nova invasão, os sul-africanos inicialmente tentaram justificar a violação dos acordos com o desgastado pretexto de destruir bases da Swapo, o movimento que luta pela independência da Namíbia. Mas, logo depois, Pretória acabou

reconhecendo formalmente que a ação tinha como objetivo salvar a Unita de novas derrotas frente ao exército angolano.

Os documentos apreendidos em Gorongoza e o reconhecimento sul-africano de que a nova invasão visou salvar a Unita, tornou materialmente claro que os dois grupos armados não passam de apêndices militares da Força de Defesa da África do Sul. Os últimos acontecimentos evidenciaram que não há o menor fundamento na alegação frequentemente apresentada por Washington, Londres e Pretória de que a Unita e a Renamo representam setores políticos de Angola e Moçambique contrários aos respectivos governos. As pressões feitas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos a favor de negociações com os bandos armados e até mesmo a sua inclusão em altos postos governamentais, tornam-se agora inócuas. Caso este tipo de negociação tivesse sido aceite pelos governos de Luanda e Maputo, em vez de uma suposta "reconciliação nacional" teria sido entregue à África do Sul uma parcela de poder dos dois países. E ninguém em sã consciência poderia admitir que tanto o MPLA como a Frelimo aceitassem tornar-se sócios do *apartheid*, depois de tantos anos de lutas e sacrifícios contra o colonialismo e o racismo. As sucessivas derrotas impostas aos bandos militares da Unita e da Renamo aumentaram as dificuldades diplomáticas e políticas do governo de P. W. Botha em Pretória, cuja área de manobra está ficando cada vez menor na medida em que a sua estratégia intervencionista perde antigos disfarces. Até dentro da África do Sul, aumentam os protestos entre setores da comunidade branca que consideram insensato tentar salvar a Unita e a Renamo, quando no país a situação se torna cada vez mais explosiva.

Nem Angola, nem Moçambique podem anunciar a derrota definitiva dos bandos armados porque eles ainda agem em pontos isolados causando prejuízos e insegurança regional. Mas a estratégia sul-africana de pretender impor a Unita e a Renamo perante o mundo como interlocutores políticos representativos parece estar definitivamente derrotada. Como consequência

deste fato, as pressões em favor de negociações já não podem mais ser usadas por Washington e Pretória. Nem mesmo a agressão militar pode ser justificada perante a opinião pública ocidental depois dos acordos diplomáticos firmados desde o ano passado na África Austral. Resta, portanto, o reconhecimento, por Washington e Pretória, com um atraso de 10 anos, de que os governos de Luanda e Maputo são legítimos, autônomos, representativos e que devem ser deixados em paz. Apesar das evidências e da nova lógica que começa a surgir nas relações políticas e militares na África Austral, ainda existem, principalmente nos Estados Unidos, setores que acreditam na possibilidade de prolongar a agonia dos bandos armados. No Congresso norte-americano, deputados e senadores querem dar ajuda à Renamo, da mesma forma que há meses foi restabelecida a ajuda financeira dos Estados Unidos à Unita, após a queda da Emenda Clark. A crise da África Austral prolonga-se agora dentro do governo norte-americano.

Mas é na África do Sul que os últimos acontecimentos terão repercussões imediatas. Os fracassos da Unita e da Renamo mostram que a Força de Defesa sul-africana está perdendo a sua capacidade de interferir nos países vizinhos, mesmo através de prepostos. Este é um golpe sério na auto-suficiência do exército racista que nunca admitiu a possibilidade de que sua esfera de ação na África Austral pudesse ser limitada ou restringida pelos países limítrofes.

A imagem de onipotência e onipresença militar de Pretória está desaparecendo rapidamente. Setores ultra-racistas ainda podem tentar aventuras, mas estas só contribuirão para aumentar as dores de cabeça de P. W. Botha, que tanto quanto Ronald Reagan está hoje constrangido a ter que neutralizar radicais internos, para evitar um desastre maior.

Diante de tudo isso, e após dez anos de sofrimento, os governos de Angola e Moçambique mostram hoje um cauteloso otimismo perante a evolução da crise na África Austral. Em Luanda e Maputo, há uma indistigável sensação de que o pior está passando.

O discurso do presidente Alan García na Assembleia Geral da ONU foi taxativo: as relações com o Fundo Monetário Internacional serão redefinidas e poderão evoluir para uma ruptura se as posições defendidas pelo novo governo peruano não encontrarem eco nos dirigentes do FMI.

A proposta peruana de pagar as amortizações da dívida com os 10% das exportações e suspender qualquer compromisso alheio a esse esquema não chega a ser radical, uma vez que reconhece a dívida e procura os caminhos para poder pagá-la, mas deixa transparecer a determinação de um governo de exercer sua soberania e definir os limites do tolerável para a economia do seu país. É uma

posição realista e ao mesmo tempo difícil de ser questionada por quem está honestamente comprometido com a busca de uma saída para as acoissadas economias das nações latino-americanas.

A pergunta que muitos se colocam hoje é se o jovem chefe de estado peruano e sua equipe econômica serão capazes de se manter nessa posição e neutralizar as pressões que serão exercidas sobre eles. É sobre esse desafio e a proposta aprista para superar esta difícil conjuntura que o Peru atravessa, que essa matéria de capa trata. É exatamente uma análise das repercussões internas e externas da estratégia peruana para a renegociação da dívida.

Peru

NÃO ao FMI



Pulso firme com os credores

Alan García adota uma política rígida em relação ao FMI e aos bancos internacionais, procurando reativar a economia e cumprir os compromissos da dívida externa, dentro dos limites fixados por seu governo



Em 1985, pela primeira vez em sua história, o Apra¹ chegou ao governo, numa situação extremamente difícil, caracterizada por uma grave recessão, uma inflação que ultrapassa 280%, um clima de violência e corrupção generalizadas, e uma dívida externa praticamente impossível de pagar.

A sociedade peruana de 1980 é indubitavelmente muito diferente da de 1968, quando se produziu o golpe militar do general Velasco. A velha oligarquia não existia mais; o empresariado industrial, protegido pelos dois governos militares, tinha se desenvolvido; o Estado tinha um papel mais importante na vida econômica; a sindicalização e a organização popular haviam crescido notavelmente.

O discurso ambíguo do ex-presidente Belaúnde durante a campanha eleitoral e seu estilo patriarcal lhe trouxeram a vitória em 1980. O país sofria as pressões da crise internacional, mas Belaúnde herdou uma situação que tendia a melhorar, graças às medidas adotadas no final do regime militar.

A inflação era de 70%, com tendência a uma leve diminuição, as exportações de manufaturados cresceram até chegar a um bilhão de dólares, o aparelho produtivo iniciava a sua reativação. Belaúnde e sua equipe se negaram a reconhecer esses fatos e tampouco aceitaram que o Peru tinha mudado. Conservadores atingidos pelo

18 - terceiro mundo

reformismo militar, voltaram com um espírito que um observador da vida política peruana qualificou de "similar ao dos Bourbons em 1815".

No plano econômico, o governo de Belaúnde aplicou um programa qualificado como neoliberal: redução da participação estatal, livre importação e redução de tarifas, diminuição de estímulos à indústria, leis mais favoráveis às empresas petrolíferas transnacionais, minidesvalorizações, alta das taxas de juros (ativo e passivo), eliminação de subsídios e controles de preços.

Os efeitos não foram positivos. O governo anunciou, em agosto de 1980, que sua meta era reduzir a inflação para 40%. Em 1985, a inflação era de 280%. Afetada pela concorrência estrangeira, a diminuição dos estímulos e as altas taxas de juros, a indústria entrou em colapso e a recessão foi gravíssima. Em 1983, a economia decresceu 13%.

Desse modo, e apesar da tentativa de aplicar uma política compatível com as linhas exigidas pelo FMI e da intenção de pagar a gigantesca dívida que ultrapassa 13 bilhões de dólares, o governo de Belaúnde, na verdade, suspendeu os seus pagamentos.

O novo programa

O governo de Alan García tem uma equipe econômica composta por membros do Partido Aprista e independentes. Na sua maioria, pessoas de 35 a 45 anos, que serviram como técnicos durante o governo militar.

O primeiro-ministro e ministro da Economia re-

¹ Aliança Popular Revolucionária Americana, organização que nasceu como movimento continental.

Em 1980, o general Morales Bermúdez (esq.) deixou a presidência, que passou a ser ocupada por Belaúnde Terry (dir.). Desde então, a situação econômica se deteriorou permanentemente



presenta a nova geração aprista. Ele foi responsável pela Comissão de Planejamento do governo, para a qual se recrutaram técnicos independentes. Os vice-ministros de Economia e Finanças foram técnicos do Instituto Nacional de Planejamento durante o governo do general Velasco e têm estudos de pós-graduação na França.

O novo governo considera que a luta contra a inflação e o combate à recessão têm que ser paralelos, e que a reativação da produção é fundamental. Por isso; desde que assumiu, tomou várias medidas (ver matéria "O novo rumo da economia").

Ao lado disso, se fizeram anúncios importantes: suspensão da compra de aviões Mirage; anúncio de uma revisão da legislação mineira e petrolífera; declaração de que o Peru pagará a sua dívida, mas utilizando 10% das exportações e sem negociar com o FMI.

As medidas foram, em geral, bem recebidas por todas as camadas sociais. Os empresários aceitaram os aumentos de salários, considerando que a redução dos juros os favorecia. Os sindicalistas consideram que, embora os aumentos sejam insuficientes, era preciso dar uma "trégua" ao novo regime. Os setores mais pobres expressaram a sua satisfação pelo controle de preços, mas exigiram que fosse efetivo.

O ponto mais difícil, segundo a maioria dos analistas, é o congelamento de preços, numa economia pouco formal e numa sociedade em que o hábito de especular com a inflação está muito alastrado. Se o governo consegue, mediante a mobilização da população, manter, no fundamental, o congelamento de preços, o programa terá êxito.

Um problema político

Com relação à dívida, o governo do presidente Alan García considera que se trata de um problema político e que deve ser tratado como tal. Quando um país tem que pagar, em um ano, mais do que recebe pelas exportações, o problema não pode ser resolvido por banqueiros e tecnocratas. Neste ponto, o governo peruano concorda com os pontos de vista do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger.

O segundo ponto é que o Peru pagará, mas pagará sem agravar os já dramáticos problemas do povo. A isto se soma a idéia de que, tanto o Norte

como o Sul, são responsáveis por essa dívida e que a primeira obrigação de um governante é para com o seu povo — em especial, com os famintos, os que não têm água, esgotos, luz, remédios nem auxílio-desemprego —, com os milhões de pobres que apenas sobrevivem.

"Se as responsabilidades são mútuas e se os países do Norte nos impõem medidas protecionistas, pagaremos mas só com 10% de nossa receita". Isso foi declarado já em 28 de julho pelo presidente Alan García.

A terceira posição assumida pelo governo peruano é a de não negociar com o FMI. A razão dessa decisão é que o Fundo lança um conjunto de medidas incompatíveis com o programa que o governo aprista está realizando. Segundo porta-vozes governamentais do Peru, o Fundo estava de acordo com as medidas do regime anterior, cujos resultados foram calamitosos.

Na realidade, para o FMI, as minidesvalorizações são indispensáveis, a redução das taxas de juros não é vista com bons olhos, a limitação de importações também não se compatibiliza com os pontos de vista dos burocratas do Fundo. Em resumo, como disse o vice-ministro da Economia a **cadernos**, o diálogo com o FMI seria uma conversa com um surdo.

Por isso, o governo peruano deseja dialogar com os credores, apresentar-lhes um programa que considera coerente para reativar a economia, controlar a inflação, permitir o crescimento das exportações e poder dispor de mais divisas para pagar.

Tanto em declarações públicas como em conversações privadas, os altos funcionários do governo peruano consideram que a decisão de não negociar com o FMI é um fato claro, definitivo e irreversível.

Eleito por mais de 50% dos votos e tendo o apoio da Esquerda Unida, a segunda força política do país, o governo conta, segundo pesquisas recentes, com o apoio de mais de 80% da população.

As medidas econômicas, o estilo do presidente e as medidas de moralização — em especial, frente ao tráfico de drogas, que envolve setores da polícia — contribuíram para um respaldo popular geral a um governo que tem, além disso, maioria no Parlamento.

Tudo isso contribui para criar um clima político que permitirá ao governo manter-se firme no



Para o presidente Alan García, a primeira obrigação de um governo é para com o seu povo especialmente com os famintos

propósito de se afastar do FMI. O melhor seria, segundo opinião dos técnicos do atual governo, que os Estados Unidos e os países desenvolvidos sigam o conselho de Kissinger e procurem enfrentar de forma realista o delicado problema da dívida.

O combate enérgico ao tráfico de drogas constituiu um elemento de negociação, especialmente devido à preocupação da administração Reagan com este problema, que o anterior governo conservador não pôde enfrentar por sua tolerância diante da corrupção na polícia.

Assim, o Apra, uma agrupação de centro-esquerda ligada à social democracia, tenta hoje enfrentar os seculares males do Peru. Se não encontrar apoio e compreensão, o país pode cair no caos e na violência desenfreada que favoreceriam o extremismo ultra-esquerdista das serras de Ayacucho, que já se sente numa "longa marcha" em busca do poder, para impor uma versão nativa e polpotiana do marxismo maoísta, conhecida pelos iniciados da guerrilha do Sendero Luminoso como a "quarta etapa". (César Arias Quincot)

A transição para um novo Peru

□ Até a década de 1940, o Peru era um país predominantemente rural. A população não chegava aos 10 milhões, a indústria era incipiente e o poder político e econômico se achava concentrado numa oligarquia agroexportadora.

Nos anos 50, a situação começou a modificar-se. Novos produtos de exportação (como a farinha de peixe) geraram fortunas em setores alheios à oligarquia; a indústria cresceu e, com

ela, a população urbana; os serviços essenciais do Estado se estenderam, a mortalidade diminuiu e a população começou a crescer em ritmo mais acelerado, beirando os 3% anuais; a migração do campo para a cidade se multiplicou, promovendo a transformação de Lima, uma capital que não chegava a ter um milhão de habitantes, numa cidade de seis milhões, com os graves problemas que isso implica.

Esse conjunto de mudanças influiu na vida política. O problema central que se debatia desde fins dos anos 50 era como introduzir as mudanças necessárias para modernizar o Peru, superando os resíduos arcaicos de um "antigo regime social", que impedia a construção de um capitalismo próprio do século 20.

O fracasso dos governos civis produziu a tentativa de uma mudança social por parte das forças armadas, durante o governo militar presidido pelo general Velasco Alvarado (1968 - 1975).

O regime de Velasco acabou com a velha oligarquia fundiária, mediante uma reforma agrária radical, e aumentou a representação do Estado na economia graças à nacionalização de empresas dos setores petrolífero (a IPC), mineiro (a Cerro e a Marcona), bancário e de serviços, como das ferrovias, da eletricidade e dos telefones. Ao mesmo tempo, impôs uma política externa não-alinhada e independente, e comprou armamentos soviéticos.

Mas a experiência de mudanças deflagrada pelo governo de Velasco teve também um impacto na psicologia social: pela primeira vez, as forças armadas se tornavam independentes das classes dominantes e assumiam um projeto diferente. Pela primeira vez também, o governo atuava de forma hostil aos grupos tradicionalmente poderosos. As noções de "mudança social", "revolução" e "luta contra a reação", foram oficializadas e deixaram de ser subversivas.

Em 1975, sob os efeitos da crise mundial, Velasco é derrotado, e seu sucessor, o general Morales Bermúdez, abandona os aspectos radicais do programa de seu antecessor.



O general Velasco (dir.): um governo voltado para a satisfação das aspirações do povo peruano

Mudança de rumo na economia

O modelo neoliberal aplicado pelo governo de Belaúnde fracassou estrondosamente. A inflação chega a 280% e o país está submerso numa grave recessão, com sérias consequências sociais. O novo governo iniciou sua gestão aplicando um programa destinado a reativar a economia e conter a inflação. Foram tomadas as seguintes medidas:

— Acabaram com as minidesvalorizações. A moeda foi desvalorizada em 12% e a cotação congelada até dezembro. Estabeleceu-se o controle de câmbio, com um dólar "livre" que varia de acordo com o mercado e é mais caro (desse modo, o dólar que serve para importar insumos, alimentos ou artigos essenciais se mantém estável).

— Determinou-se um grande aumento do salário mínimo e, de forma moderada, das pensões e salários em geral.

— Foram congelados por 90 dias os preços dos bens e serviços. Reduziu-se a taxa de juros em mais de 50% e se estabeleceu uma taxa ainda mais baixa para os empréstimos ao setor agropecuário.

— Foram proibidas as importações e criados estímulos às exportações de manufaturados.

Com a aplicação desse programa, o governo aprista procura baixar a inflação. Com o "congelamento" de preços por três meses, se tenta fazer com que, depois desse período, os aumentos ocorram num ritmo mais lento. O governo pretende baixar a inflação de 280% para 110% ao ano.

Simultaneamente, se procura aumentar a produção, o que também serve como arma contra a inflação. Para isso, se elevam os salários e se congelam os preços, tentando fazer com que o consumo comece a crescer. Os empresários têm como compensação a redução dos juros, que fez com que a maior parte deles aprovasse o programa de Alan García.

Também se decidiu limitar os salários muito altos e as mordomias dos diretores das empresas públicas; se anulou uma compra de aviões de guerra e o presidente defendeu a diminuição dos gastos militares.

Além disso, no dia da posse, Alan García anunciou que o Peru limitará o pagamento da dívida a 10% das exportações e não negociará com o FMI, de cujas exigências o governo discorda totalmente, como demonstra o programa econômico que colocou em prática.

Deve-se assinalar, por último, que esse plano

econômico conta com respaldo popular, mas que, para ser bem-sucedido, precisará do apoio organizado da população, única forma de enfrentar a especulação numa sociedade como a peruana.

A conexão da droga

Dias antes da mudança de governo, explodiu, aparentemente por acaso, um laboratório onde se refinava cocaína. O laboratório estava localizado num bairro residencial, instalado num complexo de moradias de magnatas desse "negócio"



Cocaína: um legado do governo anterior

A partir daí se descobriu, graças à intervenção dos meios de comunicação, que os traficantes estavam vinculados ao assistente de um ex-ministro do Interior e ex-primeiro-ministro, assim como a altos chefes da Polícia de Investigações.

Nos dias seguintes, o país tomou conhecimento de fatos dignos da imaginação de García Marquez: chefes policiais que dançavam em festas de traficantes; um assessor dessa quadrilha condecorado; chefes policiais que tinham automóveis Mercedes Benz ou BMW, além de ações em negócios excusos, casas com piscina e quadra de esportes.

Dias depois, a polícia invadiu instalações montadas por traficantes na Amazônia. Ali haviam construído aeroportos, fortificações, laboratórios, sistemas de sinalização ultramodernos. Depois, tornou-se público que os altos funcionários do regime anterior sabiam da infiltração dos traficantes no aparelho do Estado, mas nada fizeram para impedi-la ou acabar com ela.

O novo Parlamento aprovou uma lei estabelecendo a reorganização das Forças Policiais, enquanto o país exigia uma depuração enérgica, com a destituição dos elementos corruptos. A opinião pública peruana considera que essa era a única forma de reparar o dano causado às instituições policiais pela complacência do regime anterior. (César Arias Quincot)

“Reestruturar a dívida”

O senador Javier Silva Ruete — da coligação aprista — explica os motivos que levaram o governo a reformular as relações com os credores e afirma que Alan García aprofundará as reformas da revolução militar de 1968



“ O Peru é um país pobre da América Latina, cuja economia foi se deteriorando muito nos últimos anos: as exportações caíram verticalmente, não por causa de uma produção menor, mas pela queda dos preços internacionais das matérias-primas.

“Em consequência, chegamos a um ponto em que o pagamento da dívida externa se torna um assunto extremamente grave, um freio absoluto ao desenvolvimento. Vamos mencionar uma única cifra: as exportações peruanas, que em 1980 totalizavam quatro bilhões de dólares, agora só chegam a três bilhões. Como o dólar também sofre um processo inflacionário, a redução, na realidade, foi de cerca de 30%.

“Enquanto isso, só o pagamento do serviço da dívida externa chega a 1,5 bilhão de dólares por ano, equivalente a 60% das exportações — só o serviço relativo aos juros, nada mais. Com o principal e tudo mais, chega-se a 1,8 bilhão de dólares. Torna-se, portanto, absolutamente impossível pagar a dívida.

“A dívida em si é de 14 bilhões de dólares, no total. O governo anterior, apesar de todas as suas promessas de pagar pontualmente, não pôde fazê-lo. Nos últimos oito meses de gestão, não pagou sequer a dívida bancária,

22 - terceiro mundo

nem o principal nem os juros. Quase nos declararam falidos. E se os norte-americanos não fizeram isso, foi por motivos políticos.

“O novo governo, diante dessa situação e já que o problema da dívida não é financeiro e, sim, político — porque está ligado a toda a estrutura da relação financeira com os centros de poder do mundo contemporâneo —, analisou o assunto de forma minuciosa.

“Durante toda a campanha eleitoral, este foi o tema central dos debates públicos. Depois desse estudo, o presidente Alan García chegou a duas conclusões principais: em primeiro lugar, a necessidade de relacionar o pagamento da dívida externa com o montante das exportações peruanas. A razão é simples.

“A receita nacional em divisas provém das exportações. Se esta renda diminui por razões externas, por ingerência dos próprios centros de poder internacional que são credores da dívida, é lógico estabelecer uma relação entre as rendas que eles próprios permitem que criemos e o que nós pagaremos.

“Em segundo lugar, o presidente García anunciou que seu governo deseja pagar dentro de condições completamente diferentes da forma como a dívida está estruturada atualmente. E uma das condições para reestruturar a dívida é entrar numa negociação direta com os credores, prescindindo do FMI.

“A razão de se prescindir do FMI é simples: além da política negativa exercida pelo Fundo, nós precisamos de *eficiência*. Isso é o que sempre exigem os países desenvolvidos. Nos últimos anos, os pro-

Os anos de governo democrático posteriores à revolução liderada pelo general Velasco frustraram o povo peruano



B. Bissio

gramas de estabilização que o Fundo recomendou ou impôs aos países da região fracassaram. Nenhum deles cumpriu sequer as metas de estabilização, quanto mais as de reativação da economia, porque foram etapas de uma real deterioração econômica. Logo, associar-se com alguém que não tem autoridade técnica nem profissional para gerir os problemas econômicos, não parece lógico.

“É necessário estabilizar a economia, mas, ao mesmo tempo, reativá-la. Nesse esquema tem que estar presente a questão da justiça social, o problema do desemprego, a reativação de nossa estrutura produtiva, a elevação dos níveis de vida dos setores mais pobres do Peru. Isso, evidentemente, não faz parte das variáveis que o FMI utiliza.

“Por este motivo, estabelecemos essas duas condições. E o presidente Alan García as apresentou como um ponto de vista nacional, já que são resultado de um diálogo com todo o povo, durante a campanha eleitoral.

“A expressão mais clara da unanimidade nacional que obteve a proposta do presidente foi a acolhida que teve a moção que apresentamos no Senado da República, apoiando a sua posição, poucos dias depois da posse.

“Pessoalmente, tive a honra de defender a moção em nome da maioria parlamentar e obtivemos uma votação unânime no Parlamento: desde a direita aos grupos de extrema esquerda democráticos, todos apoiaram a moção.

“Logo, já não se trata da posição do Partido Aprista e seus aliados — majoritários no Congresso —, mas de uma posição nitidamente nacional. E mais, por sugestão do presidente Alan García, o prefeito de Lima, Alfonso Barrantes Lingán, que é, por sua vez, o líder da Esquerda Unida, convocou um congresso nacional de prefeitos, com a presença de líderes de todos os setores, para fazer uma grande mobilização nacional em torno do assunto.

“Por ser uma posição nacional — não por preclusão —, pode-se dizer que, em relação a este problema, não se dará nenhum passo atrás. E, a partir daí, encaminharemos a renegociação da dívida peruana nos próximos anos.

“Acreditamos que, com isso, estamos dando uma contribuição também à América Latina, para a elaboração de uma posição latino-americana pela qual todos nos empenhamos. Não pretendemos

que a posição de todos os países seja também a de pagar 10% de suas exportações. Talvez a posição tirada em comum tenha variantes, mas esta é uma contribuição nacionalista, lógico, uma posição baseada em razões técnicas e na nossa própria realidade.

“Primeiro, é necessário pagar essa enorme dívida interna com o povo peruano. Creio que esta deve ser também a posição latino-americana, porque temos em nosso continente uma quantidade enorme de marginalizados, e a primeira dívida que devemos pagar é a social, antes de fazer uma transferência de recursos para os centros de poder internacional — que já levaram uma enorme quantidade de capitais latino-americanos, através de suas vinculações com as oligarquias nacionais e com as forças reacionárias —, recursos esses absolutamente indispensáveis ao nosso desenvolvimento.”

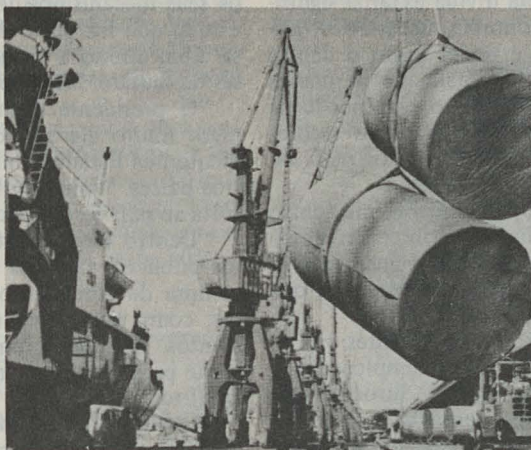
“A primeira atitude tomada visando a reestruturação da dívida foi comunicar aos bancos que, nos próximos seis meses, não vamos pagar nada. Recebemos um país absolutamente arrebatado, econômica, social e politicamente.

“Temos que apurar as idéias, realizar uma análise minuciosa, uma proposta orgânica, vinculada a outra instrumentação: ao orçamento nacional, ao próprio programa de desenvolvimento, às prioridades dos setores. Mas, para isso, precisamos de tempo.

“Somos um governo novo que subiu ao poder com uma maioria indubitável de votos, expressa na maioria parlamentar em ambas as câmaras. Pedimos um prazo de 180 dias para poder fazer uma apresentação internacional em matéria de dívida que seja sólida e nos permita sentar-nos com seriedade para discutir o assunto com os credores.

“Existem precedentes deste tipo de adiamento, chamado *roll over* em linguagem bancária, e vários países já o conseguiram. Temos todo o direito a contar com esse prazo inicial de 180 dias, que nos permita fazer um estudo profundo da dívida nacional.

“De acordo com o que já foi resolvido, é provável que apresentemos um programa com a seguinte composição: um período de carência (possivelmente, de vários anos), em que só pagaremos uma pequena quantia em relação aos juros, porque a economia está muito deteriorada. Neste momen-



“É necessário relacionar o pagamento da dívida externa com o montante de nossas exportações”



Barrantes convocou um congresso de prefeitos

to, qualquer pagamento da dívida externa significaria tirar recursos da economia, necessários, justamente, para revigorá-la e poder pagar o débito no futuro. Precisamos da totalidade de nossos recursos para um desenvolvimento planejado da economia nacional e para dinamizar os setores prioritários, como a agricultura, um dos mais debilitados da nação.

“Depois desse período de, no mínimo, cinco anos, estaríamos em condições de obter um crescimento razoável, que torne possível melhorar as exportações e poder assim gerar excedentes, que permitam pagar a dívida externa.

“Haverá também outros componentes na reestruturação: consideramos, por exemplo, que é impossível pagar as atuais taxas de juros. E este já não é mais um problema peruano, mas latino-americano. As taxas de juros constituem a variável que não é fixada em qualquer contrato de dívida externa. Isto foi uma espécie de condição imposta pelos centros de poder internacionais. A taxa de juros é variável.

“E veio se elevando não por um acordo bilateral, mas por uma decisão exclusiva dos centros de poder. Cada vez que a política econômica dos Estados Unidos, por exemplo, modifica a taxa de juros por razões fiscais, a decisão tem repercussões para nós. Consideramos, por isso, que quem elevou a taxa de juros tem a obrigação de assumir a diferença entre a taxa tradicional (que sempre foi dois pontos acima da inflação) e a taxa de juros que estão cobrando atualmente, de 12%, quatro vezes mais alta do que o normal.

“Isso se deve exclusivamente à política dos Estados Unidos e portanto são eles que devem pagar a diferença. Isto o Peru não vai conseguir numa negociação bilateral com os bancos credores ou de governo a governo com os países desenvolvidos. Tem que surgir de uma negociação internacional.

Iniciaremos nossa negociação defendendo essa posição e buscando uma forma transitória de reconhecer só aquilo que consideramos justo e deixar em suspenso o saldo da taxa de juros, que torne possível negociações conjuntas latino-americanas.”

Austeridade e orçamento do Estado

“De modo geral, o governo está encontrando uma grande desordem na administração do país. O orçamento anterior era gasto em atividades que não geravam riqueza. E, por tudo isso, torna-se necessário adotar uma política de austeridade. Havia despesas que estavam totalmente acima da verba autorizada.

“Um dos casos era o dos adidos das forças armadas no exterior. Evidentemente, as forças armadas têm direito de estruturar-se melhor, de ter os seus mecanismos de informação, equipamentos e tudo que faz parte do mundo moderno da defesa. Têm direito a ter adidos em determinados países do mundo. Mas não deve haver exageros nisso.

“O presidente Alan García encontrou um número muito elevado de adidos militares não somente nos Estados Unidos, como também em outros países. Tomou então a decisão de trazê-los de volta ao país e comunicou-a à opinião pública.

“Dentro dessa política de austeridade nos gastos públicos, também foi anunciada a redução na compra de armamentos. Não só para reduzir gastos, como para assegurar uma limitação de armamentos, que acreditamos fundamental no continente para manter a paz e evitar qualquer tipo de conflito.

“Qualquer divergência entre os nossos países deve ser solucionada pela via pacífica, pela negociação e o diálogo, e não pelo caminho das armas. Isso é uma expressão clara do que é e será a política internacional do novo governo peruano.

“Há muito tempo se fala de um suposto antagonismo entre o Apra e as forças armadas. Em primeiro lugar, quem busca a desavença entre as forças armadas e o Partido Aprista são os setores da direita, os mais reacionários do Peru.

“Numa determinada etapa, consideraram que era muito importante para seus interesses criar um antagonismo entre as forças armadas e um partido popular revolucionário, que era a expressão das forças que podiam estabelecer uma democracia social no país. Isso durou muito tempo e provocou confrontos muito sérios nos anos 30. Logicamente, depois desses confrontos, em que houve muitos mortos de ambos os lados — mais de 6 mil apristas foram fuzilados —, criou-se um abismo que foi alimentado, permanentemente, pelos setores reacionários.

“A partir da revolução militar de 1968, lidera-

da pelo general Juan Velasco Alvarado, muitos conceitos começaram a ser revisados: o de propriedade, o da presença do Estado na economia nacional, o desaparecimento da oligarquia econômica. Apontou-se também as forças reacionárias como as que haviam criado o abismo entre o Apra e os militares, e afirmou-se que era necessário acabar com a separação entre os setores populares do Peru e as forças armadas.

“Como resultado de tudo isso, chegou-se à conclusão de que não havia razão alguma para haver antagonismo entre o setor militar e o civil. Ao contrário, era preciso superar esses obstáculos. O momento culminante desse processo foi a eleição do líder do Partido Aprista, Victor Raúl Haya de la Torre, para presidir a Assembléia Nacional Constituinte (1979) em pleno governo militar, com o beneplácito das forças armadas e sem que houvesse qualquer problema.

“Pouco depois, o presidente da República, o comandante geral do exército e o presidente do Conselho de Ministros conferiram a Haya de la Torre a mais alta condecoração do Peru, coisa que nenhum governo civil havia feito.

“Com isso, acredito ter sido superada para sempre a distância que separava o Partido Aprista das forças armadas. Daí em diante, as coisas evoluíram positivamente. Além disso, o novo presidente tem a vantagem de pertencer a uma geração posterior a dos conflitos, de modo que não resta senão a lembrança daquela situação.

“O acatamento por parte dos militares da autoridade do presidente civil aprista não foi só uma forma de mostrar o seu respeito pela Constituição, já que ele é o chefe supremo das forças armadas, mas reflete também a conclusão a que chegaram os militares de que aquelas cicatrizes do passado pertencem a um Peru que já mudou. O Peru democrático e popular, nacionalista e com justiça social, que pretendemos consolidar, precisa da união das forças armadas com o povo.”

O Partido Aprista e as reformas do governo militar

“Em certa ocasião, Haya de la Torre disse que os apristas concordavam com as reformas impostas pela revolução presidida por Velasco Alvarado. ‘A única diferença — assinalou Haya — é que nós acreditamos que as reformas deveriam ser feitas

“Fui um ministro independente”

Atual presidente da Comissão de Orçamento Público do Congresso (trata-se de uma comissão bicameral), o senador Javier Silva Ruete participou em Montevidéu, onde nos concedeu esta entrevista, de um seminário promovido pela chancelaria uruguaia e o Ilet para analisar o problema da dívida externa e da integração latino-americana.

O senador Silva Ruete preside, também, o Movimento Solidariedade e Democracia (Sode), fundado em maio de 1984, que se aliou ao Partido Aprista Peruano nas últimas eleições, apresentando com ele uma chapa comum.

Silva Ruete foi ministro três vezes: duas vezes durante o primeiro governo de Belaúnde Terry, entre 1963 e 1968. Nessa época militava nas fileiras do Partido Democrata Cristão, que estava aliado ao governo de Belaúnde. Depois foi minis-



B. BISSO

Silva Ruete, três vezes ministro e atualmente senador

tro da Economia e Finanças, durante a gestão do general Morales Bermúdez. “Assumi em 1978 — explica o senador — quando se instalou a Assembléia Nacional Constituinte. Fui um ministro independente que aceitou a pasta para colocar a economia em ordem e preparar nesse setor a transição para a democracia”. (B. B.)



Haya de la Torre: condecorado com o beneplácito das forças armadas

por governantes eleitos pelo povo e não por militares saídos dos quartéis'. Há aí, portanto, uma claríssima expressão das coincidências entre as reformas propostas pelo Apra e as que a revolução mi-

litar fez, que de fato não foram questionadas. De qualquer forma, trata-se de questionamentos metodológicos, ou de eficácia, quanto a algumas coisas que é necessário melhorar.

“No caso da reforma agrária, o Partido e o governo aprista estão completamente de acordo com o que se fez. Mas, é evidente que faltam elementos para concluí-la. É necessário aprofundar e aperfeiçoar a reforma agrária do governo militar. Não se trata apenas de entregar a terra ao camponês. É preciso dar-lhe assistência técnica, créditos, organizá-lo em cooperativas, dar-lhe mecanismos de comercialização. Essa é a tarefa que o Apra vai desenvolver, mas, de forma alguma, fazendo retroceder o processo. Ao contrário, é preciso fazê-lo avançar.

“A revolução militar também reforçou a presença do Estado na economia. O Partido Aprista está de acordo com isso. O que deseja é que essa presença seja mais eficiente, que as empresas estatais sejam mais eficientes, que estejam dentro de um plano e cumpram uma função dinamizadora, libertadora.

Gustavo Saberbein: “Estamos lançando as bases da reativação econômica”

O ministro da Economia do novo governo aprista, em entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, através de nosso colaborador Cesar Arias Quincot, define a política em relação aos credores e ao FMI.

Por que o governo decidiu não negociar com o Fundo Monetário Internacional, e, sim, tratar diretamente com os credores da dívida externa?

— O governo decidiu tratar diretamente com os credores da dívida por considerar equivocado o receituário do Fundo Monetário Internacional para os países que têm problemas de inflação e de balanço de pagamentos.

Com base num enfoque errado, o FMI exercia uma forte pressão sobre as autoridades governamentais anteriores, já que condicionava a concessão dos empréstimos. Também adotava a mesma política ante os refinanciamentos da dívida externa peruana.

Por último, o FMI não considerava a necessária compatibilização que deve existir entre o econômico, o social e o político.

Que aconteceria se os bancos credores se negassem a negociar sem o aval do FMI?

— Não creio que haja essa possibilidade. Nos próximos meses, o governo vai propor aos credores um refinanciamento integral e, nesse momento, os bancos terão oportunidade de avaliar os resultados da política econômica aplicada, especialmente no que se refere à baixa da inflação. Estão sendo lançadas as bases de uma reativação econômica, não só na cidade, como, prioritariamente, no campo.

Na terceira semana de governo, o crescimento inflacionário foi de 0,1%. Quanto ao pagamento, o Peru está decidido a fazê-lo. Pagaremos, mas em outras condições. Este ano, o serviço da dívida chega a 3,7 bilhões de dólares e a receita do país não passa de 3,1 bilhões. Isso mostra que, tal como estava estipulada, a dívida era impossível de pagar.

Pagaremos, mas não mais de 10% das exportações, porcentagem que poderá aumentar progressivamente no futuro. Os banqueiros conhecem a situação do país por seus estudos e os que efetuaram organizações como o BID, Birt ou FMI.

Gostaria de assinalar que, embora o enfoque do governo seja diferente do que tem o FMI, coincidimos em alguns pontos: reduzir o déficit fiscal, tornar mais eficientes as empresas públicas, analisar com cuidado os novos investimentos, incrementar a poupança interna e aumentar as rendas fiscais fazendo crescer o número de contribuintes.

“Não há divergências com as grandes reformas econômicas da revolução militar. Trata-se de aperfeiçoá-las, de dar-lhes agilidade, para que se convertam num fator dinâmico, que contribua para o desenvolvimento do Peru.”

Os partidos aliados e os partidos afins

“O Partido Aprista se sente muito próximo de todos os que defendem a democracia. É um partido que lutou durante 60 anos pela democracia no Peru e na América Latina. O Apra se considera um partido de esquerda, inspirado em noções universais de transformação e de mudança social, que acredita que os modelos devem ser buscados na realidade latino-americana, sem importá-los da Europa, pois aquilo que pode funcionar num determinado contexto, não funciona, definitivamente, na América Latina subdesenvolvida.

“Em nosso continente, nos sentimos muito próximos dos partidos da chamada social-democracia latino-americana, mas isso não exclui setores como, por exemplo, os mais avançados da democracia-cristã latino-americana (a DC peruana está aliada ao Apra) e outros movimentos que formam o que se poderia chamar a esquerda nacionalista democrática e popular do continente.

“Por outro lado, embora o Apra e os seus aliados tenham divergências ideológicas com certos setores da esquerda marxista-leninista, consideramos que são setores populares com propostas positivas e mantemos um diálogo fluente, público e dinâmico com eles. Seguramente, a caminho da transformação, vamos encontrar muitas coincidências.

“Um caso concreto é nossa relação com a Esquerda Unida do Peru, que reúne grupos marxistas e não-marxistas. Temos uma relação cordial, sem qualquer tipo de confronto, apesar das discordâncias conceituais que possa haver com alguns grupos.

“De fato, nos debates no Parlamento — concretamente, no Senado, ao qual pertencem —, temos tido muitas posições coincidentes. Por exemplo, na questão da dívida externa. E também na da reorganização das forças policiais, um problema bem concreto.

“Divergimos em algumas pequenas coisas de ordem metodológica, mas, no básico, as concordâncias são significativas. Nos últimos problemas que o prefeito de Lima teve que resolver — o prefeito, como já mencionei antes, é o líder da Esquerda Unida —, contou com o apoio do governo central.

“Concordamos, sobretudo, quanto à necessidade de manter a estrutura democrática. Mas não

apenas na ordem política e jurídica, como também no sentido mais amplo, de democracia social e econômica. Nesse sentido, creio que todos os setores populares do Peru estão de acordo.

“A primeira tarefa agora é elevar o nível de vida da população rural. Temos quanto a isso uma grande concordância programática. Espero que ela possa ser mantida na fase operacional.”

O desafio do Sendero Luminoso

“Aí há um problema de base: na zona onde surgiu o Sendero Luminoso, o estado de miséria é realmente inconcebível dentro dos parâmetros do mundo ocidental no século 20. Há a necessidade urgente de mudar essa situação, de eliminar as condições objetivas da subversão no Peru. Isso não significa que vamos promover a subversão ou tolerá-la.

C. Sánchez/FAO



“Dar ao camponês que já tem terra, os mecanismos de comercialização”

“Mas, para resolver o problema, temos que buscar as suas causas fundamentais. E já se começou a trabalhar numa zona muito empobrecida, Puno, uma das mais pobres do Peru. Estamos também preparando um programa de trabalho para a zona de Ayacucho, que é o lugar de origem do Sendero, e para Huancavelica, ou seja, para toda a região mais abandonada do Peru.

“Não se trata de um problema jurídico, referente à propriedade da terra. Na realidade, a reforma agrária já foi feita. Talvez falte alguma entrega de títulos, que se realizará. Mas, fundamentalmente, o que falta são duas coisas: recursos para o desenvolvimento econômico da região — que vamos liberar — e um governo local com certa autonomia, com pessoal da região que realmente possa atender às aspirações regionais, que estiveram muito negli-

genciadas. Tivemos governos voltados para Lima e para o litoral, que deram sempre as costas ao altiplano.

“Com uma transformação dessa natureza, que está em preparação neste momento, pensamos que se pode atacar o problema a fundo e entrar numa etapa de extinção da velha miséria dessa área. Com o tempo, se essas medidas cumprirem o seu objetivo, este problema da subversão irá cedendo, à medida em que a população local sinta que há uma mudança real, lá e no resto do país.”

O idioma quêchua

“O quêchua é o idioma de uma grande parte da população do país. Durante o governo do general Velasco Alvarado, ele foi declarado idioma oficial. O que temos que fazer agora é uma tarefa muito específica: começar a implantar o quêchua com seriedade — antes, não passou de retórica —, dando os cursos que sejam necessários, impondo-o nas instituições em que realmente é indispensável, como por exemplo, no Poder Judiciário.

“Não há coisa mais vexatória do que levar um camponês a um tribunal em que os juízes não falam o seu idioma. É o que de mais humilhante, mais indigno se pode fazer a um réu. Esse é um trabalho específico, que deve ser adotado rapida-

mente: que os tribunais de justiça rurais nas áreas onde se fala o quêchua utilizem esta língua. Que o camponês sinta que a justiça que lhe está sendo administrada se expressa em seu idioma e não seja, como acontece agora, uma justiça que ele não entende, que é o princípio de toda a injustiça.

“Isso tem que ser acompanhado da preservação da cultura camponesa, que, para nós, é muito importante. Acreditamos que se trata de desenvolver tarefas muito concretas, muito específicas e não fazer, como no passado, quando os canais de televisão de Lima transmitiam em quêchua, medidas que mais pareciam de efeito político do que destinadas a promover alguma mudança substancial na vida dos peruanos de língua quêchua.”

Os meios de comunicação

“A experiência de socialização da imprensa que o general Velasco implantou lamentavelmente não funcionou. Os jornais perderam a liberdade; ao invés de passarem ao controle do que se chamou comunidades, ficaram, na prática, nas mãos do Estado. Isso fez com que, nos cinco ou seis anos que durou o controle da imprensa, esta perdesse em qualidade e se convertesse numa imprensa padronizada do governo, o que nem sequer o beneficiou. Caíram a venda, o volume e a qualidade dos jornais.

Alan García destitui generais acusados de massacre

□ Com a destituição dos generais peruanos Sinesio Jarama Dávila e Wilfredo Mori — os comandantes das operações militares que acarretaram a matança de 69 camponeses na localidade de Accomarca, no departamento de Ayacucho —, o governo do presidente Alan García deu passo decisivo no sentido de depurar as forças armadas e a polícia dos elementos que cometeram excessos nos choques com os grupos guerrilheiros que atuam no país.

O jovem estadista, que define sua gestão como “um governo democrático, nacionalista e popular”, não teve dúvidas em aprofundar medidas de moralização na esfera militar, cujas ações anti-subversivas tinham o apoio secreto do governo anterior, apoio esse que chegava até a impunidade.

Depois que os detalhes daquele massacre, ocorrido em 14 de agosto, foram revelados (inicialmente o fato foi atribuído a uma patrulha mi-

litar que combatia os guerrilheiros do Sendero Luminoso), Alan García deu um prazo de 72 horas para que o alto comando das forças armadas desse as explicações pertinentes ao caso. Em tom enérgico, o presidente peruano exigiu dos militares uma explicação concreta sobre essas mortes e uma definição sobre a sua causa: aconteceram em consequência de um choque com guerrilheiros ou por excesso de repressão? “O governo reitera que lutará contra a subversão mas não incorrerá em excessos”, sustentou o presidente em seu pedido de informações às forças armadas.

Num fato sem precedentes no Peru, os oficiais-generais da marinha, do exército e da força aérea e os chefes das operações antiguerilheiras no sudeste peruano — que acabaram sendo destituídos — tiveram que comparecer perante o Congresso, onde admitiram a responsabilidade de efetivos militares no massacre. É a primeira vez que as forças armadas reconhecem matanças cometidas por patrulhas militares, desde que começou a luta armada e a repressão contra as ações do Sendero Luminoso em 1980. Antes, as versões oficiais alegavam que os civis tinham sido assassinados por integrantes do grupo guerrilheiro ou que as baixas tinham ocorrido “em combate”.



Os jornalistas peruanos continuam lutando pela socialização da imprensa

“Nossa proposta é defender a mais absoluta liberdade de imprensa e de informação. De qualquer modo, a mudança na imprensa já se produziu. Os meios de comunicação que, originariamente, pertenciam a três ou quatro famílias — essa era a principal crítica formulada na reforma da imprensa — voltaram às mãos dos seus antigos proprietários, mas surgiram outros novos. Atualmente, temos meios de comunicação paralelos que já não pertencem às famílias, mas a grupos vinculados aos setores políticos, a grupos de opinião.

“Hoje, pode-se falar de uma imprensa marxista, de uma imprensa vinculada ao Apra, aos setores tradicionais, à direita. Enfim, temos um amplo espectro, que permite a expressão do pensamento das diversas correntes, com tiragens absolutamente diferentes das anteriores.

“A imprensa de direita no Peru tinha, tradicionalmente, tiragens altíssimas, enquanto a imprensa de esquerda circulava de forma muito restrita. As coisas mudaram. Os meios de comunicação expressam em suas tiragens as posições políticas e ideológicas das massas do Peru.

“A posição do governo aprista é de manter essa liberdade, manter todas as facilidades para que exista uma imprensa democrática.”



“O Apra defende a liberdade de informação”

A “comunidade de trabalho”

“Uma das reformas mais significativas do período do general Velasco foi a criação da comunidade trabalhista nas empresas. Não existe reversão nesse processo. No Peru, a rigor, nunca houve uma comunidade trabalhista, porque se mantiveram as porcentagens de distribuição dos lucros. Houve, sim, mudanças internas: originalmente, a lei de comunidades trabalhistas estabelecia que se distribuiria os lucros entre os trabalhadores de cada empresa, transformando-os em capital acionário. Quando os trabalhadores chegassem a deter 50% do capital da empresa, a presidência do conselho seria sorteada — podendo caber assim, teoricamente, a um representante dos trabalhadores. Mas não estava definido o que ocorreria quando os trabalhadores alcançassem esses 50%.

“A partir daí, o capital acionário dos trabalhadores continuava crescendo? Parava aí? Isso não estava claro, e essa indefinição fez com que o empresário privado perdesse o entusiasmo. Gerou-se um estado de desconfiança.

“Posteriormente, esse aspecto foi definido. Estabeleceu-se que o volume dos lucros continuaria passando para os trabalhadores e que a comunidade trabalhista continua existindo enquanto tal, mas que o proprietário da empresa pode manter sempre o controle da maioria do capital acionário.

“Apesar de haver setores da direita que se queixam, pensamos que a experiência foi positiva e deve ser mantida. Parece-me que está faltando uma avaliação técnica, e que teria chegado o momento de fazê-la, porque já se passaram muitos anos desde que o sistema foi implantado. Uma avaliação do seu funcionamento permitirá que possam ser tomadas algumas decisões que o tornem mais eficaz. (Beatriz Bissio)

Peru / FMI: Um casamento quase desfeito

Esperado com muita expectativa, o discurso do presidente Alan García na Assembléia-Geral das Nações Unidas acabou engrossando o coro de protestos latino-americanos contra as condições impostas pelo FMI para o pagamento da dívida externa do continente. Mas o presidente peruano foi mais longe que os seus colegas. Ameaçou diretamente deixar o Fundo caso não haja uma reforma radical nas relações econômicas entre o Norte e o Sul, e além disso insinuou numa entrevista à imprensa que seu país poderia dar auxílio direto a qualquer nação latino-americana invadida militarmente por "uma potência".

Estas duas declarações acabaram se transformando no assunto quase obrigatório das especulações de diplomatas presentes à 40ª Assembléia-Geral da ONU. A ameaça de retirada do FMI foi feita logo depois de García reiterar o seu apelo por uma reunião de cúpula dos países endividados da América Latina, feito em julho quando tomou posse na presidência. A nova ofensiva peruana contra o Fundo foi encarada como um sinal de que García não "vai esperar pelo apito de Wa-

shington autorizando negociações", como o próprio presidente afirmou textualmente.

Já a referência à questão da América Central foi recebida como uma nova advertência aos Estados Unidos no caso da Nicarágua. "A presença militar de uma potência deve ser condenada, e se acontecer uma invasão, deve haver um repúdio ativo e conjunto de todos os países do continente", afirmou Alan García. Ele também sugeriu que os países latino-americanos deveriam, em vez de ceder ao Fundo, reforçar os organismos monetários regionais, como o Fundo Andino de Reserva, que na opinião de García deve ser fortalecido com a adesão do Brasil e Argentina.

As declarações do presidente peruano provocaram reações imediatas do Departamento de Estado que previu "adversas consequências", caso García decidisse romper com o Fundo. Um porta-voz oficial dos Estados Unidos disse que o FMI "ainda é o foro adequado para discutir o problema da dívida e que os interessados em abandonar a organização devem arcar com os resultados". A dura reação norte-americana levou o presidente do Peru a afirmar que "não teme ficar isolado" na sua batalha com as autoridades financeiras internacionais. "Acho — garantiu Alan García — que está chegando a hora de assumirmos que o casamento com o FMI está em crise e pode estar chegando ao fim".

Alan García: "Reforçar os organismos monetários regionais"



Um programa para Sanguinetti

O agravamento dos conflitos sindicais e a deterioração das relações entre o governo e a oposição marcam o primeiro semestre de exercício democrático em um país que acaba de renegociar sua dívida, adaptando-se às normas exigidas pelo FMI

Após concluir as gestões para a renegociação da dívida externa, o ministro da Economia Ricardo Zerbino finalmente voltou ao Uruguai garantindo — com um tom que se esforçou para tornar convincente — que o país havia dado “um grande passo à frente” na solução de um de seus problemas mais prementes.

O que o ministro Zerbino (junto com o diretor de Planejamento Ariel Davrieux e o diretor do Banco Central, Ricardo Pascale) havia conseguido, e se apresado em apresentar como uma vitória consistia, basicamente, em:

— um “reescalonamento” dos vencimentos em matéria de amortização de capitais comprometidos com os bancos privados para o período de 1985/89. Esses vencimentos — um montante próximo aos 2 bilhões de dólares — representam, aproximadamente, 90% da dívida do setor público com os bancos internacionais.

— um prazo de 12 anos (de 1985 até 1996) para o novo esquema de pagamentos com um período de carência de três anos (1985 a 1987). Em 1988 e 1989, o pagamento das amortizações chegará a 100 milhões de dólares; a partir de 1990, serão progressivamente maiores;

— a taxa de juros estabelecida para o montante renegociado será calculada à razão de 1 3/8 pontos sobre a *libor*, menor do

que a fixada para o último refinanciamento (29 de julho de 1983);

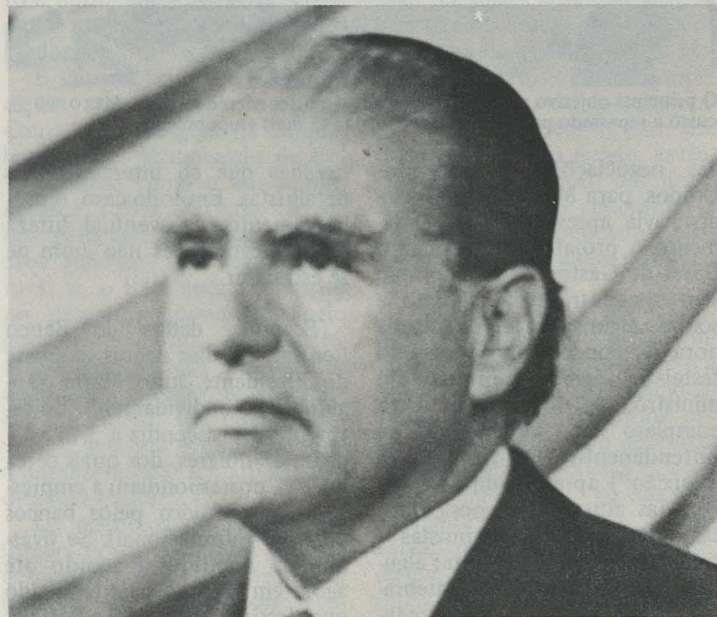
— foram obtidos 150 milhões de dólares dos bancos privados, organismos multilaterais (BID e Banco Mundial) e governos, entre os quais, os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha;

— o próprio Fundo Monetário Internacional contribuiria com outros 120 milhões de dólares em regime de *stand-by* e uma linha de créditos de 68 milhões, destinada ao “serviço de

financiamento compensatório” das perdas sofridas pelo Uruguai devido à deterioração dos termos de intercâmbio;

— os pagamentos de amortização negociados representariam, segundo Zerbino, “nos próximos cinco anos, cerca de 5% da quantia que teria que ser paga se não tivesse sido negociada”.

O governo fez um estardalhaço em torno disso e recorreu a todos os meios de comunicação — oficiais e oficiosos — para divulgar a boa nova. O próprio ministro negociador se gabou de



O presidente Sanguinetti optou por uma negociação com os credores dentro dos parâmetros tradicionais

que o FMI ("um fantasma com má fama" — segundo ele, injusta) não teria introduzido qualquer modificação no programa apresentado. Chegou-se a citar a frase de um integrante da junta de credores, não identificado, segundo o qual "o acordo obtido (com o Uruguai) é o mais favorável que já negociamos com um país devedor, sendo a primeira vez em que é acompanhado da concessão de novos fundos". O governo e, inclusive, algum outro ingênuo observador exultavam.

Poucos dias antes, numa de suas viagens-relâmpago da sede

Continuismo econômico?

As gestões de Zerbino, Davrieux e Pascale tinham sido realmente muito prolongadas. Periodicamente, os negociadores iam soltando notícias "alentadoras" sobre suas conversações com o comitê de bancos presidido pelo já famoso William Rhodes (Citicorp), apesar de terem chegado também a qualificá-las de "muito duras". Se tão prolongado processo esteve marcado, ou não, por "ajustes" no programa apresentado pelo governo uruguaio, pouco importa: são fi-



O principal objetivo do FMI é o pagamento do serviço da dívida. Mas o seu custo é repassado para a população, cada vez mais empobrecida

das negociações, nos Estados Unidos, para Montevidéu, Zerbino havia apresentado ao Parlamento o projeto do Orçamento Geral de Gastos do Estado, não sem antes introduzir, segundo se soube, alguns cortes de última hora. E, poucas horas depois do festejado regresso definitivo do ministro, se divulgou o texto completo do "Memorando de Entendimento" (leia-se "carta de intenção") apresentado ao FMI. Àquelas alturas, os oposicionistas — esses eternos pessimistas — tinham começado a montar algumas outras peças do quebra-cabeças: o resultado, infelizmente, não parecia muito promissor.

ligranas que só interessam aos detalhistas. Em todo caso, o prolongamento e a eventual dureza dessas negociações não eram de se estranhar.

Segundo dados do Banco Central, 30 dias depois da posse do presidente Julio María Sanguinetti, o endividamento do setor público ascendia a 3,215 bilhões de dólares, dos quais cerca de 70% correspondiam a empréstimos concedidos pelos bancos privados internacionais. Se tivesse sido mantido o acordo até agora em vigor, o país teria tido que destinar entre 800 e 950 milhões de dólares ao pagamento

de serviços e amortizações, durante o período 1985/1989. Claro que não teria conseguido pagar essa quantia, e não é difícil supor que tal impossibilidade deve ter representado um fator decisivo na atitude dos credores.

Mas conseguir um prolongado reescalamento dos pagamentos, de caráter plurianual, com taxas de juros mais baixas que as concedidas ao México e Argentina, e ainda por cima obter "fundos frescos" (uma expressão que, de tanto ser usada pela equipe econômica do governo, já foi incorporada à linguagem popular, se bem que com um rasgo irônico sobre seu significado de remédio universal), era um objetivo que cabia encarar com forte ceticismo. Nesse sentido, é justo dar a Zerbino o que é de Zerbino: se, tomada a decisão de negociar, esse era o propósito, o governo conseguiu atingi-lo.

Usando o jogo de "uma boa notícia e outra má", agora é a vez da segunda. A renegociação, obviamente, nem sequer tocou na questão dos juros. Nesse sentido, comentando os primeiros termos conhecidos do acordo, o economista Alberto Couriel assinalou que, "na política do Fundo Monetário Internacional, o objetivo prioritário já não é mais o equilíbrio do balanço de pagamentos, nem as medidas antiinflacionárias, e sim, fundamentalmente, o pagamento do serviço da dívida". É daqui a junho de 1986, pagar esse serviço significa para o Uruguai um ônus que, em números brutos, alcança 410 milhões de dólares.

Condições recessivas

De acordo com fontes independentes, o governo teria previsto completar essa soma com os seguintes recursos: 80 milhões de dólares provenientes dos juros de depósitos de bancos no exterior, 155 milhões de dólares de "fundos frescos" fornecidos pe-

los bancos credores e 175 milhões de dólares pelo excedente previsto na balança comercial para este ano.

Mas nessa operação se percebem dois problemas ou, pelo menos, uma especulação arriscada e um problema real. Por um lado, deve-se levar em conta que os "fundos frescos" teriam que se destinar, como foi anunciado pelo próprio governo, para investimentos voltados para a reativação da economia (de fato, pelo menos cerca de 40 milhões de dólares proporcionados pelo BID e o Banco Mundial devem ser aplicados em projetos específicos, entre os quais a reforma e modernização de uma central hidrelétrica). Supondo que se trate de uma confusão, talvez se estivesse contando, em troca, com o *stand-by* e o "serviço de financiamento compensatório" fomecidos pelo FMI (embora, também nesses casos, segundo as versões oficiais, já teriam sido previstas outras aplicações para tais somas).

O problema real, porém, continua: não é possível acreditar, seriamente, que a balança comercial possa atingir um superávit de 175 milhões de dólares como foi anunciado pela equipe econômica, se levarmos em conta que nos sete primeiros meses de 1985 as exportações totalizaram apenas 493 milhões de dólares (contra 610 milhões no mesmo período de 84). Realmente, nesses meses se registra um saldo positivo na balança, mas se trata apenas de 44,6 milhões de dólares, isto é, 153,6 milhões de dólares a menos do que no período janeiro/julho de 1984.

E aí? A resposta fica por conta do já citado Alberto Couriel: "Como não se conseguiu os fundos necessários para pagar os juros, o que o FMI vai exigir de nós é a restrição de importações, para que haja um saldo na balança comercial que possibilite fazer uma transferência real de recursos. E reduzir as importações sig-



As previsões de que as exportações deixarão um bom saldo positivo na balança comercial são excessivamente otimistas

nifica criar uma situação recessiva; significa cortar o déficit fiscal, cortar o crédito interno, baixar os salários. Em outras palavras, continuar pagando ainda uma dívida externa pela qual o Uruguai é, sem dúvida, responsável; mas é tão responsável quanto a política dos países credores e os próprios bancos privados credores".

E são precisamente essas condições recessivas apontadas por Couriel que surgem da simples leitura do "Memorando de Entendimento" com o Fundo Monetário. Talvez Zerbino não tenha percebido que suas declarações admitem uma segunda leitura: se o FMI nada modificou no programa apresentado pelo governo uruguaio, seria justamente porque esse programa se adapta à perfeição ao receituário do Fundo. Em outras palavras, a política econômica seria a mesma adotada no país pela ditadura militar.

Os membros do Partido Colorado ficam ofendidos quando a oposição acusa o governo de praticar um "continuismo econômico". Mas seria, no mínimo, difícil refutar essa acusação, ten-

do em vista os compromissos assumidos agora pelos representantes desse governo.

O jogo político, a corporação e o orçamento

Com esses dados em vista, é cada vez maior o número de pessoas que encaram os seis primeiros meses de gestão de Julio María Sanguinetti como uma espécie de minuetto, em que se avança e recua de acordo com um esquema que teria girado, exclusivamente, em torno das negociações há pouco concluídas e das medidas econômicas e sociais a serem adotadas daqui por diante.

Talvez seja um exagero: Sanguinetti também se dedicou, embora com diferentes resultados a questões como o seu relacionamento com o remanescente poder militar ou como o desenvolvimento de uma política externa independente. (O "embaixador itinerante" de Reagan, Harry Shlaudeman, passou, recentemente, algumas horas em Montevideo, para tentar averiguar o que é o "grupo de apoio a Contadora", criado, em grande parte,

por uma iniciativa do presidente uruguaio.)

Mas é óbvio que a crise econômica e suas inevitáveis consequências sociais determinam, prioritariamente, a ação de Sanguinetti, tanto quanto a reação do país inteiro.

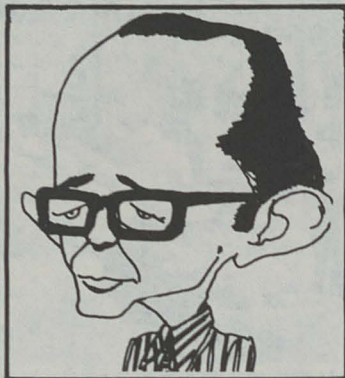
Por outro lado, não é só a vida externa que afeta a gestão do governo: o país enfrenta também o mais grave endividamento interno de toda sua história. Há muito tempo, está no Parlamento um projeto de lei que propõe algumas possíveis soluções para o problema. A demora de sua aprovação obrigou a adiar certas medidas de emergência, como a suspensão de execuções judiciais de empresas e empresários superendividados, entre os quais não são poucos os produtores agrícolas.

No entanto, o opositorista Partido Nacional condiciona seu voto favorável ao projeto à aprovação simultânea de uma lei que criaria a chamada "Corporação para o Desenvolvimento". Este organismo — em cuja direção participariam representantes políticos, empresariais e sindicais, e que reuniria fundos de procedência mista privado-estatal para apoiar, financeira e tecnicamente, iniciativas produtivas — já estava planejado nos consensos do Acordo Nacional Programático (Conapro), mas em termos muito vagos.

O Partido Nacional não concorda com a implementação dessa corporação, pelo menos no que diz respeito à procedência dos capitais que possibilitariam seu funcionamento: o que os dirigentes blancos propõem é que a lei obrigue os bancos que se beneficiaram com a compra de suas *carteiras morosas*¹ por parte do

Banco Central a contribuírem com os lucros assim obtidos para os fundos da corporação.

Essa proposta deixou abertamente escandalizado o ministro Zerbino, e não menos os porta-vozes da direita econômica vin-



O ministro Zerbino

culada ao sistema financeiro, sobre cuja estrutura se assenta boa parte da política econômica de Sanguinetti.

Multiplicação de paralisações e greves

O governo também não tem se saído muito melhor em suas relações com os sindicatos, que exigem "soluções já" e o acusam (da mesma forma que os partidos opositoristas) de não ter um programa econômico coerente e não haver implementado uma só medida que tenda à reativação da economia, à queda dos índices de desemprego e ao aumento do salário real. O governo divulga dados para provar que, em relação a este último item se conseguiram alguns progressos, mas, mesmo que eles sejam corretos, essa recuperação não só deixa de lado vastos setores marginalizados da sociedade (55% dos uruguaios consomem menos proteínas do que há um ano atrás, por falta de recursos) como é insuficiente para reverter a queda vertical sofrida pelo poder aquisitivo dos salários, que perderam mais de 50%

do seu valor.

A consequente mobilização dos trabalhadores se traduziu numa multiplicação das paralisações e greves, e, entre elas, a deflagrada pelos funcionários e operários da Administração de Ferrovias do Estado adquiriu particular gravidade. Uma iniciativa de estabelecer conversações entre o governo, representantes sindicais e os partidos políticos fracassou em virtude da retirada unilateral do governo, que alegou ver sua autoridade desrespeitada pela manutenção das greves.

A reação, generalizada, não se fez esperar: o governo aceita participar das conversações porque há conflitos sindicais e, depois se retira, porque há conflitos sindicais. Em última instância, poucos alimentam dúvidas a respeito de que essa aparente inconsequência só encobria a necessidade do governo de dominar a situação interna justamente no momento em que negociava com os bancos credores e o FMI.

Suspensão do diálogo, o objetivo do governo seria "deixar morrer" a greve dos ferroviários, contando com o fato de que, para eles, seria impossível mantê-la por muito tempo. Há alguns meses atrás, o governo havia agido de forma parecida com relativo êxito, ante um conflito com funcionários do Poder Judiciário. Mas essa fórmula encerra vários perigos: agora, todo o movimento sindical está reunido em torno dos ferroviários, ameaçando com uma paralisação geral que colocaria o governo em situação difícil². Os riscos, porém, são recíprocos: mais de uma vez, o Executivo deixou transparecer sua eventual decisão de baixar um decreto proibindo as greves dos funcionários públicos, para

¹ Refere-se à operação de compra, por parte do Banco Central, das carteiras de clientes devedores, de cobrança duvidosa, de bancos em dificuldades, em sua maioria estrangeiros.

² A central sindical PIT-CNT realizou uma paralisação geral em 19 de setembro em solidariedade aos ferroviários.

QUANDO VOCÊ TERMINAR DE LER ESTE ANÚNCIO, O DESEMPREGO NO RIO ESTARÁ MENOR AINDA.

Depois da Passarela do Samba, dos CIEPS, das Jardineiras, da Semestralidade e 13º para o Funcionalismo

e outras mais, o Rio de Janeiro apresenta sua mais nova atração: a menor taxa de desemprego e marginalidade de

nosso país.

Esses resultados são reflexos em nossa economia das medidas e das realizações do Governo Estadual, que repercutem também de maneira clara e definitiva nesta informação do IBGE: o produto industrial do Rio de Janeiro, em julho, apresenta um crescimento real de 7,7% em relação a julho de 1984, e de 15,4% em relação a junho de 1985.

Tudo isso mostra que um governo sério, competente e, principalmente, voltado para nossos problemas sociais, consegue reduzir o desemprego.

Um Governo que trabalha para que todos possam encontrar trabalho.

Desempregados e trabalhadores por conta própria, que não receberam rendimentos, em relação à população economicamente ativa.

	1982		1985		
	MAIO %	FEV %	MAR %	ABR %	MAIO %
Rio de Janeiro	8,13	6,96	6,98	6,41	6,48
São Paulo	6,25	7,18	7,19	7,00	6,53
Porto Alegre	6,19	6,64	8,34	7,39	7,84
Belo Horizonte	8,61	9,64	9,71	8,11	7,54
Salvador	6,61	7,94	7,49	6,64	6,88
Recife	8,98	9,17	10,50	10,32	10,37

Observe que, em 1985, o Rio é o único Estado que apresenta uma taxa inferior ao ano de 1982.

Fonte: IBGE

**RIO: A MENOR TAXA DE
DESEMPREGO DO BRASIL.**

**SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
GOVERNO LEONEL BRIZOLA.**

Uruguai II



A alegria da campanha eleitoral, em novembro de 1984. Agora, o desafio é governar sem frustrar as expectativas

B. BISSO

“As nossas democracias estão em jogo”

Numa entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai defende a necessidade de um acordo político latino-americano para aumentar a capacidade de negociação da dívida externa

Economista conhecido por sua atuação, durante mais de uma década, à frente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) das Nações Unidas, ele fala aqui para *cadernos* de sua primeira experiência eminentemente política, como ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

A realidade é vista de modo diferente a partir de sua nova função?

— A dimensão nova é que, no governo, se vêem as reais prioridades com uma visão pragmática e realista. Os assuntos são os mesmos, os conceitos também, mas as prioridades mudam, de-

vido ao predomínio das circunstâncias. O que aprendi é que as teorias muitas vezes têm uma visão idealista. Na mesa de trabalho, a realidade adquire uma dimensão diferente e os problemas, uma urgência bem maior.

No caso do Uruguai, estamos vendo a importância que tem uma ação conjunta. Constatamos que o problema da dívida condiciona nosso desenvolvimento econômico e que a negociação tem que ser acompanhada por uma vigorosa ação interna, em que um acordo entre as diversas forças políticas tem fundamental importância para se atingir o consenso que nos impeça de entrar em lutas redistributivas. O

tema da dívida tem, além disso, relação direta com nossa capacidade de ação interna. É o que se aprende quando se está na mesa de trabalho de um governo.

Contadora e Cartagena

Enrique Iglesias foi projetado ao primeiro plano da política latino-americana nos curtos meses que tem de gestão, por sua atuação como ativo negociador em dois temas chaves da região: a paz na América Central e a dívida externa.

Com relação ao primeiro, Uruguai, Argentina, Brasil e Peru acabam de formar uma equipe internacional de apoio ao Grupo

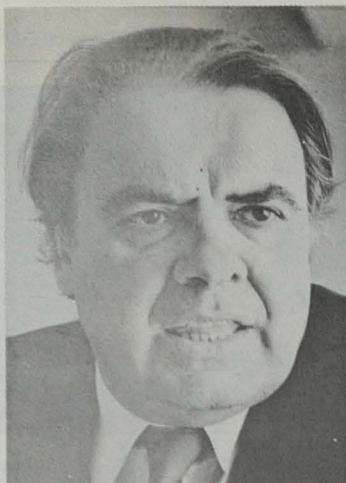
de Contadora, a fim de reativar os esforços visando a evitar a generalização do conflito bélico na região. Quanto à dívida externa, tema mais ligado à sua formação de economista, Iglesias é, atualmente, secretário do Consenso de Cartagena, um grupo de países latino-americanos que busca negociar com os credores melhores condições para o pagamento da dívida externa.

Contadora e Cartagena são dois compartimentos estanques ou estão relacionados?

— Nossa ação política em Contadora tem aspectos que podem nos levar a pontos de vista diferentes ou até mesmo a confrontos com os grandes atores internacionais no problema centro-americano. E é com esses mesmos atores que estamos discutindo o problema da dívida. De modo que o clima internacional pode melhorar ou piorar em função do que se discute em Contadora e tudo isso pode afetar, direta ou indiretamente, nossa capacidade negociadora em outros níveis.

Na segunda quinzena de agosto, o chanceler uruguaio participou de um seminário internacional organizado em Montevidéu pelo Instituto de Estudos Transnacionais (Ilet), de Santiago do Chile, sobre “Cooperação Política Regional para a Democracia”. A dívida externa foi o centro das reflexões do seminário e Iglesias, com a autoridade que lhe conferem os seus conhecimentos e sua experiência negociadora (“bastante frustrante”, como a classificou) com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e governos do Norte industrializado, assinalou que há “grande coincidência” quanto ao diagnóstico do problema: primeiro, é um tema central para o desenvolvimento da América Latina; segundo, a dívida não pode ser paga, nem está sendo cobrada.

Na sua opinião, o proble-



O ministro Iglesias

ma se complicou a ponto de ficar fora de controle, devido à alta taxa de juros vigente nos Estados Unidos e à deterioração dos termos de intercâmbio do Terceiro Mundo. Esses fatores, contudo, não resultam da dívida, mas da política econômica dos Estados Unidos, que não mantém os juros altos para cobrar mais dos países devedores, e sim para atrair capitais de que necessitam para cobrir seu déficit comercial.

Há um consenso, além disso, conforme assinalou Iglesias, em torno de que a dívida não é “culpa” exclusiva dos devedores. “Os credores são co-responsáveis pela criação do problema”.

No seminário foi declarado, insistentemente, que o tema da dívida é político e não meramente técnico ou financeiro. Como encará-lo, então, nas negociações com os credores?

— Estamos procurando, diligentemente, os caminhos para conseguir que a dívida seja tratada na mesa política de negociações e não na discussão técnica com os bancos. Até agora, não tivemos muito êxito. Estamos apelando à opinião pública e aos amigos do hemisfério Norte. Especialmente, às forças

que se mostram receptivas, como as da Comunidade Econômica Européia. E, sobretudo, tentando convencer nossos credores, pelo caminho da razão, de que a solução do problema da dívida não beneficia somente a nós, mas também aos países industrializados e ao sistema financeiro internacional.

No Norte, se vê a dívida como um problema isolado, que só interessa a nós. Não é fácil mudar isso. Até agora os países industrializados não conseguiram se convencer da necessidade de negociar. Mas, eu creio que, por enquanto, a única alternativa é continuar trabalhando juntos. Continuar apelando à opinião pública, alertando quanto aos riscos que corremos e procurando mostrar ao Norte o interesse que eles devem ter em discutir conosco esse tema a nível político, o que não significa politizar o problema.

Ninguém desconhece a dívida, os compromissos assumidos, a relação bilateral, a relação entre devedor e credor. O que queremos é um ingrediente político adicional, para que o ajuste possa ser feito de forma equitativa, para que possamos promover o desenvolvimento econômico de que necessitamos, forçosamente, para poder sustentar as nossas democracias. É isso que está em jogo.

Prudência nos prognósticos

O chanceler uruguaio não quer ser taxativo num prognóstico sobre o que poderá ocorrer se não houver essa mudança por parte dos credores. A seu ver, nesse tema, as posições oscilam entre as teses “catastrofistas” e as “conformistas”. As primeiras recorrem à História e assinalam que, no passado, as crises da dívida se resolveram com (ou conduziram a) guerras, invasões, convulsões internas e internacionais. Os otimistas invocam a experiência dos anos 70 e 80, as-

sinalando que o capitalismo inventou mecanismos de suporte que foram absorvendo outras crises que pareciam "finais", como a do petróleo, em 1973 e anos seguintes, ou a da estagnação (inflação com estagnação), em finais da década passada e princípios desta.

Os conformistas alegam que a crise da dívida não é mundial, nem sequer de todo o Terceiro Mundo. Afeta a América Latina, mas não o Oriente Médio. A África, em certo grau, mas não o Sudeste Asiático. Em suma, concluem que pode surgir alguma mecânica nova que permita superar o problema, embora ainda não se saiba qual seja.

Entre esses extremos, apontou Iglesias, é preciso ser "prudente no prognóstico" sobre como que a dívida pode evoluir no futuro.

Quanto às soluções, o chanceler se estendeu mais amplamente na análise:

"Teoricamente — afirmou —, as soluções poderiam ser de ruptura com o sistema ou dentro dele. Uma ruptura, explicou, poderia se produzir por moratória ou repúdio da dívida. A moratória deveria ser declarada unilateralmente, alegando-se talvez a simples impossibilidade de pagar. O repúdio poderia ser legitimado com argumentos: a dívida, ou grande parte dela, é ilegítima; foi contraída por regimes ditatoriais; os capitais nunca entraram realmente no país; houve operações fraudulentas ou, de qualquer forma, o dinheiro que entrou foi amplamente compensado pela fuga de capitais no mesmo período, que saíram ilegalmente dos países e estão depositados nos mesmos bancos credores da dívida, onde não poderiam estar sem a sua cumplicidade."

Mas essa alternativa, segundo o chanceler uruguaio, só é concebível se os grandes devedores (México, Argentina, Brasil, Venezuela) a adotarem. Os países pequenos não teriam qual-



quer possibilidade de enfrentar sozinhos, no mundo contemporâneo, as represálias a uma moratória unilateral: bloqueio de suas contas externas, paralisação do comércio exterior etc..

"E os grandes não estão pensando em rupturas desse tipo — acrescentou Iglesias — não por preconceitos ideológicos, mas, simplesmente, pela avaliação que fazem dos custos e benefícios de uma moratória."

O "salto no vazio", decididamente, não está na agenda. Poder-se-ia chegar ainda a uma ruptura "pela força", à bancarota pura e simples. "Seria preciso repensar, nesse caso, todo o esquema", assinala o chanceler uruguaio, esclarecendo que esta última é mais uma hipótese teórica do que uma alternativa

plausível.

As soluções dentro do sistema são agrupadas por Iglesias em três grandes categorias. A primeira, no esquema atual, ele chamou de "duração sem direção". Trata-se, simplesmente, de deixar passar o tempo, renegociando de vez em quando os saldos à espera de que algo ocorra: talvez melhorem os preços das matérias-primas, baixem os juros ou nossos países possam fazer maiores economias. "O problema é que vivemos nessa esperança desde 1982". Em 1984, houve certo desafogo, porque o déficit comercial dos Estados Unidos absorveu os extraordinários excedentes de exportações latino-americanas. Mas, a contrapartida não veio. Os preços continuaram baixando e os juros continuam altos. De modo

que os países latino-americanos, segundo o chanceler, "ficam nervosos e estão chegando muito perto de seus limites de tolerância".

"Nesses três últimos anos, a América Latina transferiu para o exterior um saldo líquido de 50 bilhões de dólares, numa fase em que a consolidação das democracias reconquistadas requer mais investimentos em desenvolvimento", denuncia Iglesias. "Pa-

credores, mas a ação conjunta melhorará o cenário em que os negociadores atuarão.

"É necessário grande realismo"

Como aumentar essa capacidade negociadora da América Latina, ainda sem uma negociação conjunta?

— Creio que é, fundamentalmente, um problema de unidade política, descobrindo-se que há

dê-lo. Temos que cuidar para que não sejam destroçadas aquelas instituições em que investimos esforços e temos confiança.

Negociar com os bancos ou com os governos?

— Para nós está muito claro que o tema é político, mas não se pode esquecer que os interlocutores são o FMI e o Banco Mundial, que não estão dispostos a ouvir fórmulas renovadoras.



São as classes assalariadas que carregam o ônus mais pesado da crise

rece claro que esse esquema não pode funcionar por muito tempo mais. Ou, simplesmente, já não está funcionando".

A segunda alternativa é a negociação coletiva da dívida, o "clube" ou "sindicato" dos devedores. Parece a opção ideal, mas Iglesias a considera inviável, pela mesma razão porque acredita ser inviável uma ruptura com o sistema: os grandes não estão dispostos a isso e preferem negociar em separado, pois a sua própria análise de custos-benefícios lhes indica que esta é a melhor via no momento.

A única opção disponível é, então, na ótica de Iglesias, a "negociação bilateral com melhoria das condições gerais". Cada país renegociará sua dívida com os

interesses comuns a todos. E de aplicação de idéias realistas, e não, simplesmente, de romantismos retóricos. Temos que aplicar o sentido prático e um grande realismo às relações internacionais. E certamente, depois, chegar a um acordo de interesses nos foros apropriados.

Quais?

— É preciso tratar de fortalecer certas instituições. O Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), por exemplo, quando falamos do problema econômico. O Sela está passando por um período crítico que tem que superar. A América Latina criou o Sela como órgão de negociação econômica. É necessário defen-

A nova divisão internacional do trabalho

"Acontece — acrescenta Iglesias — que a postura convencional dessas instituições não funcionou. Trata-se, então, de voltar às fontes: recolocar politicamente o tema."

Para isso, seria preciso estabelecer as seguintes bases: primeiro, não se pode falar só da dívida. "O tema não comove. Quem o maneja são os bancos e as tesourarias, não as chancelarias. É preciso se falar de desenvolvimento, da reintegração da América Latina no mundo. Hoje, se está negociando entre os países industrializados a nova divisão do trabalho mundial para os próximos 25 ou 50 anos. É preciso sustentar, então, a inviabilidade do que está se passando. Diante de governos, com uma colocação responsável, viável no sentido econômico, financeiro e jurídico".

Para Enrique Iglesias, "é necessário ter criatividade e audácia, mas sem esquecer que estamos num mundo que vive uma explosão liberal. É necessário reconhecer que poder nós temos. Reconhecer diferenças entre países. O Norte ainda não está preocupado".

Contudo, o chanceler reconhece que existem "elementos positivos". "Há maior consciência no Norte. Há diferenças entre os bancos. O Congresso norte-americano é mais flexível. A dívida se concentra em

grandes bancos. E isso, sim, é político. Por outro lado, o México, com a sua crise renovada, o Brasil, com o novo governo, e a Argentina, com uma nova política econômica, mudaram. Cartagena se fortalece”.

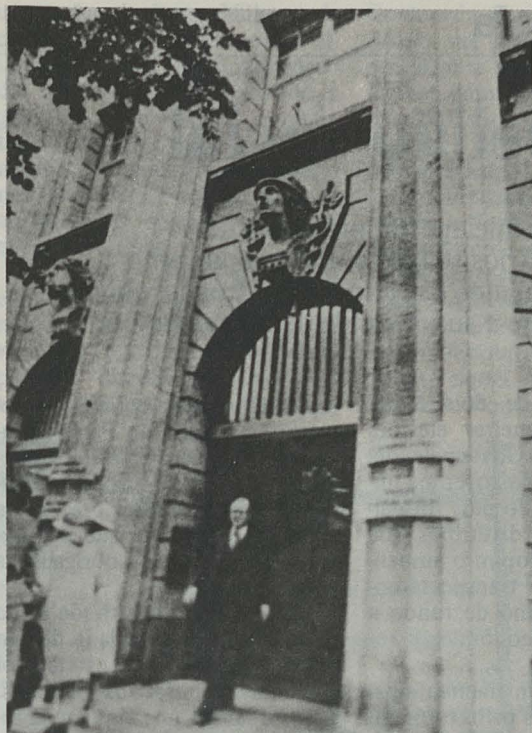
E insiste: “Não sairemos (do atoleiro da dívida) através de soluções técnicas. O problema é político, lento e difícil. O problema da opinião pública é fundamental. O Norte não é um muro. É necessário abrir brechas para promover uma solução global, não limitada à dívida”.

Sindicato de presidentes?

Falou-se da necessidade de criar o que o vice-ministro argentino Jorge Sábato chamou com humor de “Siplade”, ou seja, um “Sindicato de Presidentes Latino-Americanos Democráticos”, para poder instrumentar essas negociações. O Uruguai apóia essa idéia?

— Nós veríamos com simpatia uma organização política desse tipo. De fato, existem contatos, mas seria preciso institucionalizá-los de uma forma muito mais clara. Eu creio que a Organização dos Estados Americanos (OEA) exerce um papel, que é o de ser foro para o diálogo com um país (os Estados Unidos) com o qual temos relações muito importantes e permanentes. Mas assim como se criou um Sela para levar adiante as relações econômicas negociadas entre os parceiros latino-americanos, também se poderia pensar num organismo de consulta política permanente, que desse à região maior capacidade de negociação no diálogo internacional. É uma idéia positiva, que vemos com simpatia.

Em mais de uma oportunidade, o senhor enfatizou a necessidade de fortalecer as instituições internacionais, inclusive contrariando os que preferem os diálogos informais...

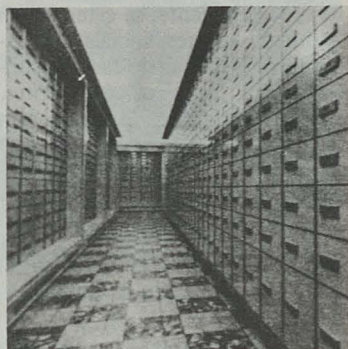


Os grandes bancos internacionais ainda não se sensibilizaram nem se alarmaram com o tema da dívida, fato que eles não consideram um problema político

— Há, nesse momento, no mundo, uma descrença muito grande quanto ao funcionamento de toda a estrutura institucional que se construiu, pacientemente, nos últimos 40 anos (incluindo, entre outros organismos, a própria ONU) e que visava a criar uma rede de solidariedade a partir do funcionamento dos mecanismos multilaterais.

Essa estrutura está em crise. Não é novidade. Todo o mundo percebe. Mas, por detrás dessa crise, há certamente fatos objetivos. Alguns organismos se tornaram um tanto obsoletos. Isso os levou a perder força, prestígio e eficácia. Mas, creio que há elementos muito mais importantes que estão minando a sua ação.

Certos grupos sociais ou políticos simplesmente prefeririam que esses organismos, que foram a consciência crítica da humanidade, não existissem nem tivessem mais a influência que tiveram no passado. Isso é muito



grave, porque nos levaria a um mundo onde imperariam os interesses criados e a força, e não a razão e os compromissos éticos.

Eu creio que a estrutura institucional internacional, com todos os seus defeitos, responde aos imperativos éticos das relações entre as nações. Isso é o que se tem que defender. Muitas vezes, nos esquivamos das instituições, ao invés de defendê-las por dentro. Isso é uma má política. (Roberto Remo) ●

Guatemala

A rebelião social

Os estudantes iniciam um protesto que se estende a vários setores e obriga o governo a revogar aumentos e reprimir com tropas militares, o que desmente a sua vontade democratizadora

Pouco mais de dois meses após as primeiras eleições presidenciais na Guatemala depois de 30 anos de governos militares, a capital do país foi palco de violentos distúrbios que tiveram como estopim o aumento das tarifas do transporte coletivo e como pano de fundo a profunda crise econômica e social.

Os protestos, inicialmente pacíficos e liderados pelos estudantes, começaram no final de agosto e, rapidamente, se estenderam a outros setores sociais. Trabalhadores e donas-de-casa se solidarizaram com os estudantes, quando milhares deles foram

reprimidos pela polícia do regime, em frente ao Palácio Nacional, sede do governo guatemalteco, por exigirem a revogação dos aumentos dos preços dos transportes, medida que o governo acabou sendo obrigado a adotar.

Pela segunda vez desde a sua fundação, a Universidade de San Carlos, uma entidade estatal, foi invadida por efetivos militares. Os estudantes que tinham se refugiado lá depois dos incidentes — que a essa altura já tinham custado a vida de quatro jovens — foram desalojados. Mais de 500 soldados da brigada militar “Guarda de Honra” tiveram que

derrubar, uma a uma, as barricadas e enfrentar as pedras e “coquetéis molotov” lançados pelos estudantes.

O reitor da Universidade, Eduardo Meyer, que já recebeu mais de 20 ameaças de morte de grupos direitistas, denunciou, energeticamente, a violação da autonomia universitária. Seus dois predecessores foram assassinados em 1981 e o seu provável sucessor, Edgar Leiva, foi morto a tiros, há três meses, no campus universitário.

O presidente, general Oscar Mejía Victores, que tomou o poder em 8 de agosto de 1983, depondo o general Efraín Ríos Montt, justificou a invasão, afirmando que a Universidade — autônoma desde 1944 — tinha se transformado em refúgio de guerrilheiros esquerdistas e no principal foco que alimentava os protestos contra o aumento do custo de vida. Por sua vez, o reitor Meyer qualificou a invasão de tanques e carros blindados militares de “abuso de poder”, “provocação” e “erro histórico”.



O protesto estudantil teve como pano de fundo a grave crise econômica e social

Os distúrbios na capital guatemalteca refletem a séria crise econômica que afeta o país, agravada pela queda dos preços do açúcar — seu principal produto de exportação — no mercado internacional. Só como pagamento dos juros da dívida externa, a Guatemala deve desembolsar, este ano, 492 milhões de dólares, o que equivale a 37% de suas exportações de açúcar, café e algodão. A riqueza do país está concentrada em poucas mãos: 5% da população recebem 34% da renda nacional, sendo que 72% das terras cultiváveis pertencem a 3% das famílias. O desemprego afeta, atualmente, 40% da mão-de-obra ativa.

Analistas internacionais acham que o exército guatemalteco está ficando sem dinheiro, sem opções e sem tempo. Os governantes militares de mais de três décadas, ao mesmo tempo que têm que enfrentar o protesto popular e a insurreição de grupos armados, provaram ser incapazes de conduzir o país. A decisão de convocar eleições presidenciais para novembro próximo foi uma das formas de fugir dessas dificuldades, mas muitos estão céticos em relação à possibilidade de os militares permitirem que o novo presidente eleito exerça um poder pouco mais do que meramente formal.

A aliança conservadora

Os militares dominam a Guatemala desde o golpe, planejado e apoiado pela CIA, que derrubou, em 1954, o governo democrático de Jacobo Arbenz. Desde então, aliadas aos setores mais conservadores da sociedade e à comunidade empresarial ligada aos interesses norte-americanos, as forças armadas convenceram os candidatos presidenciais a não se oporem a elas ou, então, simplesmente assassinaram seus críticos em potencial.

O serviço de informações do exército é temido e age como

um poder *de facto*. Milhares de camponeses indígenas foram assassinados pela mera suposição de que estivessem apoiando a guerrilha. Atualmente, os militares administram o que denominam de “aldeias estratégicas”, nas quais obrigam os índios a se alistarem em unidades de defesa civil do exército.

À medida que a campanha eleitoral entra em ebulição, aumentam as probabilidades de violência política. As organizações de direitos humanos contabilizaram, desde o golpe lidera-

Guatemala é o país latino-americano que mais se aproxima de um regime feudal. Os Estados Unidos, atualmente, se esforçam para conseguir uma saída que lhes dê uma fachada civil e democrática: “Somos visceralmente contrários a todos que tentem interromper o processo democrático”, afirmou o embaixador norte-americano na Guatemala, Alberto M. Piedra.

Mas, em 1966, aconteceu o mesmo fenômeno, quando o presidente eleito, o civil Julio César Mendez Montenegro, assumiu.



A violência política aumenta com a proximidade das eleições presidenciais, convocadas para novembro

do pelo general Castillo Armas em 1954, 200 mil mortos e desaparecidos. Há três anos, a Anistia Internacional fez um relatório pormenorizado denunciando a existência do que chamou de “uma central de assassinatos políticos”, instalada no próprio palácio de governo. O último documento da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) constata uma “violência crescente”.

Trinta e um anos depois da operação “salvadora” da CIA, a

Este, no final, acabou atolado no que um cronista da época definiu como a “paranóia da segurança nacional”, concebida pelos estrategistas do Departamento de Estado norte-americano. Os ditadores militares voltaram, um atrás do outro. Parentes de presos e desaparecidos, reunidos no chamado “Grupo de Apoio Mútuo” (GAM), já registraram 40 mil assassinatos políticos, desde então, existindo centenas de milhares de refugiados residentes em países vizinhos, principalmente no México. ●

A FMLN quer um diálogo público

As indefinições do presidente Duarte diante da negociação para uma saída do conflito salvadorenho são analisadas por um alto dirigente da FMLN

Em finais de agosto, duas organizações que integram a Frente Democrática Revolucionária (FDR), aliada à Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), convidaram o governo do presidente democrata-cristão José Napoleón Duarte a retomar o diálogo com a oposição armada. O Movimento Nacional Revolucionário (MNR), de tendência social-democrata, e o Movimento Popular Social Cristão (MPSC) assinalaram que os temas a discutir com o presidente salvadorenho incluem o respeito à vida dos civis envolvidos no conflito armado, o fim da repressão e a eliminação dos es-

quadrões da morte. “Esses pontos devem estar na mesa de negociações para que ambas as partes assumam compromissos concretos e avancem gradualmente para uma solução do conflito”, declarava a nota publicada pelas duas organizações na imprensa salvadorenha.

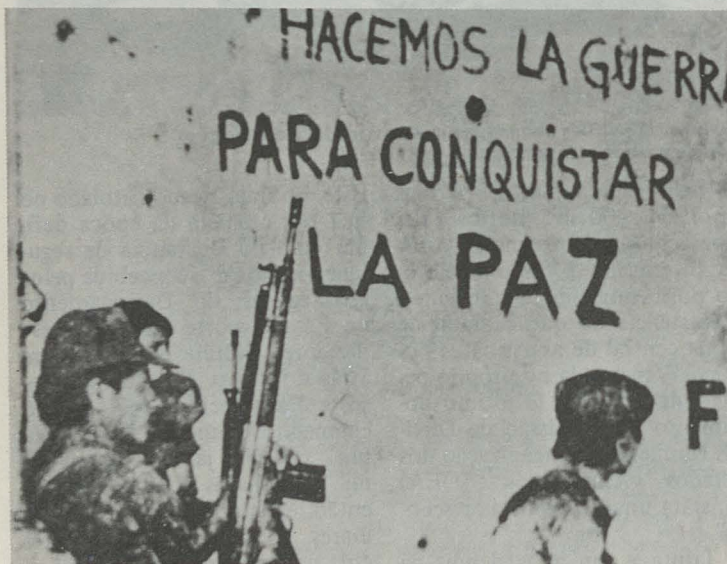
Shafik Jorge Handal, membro do Comando Geral da FMLN, se encarregou de estabelecer os alcances e formalidades que devem nortear um terceiro encontro para a busca de uma saída para o conflito salvadorenho: “Nós, os revolucionários, estamos absolutamente dispostos a procurar uma solução política negociada

que traga uma paz justa para todos”, afirmou durante uma entrevista para cadernos do terceiro mundo, realizada através de Notisal, agência informativa da FMLN.

Handal interpreta a atitude ambígua do presidente Duarte em relação à reabertura de um diálogo como a “busca de um espaço e de ganhar tempo, que lhe permita — segundo seus conselheiros norte-americanos — avançar militarmente na guerra contra nós”. O comandante lembra que, para Duarte, “diálogo quer dizer armas e dólares. Mais do que evasiva e vacilante, sua atitude é a de um bloqueio deliberado que coloca condições e pré-requisitos, tornando o diálogo praticamente inviável”. Em junho passado, em um discurso que fez na Câmara Americana de Comércio, citado pelo comandante Handal, Duarte havia admitido que com relação ao diálogo se havia traçado uma estratégia para encurralar a FMLN com o argumento da “humanização”. E explicou que, para ele, “humanizar a guerra significa acabar com a sabotagem que realiza a nossa organização revolucionária”.

A sabotagem é uma arma popular

Para o comandante guerrilheiro, falar de humanizar o conflito armado é simplesmente “demagogia” da parte de Duarte porque “estabelece uma equivalência entre humanização e fim da sabotagem da FMLN”. “Isso não aceitamos — afirma — porque estamos travando uma guerra popular e não temos acesso às mesmas armas com que conta o exército da ditadura, nem muito menos à sua tecnologia nem ao seu financiamento. Nossa guerra é popular e os povos reo-



“Nós estamos dispostos a procurar uma solução negociada”

como este, a tudo o que esteja ao seu alcance. A sabotagem é uma dessas armas, é o aspecto mais popular de nossa tática de luta. Sua utilização é absolutamente legítima. Pedir-nos que renunciemos à sabotagem a título de uma suposta humanização ou em nome de outra coisa que não seja uma solução justa, é o mesmo que pedir-nos que nos desarmemos e não estamos dispostos a isso. Estamos dispostos, sim, a discuti-lo no contexto da solução global para a guerra e para isso, a outra parte teria que renunciar também às suas armas”.

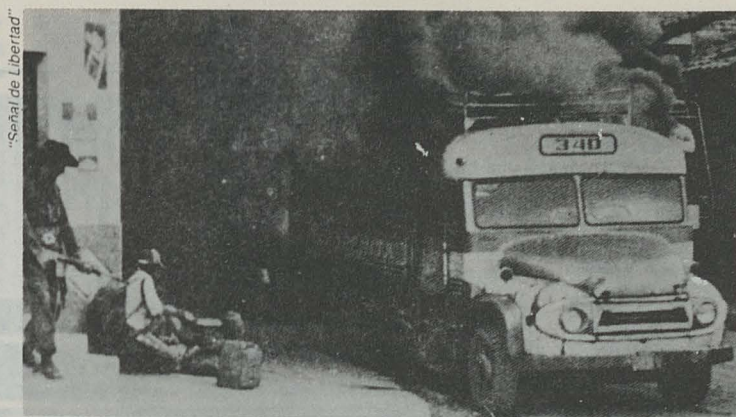
Handal é taxativo quando afirma que “a única humanização consequente e verdadeira da guerra é, precisamente, pôr um fim ao conflito, mas no quadro de uma paz justa e não pela via de uma negociação que aceite o fortalecimento do poder reacionário, que vem fazendo o nosso povo sofrer há tanto tempo”. Segundo ele, “o humanismo da guerra encerra uma constante busca da paz, que consiste em terminar com a injustiça, a exploração, a repressão e os assassinatos, contra os quais se rebelou o povo de El Salvador”.

Um diálogo público

Até o momento, a resposta do governo diante da proposta de um novo diálogo é a afirmação de que este deve ser confidencial. Duarte alega que, em público, não seria possível chegar-se a um acordo.

Handal encontra uma explicação para a atitude do presidente: “Em um diálogo público, aberto, logo ficaria clara a falsidade da posição de Duarte. O próprio confronto das propostas minaria a sua frágil posição, e a opinião pública nacional e internacional estaria em condições de tirar as suas próprias conclusões. Para Duarte, é necessário manter a sua imagem e a privacidade que pede para o diálogo lhe permite

1985 - Outubro - nº 83



“A sabotagem é uma das armas que temos para buscar a paz, que consiste em terminar com a injustiça e a exploração”

não só ocultar a sua verdadeira posição, como até passar para a ofensiva acusando-nos de ser os responsáveis por um eventual fracasso”.

“Duarte — continua o dirigente da FMLN — quer manipular este assunto da mesma forma que faz com a luta contra a corrupção, a investigação dos crimes políticos, a reforma do poder judiciário, a reforma agrária ou a eliminação dos esquadrões da morte. Bastaria perguntar simplesmente aos camponeses como está andando a reforma agrária, ou a qualquer cidadão se há algum membro dos esquadrões preso, ou se mudou em alguma coisa um sistema judiciário totalmente adaptado à ditadura...”

Segundo o comandante da FMLN, “um dos pontos de acor-

do de La Palma foi fomentar um diálogo nacional. Mas Duarte lhe deu as costas e agora pretende que o que for discutido não venha a público. Nós estamos certos da nossa posição e por isso somos a favor de uma discussão aberta na qual todos os setores possam se expressar”.

Finalmente Handal reiterou a firme e definitiva disposição da FMLN de continuar o diálogo, de avançar para uma negociação real: “Continua de pé a nossa proposta de um terceiro encontro e de todos os que forem necessários. Estamos convencidos de que a solução política e a paz justa constituem a causa de todo o povo salvadorenho e uma aspiração do setor mais esclarecido da opinião pública internacional”.

terceiro mundo - 45



A Conferência Ministerial de Luanda foi a que reuniu maior número de países na história do movimento

Não-Alinhados no epicentro da tormenta

Numa Luanda festiva e modernizada, 119 delegações confirmam a unidade do movimento e a sua decisão de liquidar o *apartheid*

Neiva Moreira

Um garoto de nove anos pergunta ao pai em Luanda:

— Pai, por que só agora começamos a reconstrução nacional?

Esse era o tema que marcava os dias e as horas de sua infância, no lar, na escola, nos meios de comunicação: reconstruir o país.

A imensa represa de Capanda, que, ao custo global de uns dois bilhões de dólares, vai irrigar terras e dar energia elétrica a uma grande região do país, incluindo Luanda, não o sensibilizara muito. Nem as fábricas, as pontes, os projetos agrícolas, a modernização dos meios de transportes que o país realiza, apesar da maior

parte do orçamento nacional ser consagrada à defesa.

O que entusiasmara o garoto, nascido com a independência, era a nova Luanda. Sua escola estava pintada, o lixo retirado das ruas de seu bairro, os sinais de trânsito restaurados, o aeroporto melhorado, os hotéis modernizados e havia jardins e flores nas ruas.

Para ele, a reconstrução nacional havia começado.

Uma nova batalha

Foi o próprio presidente José Eduardo dos Santos quem co-

mandou essa réplica pacífica da Batalha de Luanda. A comissão coordenadora tinha poderes para desviar navios angolanos de suas rotas, receber em portos estrangeiros materiais de urgente necessidade, determinar medidas administrativas. O presidente madrugava nas obras e acompanhava o apertado cronograma da modernização da capital.

Quanto custou tudo isso? A cifra de 25 milhões de dólares mencionada pela imprensa europeia era exata? Fizemos essa pergunta a Lopo do Nascimento, ministro do Plano, que esteve à frente de uma das comissões

coordenadoras desse grande esforço de preparação de Luanda para a conferência. Discreto, como são os dirigentes angolanos, Lopo diz que os custos finais ainda estão sendo contabilizados. Insistimos em saber como foi possível mudar a face de uma Luanda muito deteriorada pela guerra e os problemas deixados pelo colonialismo e a agressão estrangeira.

“No Brasil, se chama a isso de *mutirão*: um esforço coletivo voluntário para determinado objetivo. Pois bem. As medidas do governo e do partido foram decisivas, mas só tiveram êxito porque o povo aceitou o desafio e resolveu vencê-lo com entusiasmo e espírito de cooperação. Agora, vamos lutar para manter todos esses serviços funcionando e ampliar o projeto de reorganização urbana posto em prática”, respondeu Lopo.

Os jornalistas estrangeiros ficaram surpreendidos com o novo Centro de Imprensa, hoje um dos melhores da África. Salas de conferências, com eficaz serviço de som, bar, telex, computador, telefone e uma sala de leitura onde é possível encontrar jomais dos países ocidentais.

Nem parece o velho Centro dos tempos da Batalha de Luanda e dos anos subsequentes, onde os aparelhos de telex estavam quase sempre com problemas e os locais de trabalho eram escassos e não-funcionais.

Outra surpresa foi o pavilhão para recepções construído na área da casa governamental de Futungo de Belas. Com capacidade para abrigar mais de mil pessoas, é um local impressionante, não apenas pelo projeto arquitetônico como pela beleza do ambiente. O presidente José Eduardo dos Santos inaugurou essa nova dependência governamental com uma recepção aos delegados e convidados, que manifestaram sua admiração por aquele conjunto de obras e o fato de as mesmas terem sido reali-



Das duas comissões da 8ª Conferência Ministerial dos Não-Alinhados, a que discutiu os temas políticos foi a que teve mais trabalho. O ministro das Relações Exteriores de Angola, Afonso Van Dunem M'binda (foto da esquerda) foi o coordenador geral dos trabalhos da conferência

zadas em plena guerra e em tempo recorde.

Um bom desempenho

Mas não ficou restrito ao esforço material a admiração pelo trabalho dos angolanos. O fato de que Angola tenha sido sede de uma conferência desse vulto, com um exemplar desempenho, foi objeto de aplausos generalizados.

Ao todo, 119 delegações. O maior número já reunido nos 30 anos de Movimento dos Países Não-Alinhados, com cerca de 1.000 delegados. Do aeroporto ao Palácio dos Congressos, passando pelos hotéis e o cerimo-

nia, tudo funcionou bem.

Tradução simultânea, acompanhantes políglotas, serviços médicos em cada hotel, credenciamento rápido, restaurantes, transportes na hora, postos de câmbio em vários pontos, seguranças discretos e atentos — nada a dever às anteriores reuniões dos não-alinhados.

No epicentro da tormenta

A Conferência de Argel, em 1973, foi um momento de consolidação do Movimento. A batalha da descolonização estava no auge e o sistema capitalista entrava na grande crise da qual ainda não saiu. Apesar desses fato-

res, que agiram como aglutinantes, muitas pessoas, nos anos subsequentes, descreiam do futuro dos não-alinhados, sobretudo pelas concepções contraditórias dos seus governos e as divergências entre eles (conflitos Etiópia-Somália, Irã-Iraque, Chade-Líbia, Afeganistão-Paquistão, Indonésia-Timor, etc.), que enfraqueciam a solidariedade interna.

A Conferência de Luanda comprovou que essas divergências existem. Não foi possível consenso, na Declaração Final, sobre a crise do Golfo. As pressões indonésias e dos seus aliados, inclusive os governos conservadores árabes, bloqueavam o pronunciamento desejado pela

grande maioria da Conferência contra a agressão do governo de Jacarta a Timor Leste.

Ficou patente, no entanto, que, nos grandes temas — a luta pela soberania, o desenvolvimento independente, o antiimperialismo, a reivindicação de uma Nova Ordem Econômica e de Informação, e a reivindicação dos direitos sociais — o consenso supera longamente as divergências.

O problema da África Austral propiciou um extraordinário exemplo de unidade e determinação de luta. A conferência foi aberta com uma proclamação de apoio a Nelson Mandela. Parecia que os brados de protesto dos sul-africanos, o rumor de suas

grandes mobilizações, o fragor do confronto contra o terror racista se projetavam na sala da conferência. “É como se a guerra de libertação da África do Sul e da Namíbia estivesse sendo travada aqui”, comentava um jovem diplomata peruano.

O momento culminante do debate sobre a África do Sul ocorreu, no entanto, quando se colocou o problema da escolha da sede da conferência a nível de chefes de Estado, a realizar-se em abril de 1986.

Alguns países reivindicavam a escolha. Entre os árabes, Líbia e Marrocos, aliciaram apoios às suas candidaturas. A Iugoslávia reunia também alguns votos em seu fa-

MANDELA: SÍMBOLO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO

□ Mensagem da Conferência de Luanda a Nelson Mandela, presidente do ANC, preso há mais de 20 anos pelo governo racista da África do Sul:

“Estimado e querido camarada Nelson Mandela

Na inauguração da Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados em Luanda, capital do heróico povo de Angola, queremos que a nossa primeira decisão, as nossas primeiras palavras e os nossos primeiros pensamentos expressem a nossa solidariedade, respeito e admiração pelos corajosos combatentes sul-africanos. Expressimos esses sentimentos através de ti, que encarnas o patriotismo e a combatividade do teu povo com muita dignidade e coragem.

“Todas as reuniões do nosso Movimento condenaram o vergonhoso regime do *apartheid* e aqueles que o apóiam e o toleram. Porém, existem, agora, circunstâncias especiais que exigem de todos nós uma tomada de ações mais enérgicas, que ajudarão a eliminar esta vergonhosa afronta à humanidade, de uma vez por todas.

“Na sua vã tentativa de perpetuar o *apartheid* e manter a ocupação ilegal da Namíbia, ignorando as exigências da comunidade internacional e muitas decisões das Nações Unidas e do nosso próprio Movimento, o governo racista de Pretória engajou-se no assassinio maciço, torturas e perse-

guições com grande violência e brutalidade nestes últimos meses, tendo estendido os seus atos de agressão e desestabilização aos países da África Austral. Apoiou e financiou grupos de criminosos, bem como infiltrou e ocupou a Namíbia e parte de Angola.

“O terror e a repressão que a minoria racista na África do Sul tem levado a cabo contra o povo sul-africano é possível graças ao apoio material e moral que o governo dos Estados Unidos e outros países concedem a esta minoria, sob a eufemística capa de ‘engajamento construtivo’ — que, naturalmente, é o outro lado da sua aliança com o regime sionista e racista de Israel, opressor do povo palestino e irreconciliável inimigo dos povos árabes.

“Camarada Mandela, conheces melhor que ninguém a brutalidade do sistema do *apartheid* e és um símbolo da luta que o povo sul-africano leva a cabo com renovada coragem e determinação. Cada massacre, assassinio ou cada ato de humilhação, incentiva mais a sua nobre causa.

“A rejeição e condenação do regime racista de *apartheid* tem aumentado, mesmo no seio do povo dos Estados Unidos e em outras partes do mundo, e está ganhando mais força em cada um dos nossos países.

“Por isso, descansa seguro, camarada Mandela, que a luta do povo da África do Sul é a nossa luta, e nós enviamos ao povo da África do Sul uma sentida mensagem de solidariedade e apoio.

“Abaixo o *apartheid* e racismo! Glória aos mártires do povo sul-africano! Vivam os heróicos combatentes pela liberdade e dignidade da África do Sul.”

TANQUES E AVIÕES PARA INGLÊS VER

□ A República Popular de Angola é um alvo permanente da desinformação. Os fatos que ali se passam são apresentados, quase sempre, de maneira distorcida e tendenciosa.

Na Conferência dos Não-Alinhados, havia cerca de 150 jornalistas internacionais cobrindo o evento. Um deles era o sr. Barry Parker, da sucursal da *France Press* em Londres, que, diga-se de passagem, tem uma representante permanente em Luanda.

Poucas horas depois de chegar a Angola, o sr. Parker enviou um despacho à sua agência informando (ou desinformando) o seguinte: "Os ministros, embaixadores e delegações que estão che-

gando para a reunião vão ver a onipresença militar. Veículos blindados fazem guarda permanente em alguns pontos estratégicos, tais como o Largo da Mutamba, no centro da cidade; aviões militares sobrevoam, regularmente, a cidade. O toque de recolher obrigatório da meia-noite às cinco da manhã é rigoroso".

A informação caiu como uma bomba entre os jornalistas em Luanda. Nem eles nem os delegados nem ninguém viu blindados, aviões ou tropas nas ruas. A não ser um blindado de fabricação francesa, usado no ataque a Luanda em 1975, que, capturado pela defesa popular, faz parte hoje de um monumento no centro da cidade.

O governo angolano solicitou ao sr. Parker que retornasse a Londres, evitando assim que continuasse enviando esse tipo de mentiras, que, divulgadas, quase sempre tornam inócuos os desmentidos.

vor. Mas a reivindicação dos delegados africanos era de que a sede deveria estar no centro da confrontação e esta se localiza hoje na África Austral. Essa tese

terminou por predominar. O Zimbábue foi escolhido e, de acordo com a praxe, o seu primeiro-ministro, Robert Mugabe, será o presidente do Movimento

para o triênio a começar em 1986. "A sede do nosso movimento estará agora, no epicentro da tormenta", proclamava um delegado moçambicano. ●

O discurso do presidente José Eduardo dos Santos

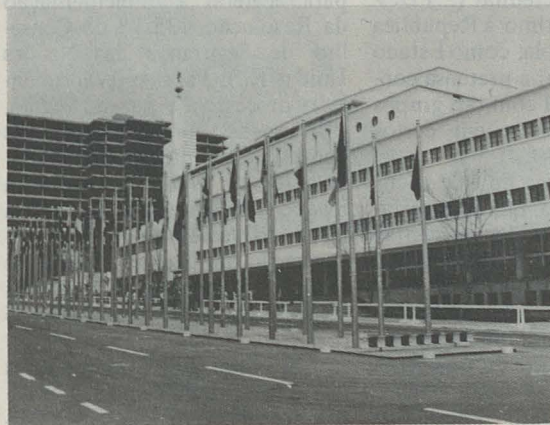
São os seguintes os pontos principais do discurso feito pelo presidente de Angola na abertura da 8ª Conferência Ministerial de Países do Movimento dos Não-Alinhados:

(...) A diversidade das concepções filosóficas de cada uma das nações que integram a nossa organização produz a heterogeneidade que nos caracteriza, sem que, no entanto, esse fato faça predominar as divergências sobre as nossas preocupações essenciais comuns (...). Devemos evitar que o imperialismo internacional utilize as nossas divergências para lançar a discórdia entre os estados-membros e debilitar, deste modo, a nossa coesão e ação no estabelecimento de relações internacionais mais justas (...).

(...) Os países não-alinhados têm a responsabilidade histórica de situar a análise dos fenômenos que geram a crise mundial atual nos marcos definidos pelos obje-

tivos fundamentais da política de não-alinhamento e da independência que a caracteriza, de modo a não (...) nos deixarmos arrastar pela tendência atual de se inserir os problemas da paz e da guerra, do colonialismo e da libertação (...) no quadro do confronto Leste-Oeste.

(...) O recrudescimento da agressividade do regime de Pretória contra os cidadãos sul-africa-



O prédio 2 de Dezembro ficou pronto em tempo recorde para a reunião

nos que se opõem ao *apartheid* conheceu, nos últimos tempos, uma escalada de violência sem precedentes. (...) A declaração do estado de emergência pelos governantes sul-africanos veio contribuir de forma significativa para o aumento da tensão na região e, sobretudo, no interior da própria África do Sul (...). Neste sentido, penso que seria bem recebido pelos países do nosso movimento (...) uma atitude firme e a intensificação de ações concretas por parte dos países ocidentais para obrigar a classe dirigente de Pretória a abolir o regime de *apartheid*. Este fato representaria (...) uma apreciável contribuição à erradicação do *apartheid*, o que passa, no nosso entender, necessariamente, pela aplicação de sanções econômicas obrigatórias contra a África do Sul (...).

(...) O regime de *apartheid* pretende apresentar o foco de tensão na África Austral, por ele criado e estimulado, como uma expressão regional do conflito Leste-Oeste e, ao mesmo tempo, criar na opinião pública internacional a idéia de que as organizações fantoches que ele próprio organizou, (...) são organizações independentes, de nacionalistas dissidentes (...).

(...) O conflito armado que se verifica em Angola não é de natureza civil, como certos círculos políticos e meios de imprensa pretendem fazer acreditar (...). Desse modo, é legítimo à República Popular de Angola, como Estado soberano, rejeitar a pretensa conciliação nacional com tais grupos armados, propalada em certos países ocidentais (...).

(...) A presença de tropas cubanas em Angola, que o imperialismo tem procurado apresentar como uma ameaça à obtenção da paz na África Austral, é, ao contrário, um fator de estabilidade (...) perante a tendência hegemônica crescente (...) da África do Sul racista nesta região. Apesar de tal fato representar



O presidente angolano, Eduardo dos Santos, inaugurou a Conferência

um problema interno de Angola (...), o nosso governo tem dado provas de (...) boa vontade na regularização do conflito na África Austral (...).

(...) Apesar de todos os esforços empreendidos (...) no sentido de obter a paz e a segurança na região, o governo de Pretória, em total desprezo pelas condenações da comunidade internacional (...), continuou a infiltrar quantidades enormes de material militar não só na fronteira sul do nosso país como também por via aérea e marítima, a fim de proceder a operações militares e sustentar os bandos fantoches (...).

(...) Apesar de não ser parte no conflito namibiano, Angola tem procurado (...) contribuir para acelerar a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (...). Para se levar adiante o processo de paz na região, é indispensável a retomada das conversações entre as partes beligerantes na Namíbia, isto é, a Swapo e a África do Sul, sob a égide do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, de forma a estabelecer-se a data da implementação da resolução 435 (...).

Em Timor Leste, constatamos que passos novos estão sendo dados através do diálogo entre Por-

tugal e a Indonésia, sob a mediação da (...) ONU. Estamos convencidos de que serão salvaguardados os verdadeiros interesses e os direitos inalienáveis do povo de Timor Leste (...).

Na América Latina, mais precisamente na América Central, a situação de tensão criada pelo imperialismo tem-se agravado desde a brutal invasão norte-americana em Granada. A política intervencionista da atual administração norte-americana naquela região levou à adoção de um bloqueio econômico contra a Nicarágua (...), malgrado os (...) esforços do Grupo de Contadora (...).

O panorama econômico internacional desde a realização da última reunião de cúpula dos não-alinhados, em Nova Déli, em 1983, não registrou progressos significativos (...).

(...) A atual conjuntura se caracteriza por uma profunda crise, em que sobressai um acentuado agravamento dos desequilíbrios e das desigualdades (...). A atual crise econômica, cuja natureza é estrutural, decorre da crise do próprio sistema capitalista (...), uma das mais profundas da economia mundial deste sistema nos últimos 50 anos (...). As crises econômicas, apesar de terem origem nos países capitalistas desenvolvidos, fazem-se sentir com maior profundidade (...) nos países subdesenvolvidos (...).

O endividamento público e privado dos países do Terceiro Mundo, na sua maioria não-alinhados, constitui um dos principais fatores que comprometem, de forma acentuada, os seus programas de desenvolvimento (...). Não resta dúvida de que a interdependência que se gerou entre a dívida e a soberania dos países endividados nos coloca perante a necessidade de analisar tal situação sem que isto ponha em risco a independência política e econômica das nações devedoras (...).

Nova invasão sul-africana

Numa operação militar de grande envergadura, condenada pela comunidade internacional, Pretória demonstra que, para salvar a Unita, está disposta a tudo

Em 17 de setembro deste ano, a África do Sul anunciou ter invadido novamente Angola, alegando que o seu objetivo era "perseguir" os guerrilheiros da Swapo que, supostamente, estariam preparando uma ofensiva contra a Namíbia, incluindo ataques a cidades. As autoridades sul-africanas não forneceram quaisquer precisões acerca da região angolana onde operariam os homens da Swapo.

Os meios de comunicação ocidentais publicaram a notícia com grande destaque e sem qualquer sentido crítico. Durante as primeiras 24 horas, a versão sul-africana se impôs nas páginas da chamada grande imprensa, sempre disponível para retratar a realidade da África Austral a partir, preferencialmente, dos pontos de vista de Pretória.

Rapidamente, no entanto, a verdade dos fatos se sobrepôs à propaganda sul-africana. As próprias autoridades racistas tiveram de dar o dito pelo não dito, desajeitadamente, embora sem perder a arrogância e o despudor.

Fatos evidentes

O ministério angolano da Defesa, menos de 24 horas depois do anúncio da invasão pela África do Sul, lançou luz sobre o que realmente ocorria no país. Num comunicado publicado em Luan-

da, as autoridades militares angolanas informaram que as tropas sul-africanas tinham bombardeado, com 18 aviões tipo Camberra e Mirage, as unidades das Fapla (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) que, no âmbito de uma vitoriosa ofensiva contra a Unita no sudeste do país se dirigiam para as localidades de Mavinga e da Jamba. Esses são os principais reductos dos contra-revolucionários na província do Cuando Cubango (a Jamba, inclusive, é o quartel-general da Unita). O comunicado informava ainda que do intenso bombardeio sul-africano, ocorrido a 19 quilômetros de

Mavinga, resultou a morte de 6 soldados angolanos e ferimentos em 15 outros.

Cinco batalhões na fronteira

O ministério da Defesa de Angola informou também que o "batalhão Buffalo", do exército de Pretória, estava estacionado a apenas 15 quilômetros de Mavinga (765 quilômetros ao norte da fronteira com a Namíbia), pronto para o confronto direto com as unidades angolanas. Carros blindados e viaturas de transporte, canhões e lança-granadas faziam parte do arsenal daquele batalhão. Ao mesmo tempo, e ainda segundo o comunicado do ministério angolano, a África do Sul concentrava 5 batalhões ao longo da fronteira com o território ilegalmente ocupado da Namíbia, enquanto a sua aviação realizava vôos de reconhecimento sobre as províncias do Cune e do Cuando Cubango.

O contato com as forças terrestres sul-africanas, previsto pelos responsáveis militares angolanos, ocorreu em 19 de setembro, nos arredores de Mavinga. Utili-



Invasão sul-africana: de novo, a Swapo é o falso pretexto

zando um sistema de artilharia "Kentron", canhões de 106 milímetros e morteiros de 120 milímetros, as forças sul-africanas, apoiadas por blindados AML-60 e AML-90 e pela aviação, bombardearam as unidades das Fapla, a fim de impedi-las de capturar Mavinga e de prosseguir o avanço em direção à Jamba.

Diante desses fatos, os observadores em Luanda fizeram a seguinte constatação fundamental: tratava-se da primeira vez que a África do Sul realizava operações militares na província do Cuando Cubango. Pretória tinha os seus motivos, portanto, para ocultar da opinião pública o nome da região angolana que tinha sido invadida pelas suas tropas. De fato, sabe-se que no Cuando Cubango não existem quaisquer bases da Swapo, pelo que o pretexto invocado para "justificar" a invasão seria totalmente improcedente.

As denúncias do governo de Luanda, segundo as quais a invasão realizada pelas tropas de Pretória não visava senão a salvar a Unita de uma derrota iminente, foram corroboradas até por certas fontes sul-africanas. Leon Kok, diretor do Instituto Sul-Africano para os Assuntos Internacionais, um organismo de pesquisa sediado em Joanesburgo, declarou, um dia depois do início da invasão, que esta tinha por objetivo auxiliar os grupos da Unita. Conforme ele reconheceu, esta última está em grandes dificuldades ante a ofensiva do exército angolano. As opiniões de Kok foram compartilhadas, segundo as agências internacionais, por diplomatas acreditados em Pretória.

A evidência dos fatos exibidos por Angola obrigou as autoridades da África do Sul a revelar os verdadeiros propósitos de mais esta invasão. Em 20 de setembro, num comunicado oficial, o ministro sul-africano da Defesa, general Magnus Mallan, disse que o governo de Pretória

"continua engajado em fornecer ajuda à Unita". Fórmula eufemística, mas muito clara, de admitir a veracidade das informações angolanas.

Um apoio "tradicional"

No período imediatamente anterior à intervenção sul-africana, de 20 de agosto a 10 de setembro, o exército angolano abateu 1.046 contra-revolucionários da Unita e aprisionou outros 67, nas províncias do Moxico e do Cuando Cubango. Foram também capturadas 388 armas ligeiras e pesadas, bem como grandes quantidades de munições e documentos. Além disso, foram recuperadas 178 cabeças de gado e libertadas 376 pessoas, que viviam cativas nas matas.

Tais dados confirmam, igualmente, que a invasão do sudeste angolano pelas tropas de Pretória não foi uma simples coincidência. Aliás, uma outra prova da verdadeira natureza dessa invasão foi a morte em combate do oficial sul-africano Hans Fidler, 22, em Cazombo, na província do Moxico. Cazombo, há vários meses em poder das forças coligadas da Unita e da África do Sul, foi recuperada pelo exército angolano em setembro deste ano.

Não é a primeira vez que o exército sul-africano participa diretamente de ações, dentro de Angola, a fim de tentar salvar a Unita. A primeira grande invasão do país pelas tropas de Pretória, em 1975, é um exemplo disso. John Marcum escreveu na revista norte-americana *Foreign Affairs*: "Em fins de outubro (de 1975), respondendo a numerosos pedidos da Unita (...), a África do Sul interveio no conflito". A agência *France Press* escrevia, em dezembro de 1975: "(...) nos círculos ligados ao ministério da Defesa da África do Sul, declara-se que a 'ajuda técnica' foi prestada a pedido da Unita". E o *Sunday Times*, de Joanesburgo,

em 8 de fevereiro de 1976, informava: "Savimbi chegou em dezembro à capital sul-africana para pedir o aumento da ajuda".

O frustrado assalto a Luena

Depois da independência de Angola, as tropas de Pretória têm participado de uma série inumerável de ações ao lado dos grupos da Unita, enquadrando-os, dirigindo-os ou simplesmente intervindo para livrá-los de apuros. Savimbi, por exemplo, já foi salvo diversas vezes de ser capturado pelos helicópteros sul-africanos. Recentemente, em 1983, aconteceu um exemplo gritante desse tipo de intervenção da África do Sul em Angola, quando a Unita, numa operação suicida, tentou apoderar-se da capital da província do Moxico, Luena. A 200 quilômetros desta cidade, na localidade de Cangamba, importante entroncamento rodoviário, travou-se uma batalha de grande envergadura, durante a qual foram mortos 2 mil homens da Unita, tendo os restantes sido obrigados a debandar. Diante disso, a aviação sul-africana interveio e arrasou completamente a região, impossibilitando as tropas angolanas de perseguir os fugitivos.

A África do Sul também tem realizado muitas operações especiais, que depois são atribuídas à Unita. Citamos, entre elas, a sabotagem da refinaria de Luanda (1981), o ataque contra a barragem de Lomaum (1983) e a sabotagem de dois navios com alimentos, no porto de Luanda (1984). Em 21 de maio deste ano, tentou sabotar as instalações petrolíferas de Cabinda, mas fracassou (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 80). Um dos integrantes do comando, capitão Winan Du Troit, capturado pelas tropas angolanas, confessou numa conferência de imprensa que, caso a operação tivesse sido bem sucedida, seria deixado no terreno material de propaganda da

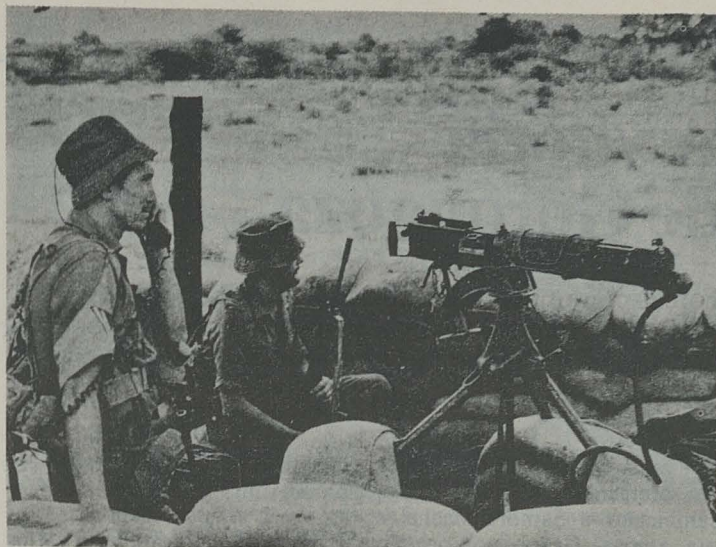
Unita, para dar a idéia de que tinha sido ela a autora da sabotagem.

O apoio de Pretória aos contra-revolucionários angolanos abrange, ainda, o treinamento, financiamento e apoio logístico. Muitas vezes, esse abastecimento é realizado por via aérea. Aviões sul-africanos, voando de noite e à baixa altitude, para escapar aos radares, abastecem os grupos da Unita que agem em zonas bem distantes da fronteira com a Namíbia. Há pouco, foram detectados descarregamentos deste tipo nas províncias de Malanje, Bié, Lunda-Sul e Lunda-Norte.

O chefe de estado angolano, José Eduardo dos Santos, numa entrevista à agência *Prensa Latina*, em 21 de setembro, referiu-se a este caráter complementar das ações sul-africanas e da Unita. "A tática do inimigo consistia (até 1983) em combinar as ações da África do Sul nas províncias da Huíla e Cunene com os atos terroristas dos bandos armados no Cuanza Norte, Cuando Cubango, Moxico, Bié, Huambo e Malanje, e com isso eles pretendiam criar uma situação que incapacitaria o governo de dirigir o país", afirmou o presidente angolano. José Eduardo dos Santos revelou, igualmente, que o mencionado plano, apoiado também pelos EUA, previa a substituição do governo angolano em dezembro de 1983.

A situação inverteu-se, contudo, com a contra-ofensiva iniciada antes do final de 1983 pelo exército angolano. Este, que até então se preparara, fundamentalmente, para uma guerra convencional com a África do Sul, passou por uma reestruturação, a fim de aperfeiçoar o combate à contra-revolução armada. Desde então, a Unita tem sofrido reveses cada vez maiores, o que obriga o regime de Pretória a intervir, diretamente, em outras áreas de Angola, como aconteceu em setembro.

Tudo indica que, como decla-



As tropas sul-africanas sob o comando do general Magnus Malan (abaixo) invadiram agora a região sudeste de Angola

rou o presidente angolano, essas intervenções não poderão salvar a Unita. Os contra-revolucionários "são estranhos à vontade do povo angolano", acentuou José Eduardo dos Santos.

"Guerra civil" ou agressão externa?

A invasão de Angola pelo exército sul-africano, iniciada em 17 de setembro, veio, mais uma vez, dar razão ao ponto de vista angolano de que a Unita constitui apenas um apêndice da estrutura militar de Pretória e um elemento dentro da sua estratégia agressiva. "O inimigo principal do povo angolano não é a Unita", disse Pinto João, diretor do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-Partido do Trabalho, em Luanda. Os responsáveis angolanos sublinham que o que se passa no país atualmente não pode ser confundido com uma hipotética guerra civil. Angola é, alvo, como o demonstram os fatos, de uma agressão externa, na qual a Unita joga um papel secundário. Sem o apoio direto da África do Sul, ela esta-



ria condenada a desaparecer rapidamente.

Esta nova invasão de que Angola foi vítima mereceu a condenação unânime do mundo inteiro, dos EUA à URSS, passando pelos países não-alinhados, a Organização da Unidade Africana, a Comunidade Econômica Europeia e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas, as atitudes de Pretória há muito exigem que se passe da condenação retórica às penalizações concretas, gerais e obrigatórias para toda a comunidade internacional. (*João Melo, exclusivo da Angop para cadernos do terceiro mundo*) ●

Moçambique

A vitória de Gorongosa

Forças conjuntas moçambicanas e zimbabueanas tomam a principal base de operações militares do MNR quebrando a espinha dorsal da contra-revolução financiada e promovida do exterior

Foi simples e alegre a festa oferecida pelo governo moçambicano a Samora Machel e sua esposa, Graça, por ocasião do seu 10º aniversário de casamento. Era 7 de setembro de 1985, onze anos após o governo português ter aceito em Lusaka o direito de Moçambique à independência e a transferência de poderes para a Frelimo.

Marcelino dos Santos, o número 2 do Partido-Frelimo e dirigente da província central de Sofala, de máquina fotográfica em punho era o retrato fiel da jovialidade. A certa altura, aproximou-se do microfone para anunciar um presente de Sofala para o casal Machel (três valiosíssimos dentes de elefante), nos seguintes termos: "Para vocês dois, com amor e Gorongosa".

Dos mais de 200 convidados explodiu uma gargalhada carinhosa. E não era para menos.

Na noite anterior, após vários dias de intensa expectativa em todo o país, ouvira-se o presidente Samora Machel anunciar a tomada, por forças conjuntas de Moçambique e do Zimbábue, da principal base do MNR (Movimento Nacional de Resistência) dentro de Moçambique, junto à serra de Gorongosa, densíssima mata do coração de Sofala.

Samora Machel gravara o seu brevíssimo discurso na própria base, quinta-feira, dia 5, durante uma visita de cerca de 4 horas a esse antigo quartel-general dos bandos armados, a uma pista de aterrissagem e à sede do distrito de Gorongosa.

"Partimos a espinha dorsal



As forças armadas de Moçambique quebraram a "espinha dorsal" do MNR

da cobra", declarou o presidente. Mas logo alertou o país para o fato de que isso não significava o fim do banditismo. "Agora, a cauda vai apodrecendo. Não temos preocupação com a cauda". E, referindo-se aos chefes dos bandidos que conseguiram fugir, acrescentou: "Partimos do centro para o norte, até atingirmos a cabeça".

Em Luanda, onde decorria a 8ª reunião ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados, o ministro moçambicano das Relações Exteriores, Joaquim Chissano, já estava informado dos acontecimentos na região central de Moçambique. E, enquanto Samora Machel falava em Gorongosa, Chissano passava à ofensiva em Angola, em termos extremamente duros, contra o governo sul-africano.

O ministro moçambicano acusou, diretamente, a África do Sul de violar o Acordo de Nkomati assinado com Moçambique a 16 de março de 1984. "Procurando, tanto quanto possível, evitar ser detectada na realização das suas atividades criminosas de reabastecimento dos bandos armados, a África do Sul pretende lançar ao mundo a idéia de que se trata de um grupo com capacidade de ação autônoma". E acrescentou que "os bandos armados constituem o instrumento operacional da África do Sul". E ainda: "Pretória prossegue hoje a guerra contra Moçambique, através dos bandidos armados".

Joaquim Chissano declarou que, apesar da liderança dos bandidos ter cabido "sempre a indivíduos de nacionalidade portuguesa", e apesar dos bandidos terem ligações em vários países, é a África do Sul que "continua a ser o eixo principal da conspiração contra a nossa República".

O ministro moçambicano retomou também o tom duro de Samora Machel contra o *apartheid*

heid em Nova Déli (1983), ao compará-lo ao nazismo e exortar o Movimento dos Não-Alinhados a aumentar o "apoio moral, político e material do ANC".

"Ian Smith misturou o sangue dos povos de Moçambique e do Zimbábue"

No início deste ano, o corpo diplomático em Maputo andava inusitadamente agitado. Segundo um embaixador ocidental, o presidente Samora Machel tinha declarado aos embaixadores norte-americano e britânico que Moçambique não estava disposto a esperar mais tempo por uma África do Sul que não dava indícios de querer aplicar com rigor os princípios do Acordo de Nkomati. E Samora Machel teria acrescentado que a Linha da Frente já havia estabelecido uma estratégia comum quanto aos bandos armados em Moçambique.

Em junho último, Samora encontrou-se em Harare, com o primeiro-ministro zimbabueano Robert Mugabe e com o presidente tanzaniano Julius Nyerere. Nesse encontro, ultimaram-se os preparativos para a utilização de tropas zimbabueanas, ao lado do exército moçambicano, na luta contra os bandos armados em três províncias de Moçambique: Sofala, Manica e Tete.

Não foi ainda divulgado o número de soldados do Zimbábue que se encontram em Moçambique, mas desde 1983 cerca de 2 mil zimbabueanos protegem o oleoduto Beira-Mutare, de importância vital para o Zimbábue, cujas tropas também participam das escoltas das colunas civis que fazem o trajeto Malawi-Zimbábue. É possível que uma parte desses contingentes tenha entrado na luta, após receber reforços de unidades especializadas.

A ofensiva conjunta moçambicana-zimbabueana começou



Cinco mil soldados do Zimbábue ajudaram as tropas moçambicanas na ofensiva contra o MNR em Gorongosa

em 19 de julho. O seu resultado mais significativo até agora foi a tomada da base central dos bandidos em Gorongosa.

Dia 6 de setembro, falando perante 20 mil pessoas na cidade de Chimoio, capital da província de Manica, Samora Machel recordou a longa história de cooperação político-militar entre moçambicanos e zimbabueanos.

O entusiasmo da multidão atingiu o ponto mais alto quando Machel apresentou os oficiais superiores moçambicanos e zimbabueanos que dirigiam as operações.

"Os zimbabueanos não são estrangeiros no nosso país. São nossos irmãos", disse o presidente, acrescentando que Ian Smith, primeiro-ministro da ex-colônia rebelde da Rodésia, "misturou o sangue dos povos de Moçambique e do Zimbábue". E disse ainda: "Estamos ligados em tudo ao Zimbábue. Os inimigos do Zimbábue são inimigos de Moçambique, os inimigos de Moçambique são inimigos do Zimbábue". Samora Machel prometeu que os dois países continuariam a defender-se mutuamente.

No início da década de 70, a Frelimo ofereceu à Zanu acesso ao Zimbábue através de algumas partes da província de

Tete já libertadas da administração colonial portuguesa. Começava aí um longo período de colaboração entre as duas forças guerrilheiras.

Após a independência de Moçambique, em 1975, as províncias de Tete, Manica, Sofala e Gaza passaram a servir de retaguarda imediata e permanente aos guerrilheiros das Zanla (Exército de Libertação Nacional Africano do Zimbábue) de Robert Mugabe. As sucessivas invasões rodesianas em Moçambique, aliadas ao avanço regular das Zanla dentro do Zimbábue, acabariam por enfraquecer, seriamente, o exército rodesiano. Foi "nas batalhas de Mapai e Mavonde, em outubro de 1979, que o general Peter Walls, então chefe das forças armadas rodesianas, concluiu que já não era possível destruir as Zanla e o exército moçambicano (FPLM). Só em Mavonde, na província de Manica, os rodesianos perderam 12 dos seus caças-bombardeiros", lembrou Samora no comício em Chimoio.

O presidente falou, também, da participação de 5 mil soldados moçambicanos no Zimbábue ao lado das Zanla. Após o Acordo de Lancaster House, em dezembro de 79, ele falara

de apenas 500, talvez para não minimizar, de alguma forma, o fator mais importante da luta de libertação do Zimbábue: o fato do povo deste país ter pegado em armas para se libertar do regime de Smith.

De passagem, Samora Machel recordou também que tropas das FPLM haviam participado ao lado do exército tanzaniano, quando este reagiu à invasão da Tanzânia pelas forças de Idi Amin, de Uganda. "Lutamos todo o caminho até Kampala", disse o presidente.



O arsenal do MNR daria para mais dois anos de guerra

Dia 8, já depois de ter sido informado dos primeiros resultados da ofensiva conjunta, Robert Mugabe declarou em Harare que o seu país tinha o dever de ajudar Moçambique, e vice-versa.

"Decidimos que, além do que estávamos fazendo, por Moçambique e por nós próprios, ao protegermos as infra-estruturas que nos servem, deveríamos passar à ofensiva para, conjuntamente com os moçambicanos, eliminarmos os bandidos nas zonas de Manica, Sofala e Tete", disse Mugabe.

As infra-estruturas mencionadas por Mugabe são o oleoduto, a ferrovia que serve o porto da Beira e a estrada Malawi-Zimbábue, que passa por Moçambique e tem sido defendida também por tropas do Zimbábue. São infra-estruturas vitais para a eco-

nomia zimbabueana, razão pela qual, segundo Mugabe, "não podíamos ficar restritos a uma atitude de defesa perante os ataques dos bandidos do MNR".

Para o Zimbábue, a eliminação dos bandos armados em Moçambique é vital, particularmente se se tiver em conta a possibilidade da luta popular na África do Sul entrar numa fase insurrecional. É que esta, provavelmente, levaria à paralisação do sistema de transportes na África do Sul que o Zimbábue utiliza, diariamente, para as suas impor-

tações e exportações, diante da impossibilidade de utilizar o sistema ferroviário e rodoviário moçambicano devido à guerra sul-africana de desestabilização contra Moçambique.

Por ocasião do desencadeamento das operações conjuntas, esteve em Chimoio um coronel britânico, fato que provocou muita controvérsia. Aparentemente esse oficial lá se encontrava apenas para estudar as necessidades do exército moçambicano em matéria de treinamento de oficiais, segundo o acordo estabelecido entre Maputo e Londres para uma cooperação militar limitada.

Existem, contudo, especulações: a Grã-Bretanha estaria disposta a "ir um pouco mais longe", pois setores importantes da economia britânica veriam com

bons olhos um rápido fim da instabilidade em Moçambique.

Um grande arsenal

A base central dos bandos armados em Gorongosa era apelidada pelo MNR de "Casa Banana" (*Banana House*). Era ali que estava instalado o "estado-maior" ou "comando supremo" dos bandidos espalhados pelo país, e dali se estabeleciam os contatos regulares com as bases do MNR na África do Sul e, provavelmente, no Malawi.

A serra de Gorongosa, uma cadeia de montanhas que se ergue até 1.800 metros acima do nível do mar, era de importância estratégica para o MNR, pois dali os bandidos podiam observar extensas áreas das províncias de Sofala, Manica e Tete.

A "Casa Banana", situada ao sul da serra e junto do rio Vanduzi, é um vasto complexo de terrenos e instalações cobrindo vários quilômetros quadrados. A casa era servida por uma pista de aterrissagem denominada "Fábrica" (com cerca de 800 metros de comprimento) onde pousavam aviões Dakota e helicópteros sul-africanos, cuja função principal era o reabastecimento dos bandidos. Bem camuflada pela mata densa, a base possui casas construídas com material roubado de caminhões na estrada Beira-Tete. Uma parte da base, separada do resto por uma cerca de arame, era o local do "comando geral". A entrada nessa área era proibida à grande maioria dos ocupantes da base.

A "Casa Banana" foi tomada numa operação relâmpago, que durou cerca de cinco horas, das 5 da manhã às 10 do dia 28 de agosto. Após bombardeios por aviões das forças aéreas moçambicana e zimbabueana, 85 paraquedistas zimbabueanos desembarcaram na base, tomando-a de assalto.

O armamento encontrado na base, segundo peritos militares,

daria para, pelo menos, mais dois anos de operações. Incluía centenas de obuses de morteiro e mísseis, granadas, centenas de armas ligeiras e peças de artilharia antiaérea. Havia também uma BM-21 das FPLM, possivelmente levada pelos bandidos após um recente assalto à vila de Maringué, situada entre Gorongoza e o rio Zambeze, assim como carros civis roubados e um *bulldozer* levado num assalto a Muanza.

Além disso, junto com o armamento, havia 40 rádios receptores-transmissores; mas o principal centro transmissor foi destruído pelos próprios bandidos antes de abandonarem a casa. Foi também encontrada uma quantidade enorme estimada em milhões de meticais (moeda moçambicana) de notas de 100 e 1.000 meticais, queimadas. Vários documentos sobre ações dos bandidos contra aldeias comunais, fábricas e outras infraestruturas sociais e econômicas, também foram encontrados no local, assim como documentos reveladores das ligações dos bandidos em vários países. Quanto a estes últimos, as autoridades moçambicanas ainda não se pronunciaram, presumindo-se que estejam em poder das forças armadas para análise.

Na "Casa Banana" havia ainda grandes quantidades de medicamentos e equipamento médico, em parte fornecidos pela África do Sul, em parte conseguidos nos centros de saúde rurais saqueados pelos bandidos.

Testemunhas disseram que o chefe dos bandidos, Afonso Dlakhama, conseguiu fugir numa moto, acompanhado pelo seu adjunto, uns cinco minutos antes da base ser tomada pelos pára-quedistas. Aparentemente, tomou a direção norte. Na fuga precipitada, esqueceu até os seus óculos.

Um soldado zimbabueano que participou no ataque à "Casa Banana" disse não saber quantos bandidos haviam sido mortos.

"Foram muitos, muitos", afirmou.

Os dois eixos de uma estratégia

A "Casa Banana" não foi a única base do MNR tomada pelas tropas moçambicanas e zimbabueanas. Até fins de agosto, a ofensiva conjunta tinha resultado na tomada da base "Bunga", 20 quilômetros mais ao norte, importante centro de treinamento dos bandidos, na zona de Gorongoza. Mais para o norte, entre Gorongoza e o rio Zambeze, as forças conjuntas libertaram a pequena vila de Maringué, que caíra nas mãos do MNR.

Ao sul da estrada e linha férrea que ligam o Zimbábue à cidade portuária da Beira, foi tomada uma base conhecida pelo nome de "Maxanga", no distrito de Sussundenga, província de Manica, considerada pelo MNR como sua "base regional central". Era a partir daí que unidades de bandidos atacavam o oleoduto Beira-Mutare e a linha de alta tensão que alimenta de energia a cidade da Beira.

Em setembro, ainda prosseguiram os combates em torno de

uma outra base, denominada "Gogogo", situada no sopé da serra de Gorongoza, e que o MNR chamava de "academia militar". Fontes militares moçambicanas estão convencidas de que em "Gogogo" estão cerca de 250 mercenários portugueses, norte-americanos, ingleses, sul-africanos e israelenses. Uma mensagem de rádio a partir desta base, captada pelas FPLM, pedia urgente evacuação aérea. Uma outra base, chamada "Cavalo" foi também tomada em Gorongoza, assim como outra na área de Mavonde, junto à fronteira com o Zimbábue, em Manica.

Quanto às baixas entre o MNR, acredita-se que se elevem a várias centenas, segundo militares moçambicanos e zimbabueanos. Só em "Muxanga", foram contados 100 corpos de bandidos mortos nos combates. Pensa-se que, nas operações de perseguição por tropas helitransportadas, após o assalto a "Muxanga", tenham sido postos fora de combate mais 400 bandidos.

Fonte militar zimbabueana declarou que no assalto à "Casa Banana" morreram dois pára-quedistas zimbabueanos e ficaram feridos quatro. Números



Pouco depois da ofensiva de Gorongoza, Samora Machel viajou aos EUA e Europa para mostrar as provas do apoio externo ao MNR.

não confirmados situam as baixas do lado das forças conjuntas, nas operações de agosto, em cerca de 80.

Além desta ofensiva conjunta com as tropas zimbabueanas, as forças armadas de Moçambique (FPLM) prosseguem uma série de investidas a acampamentos do MNR nas províncias da Zambézia, no norte, e Maputo, no sul.

Fonte conhecedora da situação na Zambézia declarou aos cadernos do terceiro mundo que, em agosto, as FPLM tomaram uma base importante do MNR perto de Murrupula, entre Cuamba (na fronteira com o Malaui) e a cidade portuária de Nacala, já na província de Nampula. A mesma fonte disse que já foram destruídas várias pequenas bases nas zonas de Lioma e Gurúé.

Fontes civis declaram que, no começo de agosto, cerca de mil bandidos, chefiados por mercenários, tomaram a localidade de



Destruição causada pelo MNR na zona de Gorongosa

Luabo, no sul da Zambézia, o que foi interpretado como uma tentativa do MNR de atrair para lá as atenções da ofensiva conjunta em Manica, Sofala e Tete. Prosseguindo nesta tática, grandes unidades de bandidos ataca-

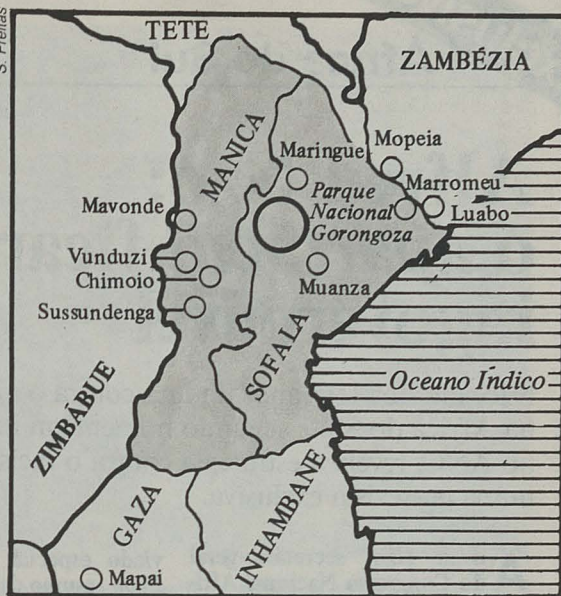
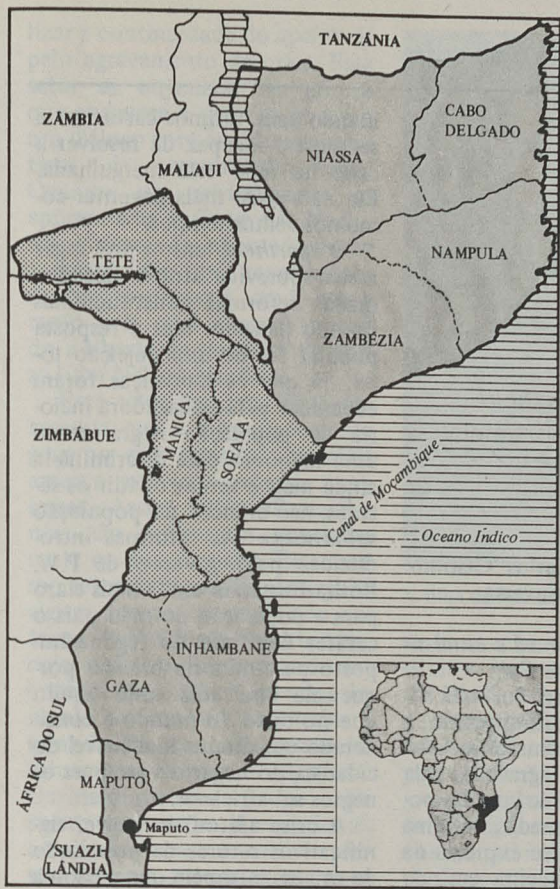
ram Mopéia e foram finalmente repelidos em Marromeu, com pesadas baixas, já que não contavam com a defesa que encontraram.

Aparentemente, esses mais de mil bandidos caíram na sua própria ratoeira. Até o momento de fecharmos esta edição, eles estavam encurralados entre Luabo e Mopéia, impedidos de ajudar os restantes, que fugiram de Gorongosa no sentido centro-noroeste.

Na província de Maputo, o mês de junho foi particularmente tenso. Na região de Pateque, só num dos ataques, os bandidos massacraram 37 pessoas e feriram 62. Dias depois, na mesma região, eram mortos 24 civis. Em agosto, 15 pessoas foram assassinadas e 62 feridas num ataque a um ônibus perto de Maluane.

Uma série de medidas reorganizativas tomadas em julho e agosto, nessas duas zonas (a cerca de 50 quilômetros de Mapu-





A partir da base da "Casa Banana", os bandos armados do MNR tentaram cortar as linhas de abastecimento do Zimbábue e isolar a província de Tete. Essa base era utilizada como "comando regional central" pelo MNR e era dali que os bandos armados partiam para atacar o oleoduto de Beira-Mutare e a linha de alta tensão que abastece Beira. Outras bases foram tomadas, uma em Gorongosa e outra em Manica, na região de Mavonde

to) já levou a FPLM a destruírem duas bases do MNR em Manhiça e Magude e a matarem pelo menos 63 bandidos. Dessas bases partiram muitos dos contra-revolucionários que, nos últimos três meses, assassinaram mais de 250 pessoas — em sua grande maioria, camponeses.

Mas essas ofensivas de grande envergadura — incluindo a da força aérea moçambicana, que destruiu uma importante base a 50 quilômetros da cidade de Nampula, levando à rendição de centenas de bandidos — constituem apenas um dos eixos da estratégia que as autoridades moçambicanas estão adotando.

O outro eixo é um lento processo de reorganização radical das forças armadas, que envolve o recrutamento de jovens com um nível educativo e conheci-

mentos técnicos mais elevados que os dos jovens atualmente no exército.

Membros do Birô Político e do Comitê Central da Frelimo, assim como ministros, desenvolvem uma autêntica campanha de mobilização popular em empresas e bairros da cidade, falando da necessidade de se dar o passo decisivo para a construção de um exército moderno. Se deixaria assim aos camponeses o papel, não menos importante, de constituírem as forças milicianas. Pretende-se também organizar unidades militares especializadas e bastante móveis, capazes de atuarem em qualquer parte, rapidamente.

Pesquisas de opinião publicadas pela imprensa local revelam que a maioria dos jovens das áreas urbanas concorda com a

mobilização. Ao mesmo tempo, porém, apontam dois senões: o não-cumprimento, no passado, pelas autoridades militares, do período de serviço militar, e a falta de apoio logístico necessário a um exército realmente em guerra.

Nenhum dirigente moçambicano levantou ainda a bandeira da vitória sobre o banditismo armado, e oficiais do exército têm alertado o país para "não se embebedar" com as vitórias em Manica e Sofala.

Mas é possível que algumas forças internacionais que têm estado por detrás do MNR durante todos esses anos comecem a se perguntar se vale a pena gastar tanto dinheiro com um instrumento que não mostra capacidade para se constituir numa alternativa à Frelimo. (Carlos Cardoso) ●

Alfred Nzo: o *apartheid* ficará ingovernável

Nzo, um dos veteranos da luta contra o *apartheid* na África do Sul e segundo homem em importância no ANC, revela a estratégia contra o racismo numa entrevista exclusiva.

Alfred Nzo, secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC) tem uma longa história de luta contra o racismo. Desde a juventude, a exemplo de outros líderes negros sul-africanos, ele se dedica em tempo integral ao esforço para acabar com a discriminação racial em seu país. Depois de Oliver Tambo e Nelson Mandela, Nzo é o dirigente político mais importante do ANC. Falando pausadamente e com gestos largos, ele conversou em Luanda durante mais de uma hora com nosso en-

viado especial, Carlos Castilho. Eis o resumo da conversa.

Como o senhor vê a atual situação na África do Sul?

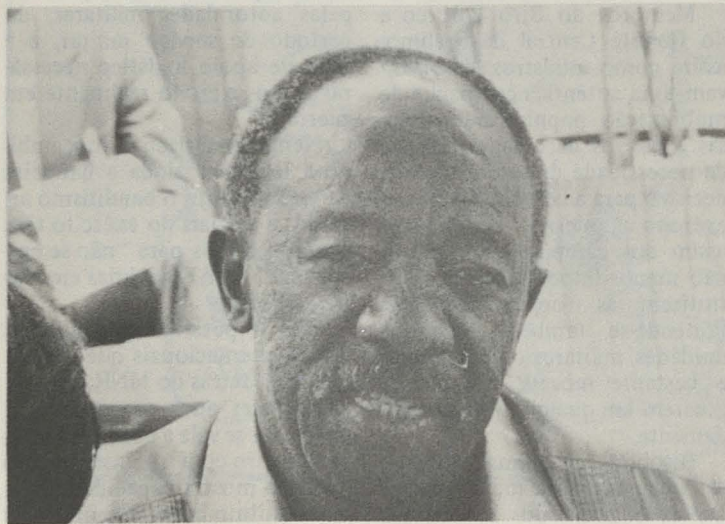
— A África do Sul está vivendo desde o ano passado a pior crise de sua história. Uma crise econômica agravada pela elevação do nível de luta das populações discriminadas, e uma crise política que se expressa na intransigência do regime em não abrir mão de seus privilégios, num momento em que a minoria branca está virtualmente quei-

mando seus últimos cartuchos e se mostra incapaz de resolver a crise na qual está mergulhada. Ela não pode mais governar como nos velhos tempos.

O *apartheid* tentou prolongar a sua sobrevivência através das chamadas reformas constitucionais do ano passado, mas a resposta popular foi de uma rejeição total, já que as mudanças foram encaradas pela esmagadora maioria da população negra como uma manobra para discriminá-la ainda mais e tentar dividir os setores não-brancos da população sul-africana. As reformas introduzidas pelo governo de P.W. Botha tornaram ainda mais claro para a população do meu país o caráter ilegítimo do regime imposto pela minoria branca, porque ele contradiz tudo aquilo que no resto do mundo é considerado um direito inalienável do cidadão, ao negar o voto para os negros sul-africanos.

A crise afetou, inclusive, significativos setores da população de origem européia que passou a ter a sensação de um desastre iminente diante da obstinação do senhor Botha e de seus adeptos. Muitos começaram a perder a confiança na habilidade do regime de encontrar uma solução pacífica para esta situação. Alguns passaram a achar que é mais seguro deixar o país, o que provocou um êxodo de muitos brancos. Outros, acreditam que é necessário ficar e lutar por uma sociedade melhor. É este setor da sociedade que está participando do movimento democrático em nosso país. São, em sua maioria, jovens os principais responsáveis pelo crescimento de um setor democrático dentro da comunidade de origem européia.

Por outro lado, a classe dirigente está hoje totalmente dividida. Um grupo acredita que seus interesses não estão mais garantidos e passam a responsabi-



C. Castilho

Nzo: "Desde o ano passado, a África do Sul vive a pior crise de sua história"

lizar a continuidade do *apartheid* pelo agravamento da crise. Este setor se organizou em grupos que passaram a pedir ao governo um diálogo com os líderes autênticos da comunidade negra. Quando esta reivindicação foi apresentada, o Congresso Nacional Africano foi apontado como a organização mais representativa da maioria negra, sendo esta a razão pela qual estamos exigindo a libertação imediata de nosso líder Nelson Mandela.

Este setor da classe dirigente acredita que a intransigência do governo está criando uma séria ameaça aos seus próprios interesses. Assim, estão afirmando: nós não poderemos continuar neste mesmo caminho. Este mesmo setor da classe dirigente já há algum tempo se organizou em torno da Fundação Sul-Africana, cujo objetivo, na época de sua criação, era o de romper o isolamento ao qual foi submetida a minoria branca pela pressão internacional contra o *apartheid*. Os membros deste grupo encararam as pressões internacionais como uma ameaça para a expansão de seus mercados no exterior. Muitos viajaram para outros países para dizer que o *apartheid* não era tão ruim como muitos diziam na Europa e Estados Unidos. Agora, esta mesma Fundação Sul-Africana, numa reunião em março, chegou à conclusão de que a crise está cada vez mais profunda e que o governo demorou demais em promover reformas pouco importantes.

Assim, com a intensificação da luta de massas, é inevitável um acirramento das contradições dentro da classe dirigente. É por isso que o ANC diz que a única alternativa possível para nosso povo é aumentar a luta contra o *apartheid*.

No que se refere à crise financeira na África do Sul, estamos agora numa situação curiosa. O sistema financeiro internacional nunca pensou que chegasse um momento em que o próprio go-



A filha de Mandela, Zinzi, em uma manifestação contra o *apartheid*

verno racista fosse capaz de admitir que não poderia pagar sua dívida externa. A crise interna foi agravada pela queda catastrófica do valor do *rand*, que provocou não apenas o fechamento temporário dos mercados de câmbio, mas forçou o Banco Central sul-africano a pedir ajuda de seus aliados. A situação financeira melhorou um pouco em agosto, mas logo em seguida começou a piorar novamente, porque enquanto o presidente do Banco Central estava viajando pela Europa e Estados Unidos, os trabalhadores negros na África do Sul entraram em greve, principalmente no setor das minas de ouro.

Isso alarmou novamente os sócios internacionais do *apartheid* que até agora resistem a todo tipo de pressão e de sanções contra o regime racista. Mas apesar disso, as sanções estão sendo impostas a partir de dentro do próprio regime. Os capitais estrangeiros que antes achavam o racismo seguro para seus investimentos estão agora alarmados e começam a reduzir as suas aplicações na África do Sul branca, o que de uma certa forma já é um tipo de sanção.

Voltando ao terreno político, eu diria que a grande tarefa de nosso povo é a busca da unidade. Uma unidade que já está assumindo formas bastante particulares, como a Frente Democrática Unida (UDF). Esta Frente, criada há dois anos, reuniu cerca de 500 organizações na época de sua fundação, mas agora engloba acima de 600, envolvendo cerca de dois milhões de pessoas das mais variadas origens, tendências e estratos sociais. Também a comunidade religiosa dentro do país verificou que o homem não pode apenas rezar, mas deve se preocupar também com sua realidade material concreta e principalmente com sua liberdade.

A linha política do ANC sempre foi a de combinar a ação política de massas com uma efetiva luta armada clandestina. Esta linha foi reafirmada na segunda conferência geral do ANC em junho na Zâmbia.

Um poder popular autônomo

O ANC decidiu na sua última conferência tornar os bairros negros ingovernáveis. Como o seu movimento pretende atingir es-

pecificamente este objetivo?

— Nós não estamos pretendendo que apenas os bairros negros se tornem ingovernáveis. Queremos que toda a África do Sul se tome ingovernável pela minoria racista. O regime, em seu afã de neutralizar a luta da maioria negra pelo poder, criou estruturas destinadas a dar uma aparência de auto-governo em determinadas áreas. Os Conselhos Comunitários, criados pelo racismo, foram imediatamente identificados pela população dos bairros negros como uma tentativa do *apartheid* de desviar as pessoas da luta por um poder autêntico. Estes conselhos, na verdade, não são órgãos de poder popular, mas instrumentos de ampliação da dominação branca. A resistência popular contra estes chamados conselhos comunitários fez com que eles praticamente desaparecessem em todo o país.

O ANC pretende criar as suas próprias organizações comunitárias?

— Este é o problema. Nós estamos dizendo à população que, no lugar destes conselhos comunitários, as pessoas devem se organizar de forma a criar as bases de um poder popular autônomo. Estes comitês populares obviamente não podem assumir poderes totais nas suas respectivas áreas, porque o poder branco ainda é hegemônico na região. Mas estas organizações autônomas devem servir de base para a mobilização popular e legitimar as estruturas que forem sendo criadas.

Que forma específica tomarão estas organizações ou comitês?

— Nós sempre encorajamos a população a criar todas as formas possíveis de estrutura, seja para a auto-defesa, seja para a auto-ajuda, nas suas áreas de moradia e trabalho. Não existe um modelo predeterminado.

Estas organizações serão clandestinas ou de massas?

— Na sua maioria, elas vão adquirir uma forma dupla. Por causa da situação dentro do país, devem surgir organizações que atuem à luz do dia para mobilizar as pessoas na luta pelo poder político, ao mesmo tempo em que devem ser criadas formas de resistência subterrânea para ajudar a mobilização de massas.

Existe a possibilidade do governo branco criar uma quarta câmara legislativa para os negros sul-africanos?

— Esta não é uma exigência do ANC. Algumas pessoas estão dizendo que se existe uma câmara para os brancos, uma para os indianos e outra para os mulatos, por que não uma para os negros? Eles podem fazer este tipo de reivindicação, mas nossa exigência é a de uma única câmara, onde todos os setores étnicos tenham direitos iguais. Nossa posição é de que este sistema de câmaras deve ser destruído junto com a estrutura do *apartheid*. A quarta câmara, como querem alguns, não representa a consagração do direito de um homem, um voto, que é a nossa reivindicação fundamental.

Fala-se muito na Europa e nos Estados Unidos de que a crise sul-africana caminha para um banho de sangue. O senhor acredita nesta possibilidade?

— É preciso não esquecer que já existe um banho de sangue acontecendo na África do Sul. O sangue está correndo nas ruas de nossos bairros negros diariamente. Mas quando os europeus e norte-americanos falam de banho de sangue, eles estão se referindo ao sangue branco.

Na verdade, o que está em jogo aqui é o futuro da luta de massas no meu país. Desde 1955, o ANC apresentou à Áfri-

ca do Sul o seu programa sobre o futuro da nação. Este programa está contido na Carta da Liberdade que procura uma democracia não-racial. Com o passar dos anos, mesmo depois que o ANC foi proscrito, um número cada vez maior de pessoas passou a apoiar a Carta da Liberdade, numa atmosfera em que se sucedem os massacres diários praticados por brancos.

Mas apesar de tudo isso, nós continuamos a dizer que não existe qualquer alternativa razoável fora da democracia não-racial, onde os brancos tenham os mesmos direitos dos negros. Nós não defendemos nenhum tipo de vingança ou de exclusão como a que os europeus nos impuseram.

O que realmente está em jogo, quando muitos falam de banho de sangue, são as perspectivas futuras da luta de libertação nacional na África do Sul. Nós, do ANC, temos especialmente em foco a perspectiva de implantação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Isto significa que quando a crise atual for resolvida, nós estaremos mais preocupados com o tipo de sociedade que vamos construir, uma sociedade em que não existam as discriminações e a opressão que caracterizam o *apartheid*. Mesmo depois dos vários banhos de sangue já promovidos pelos brancos contra os negros no passado, nós não estamos pensando em vinganças ou retaliações quando a coluna vertebral do racismo for quebrada. Nós teremos que nos engajar totalmente num outro esforço, o da reconstrução nacional.

O processo se acelera

O que o senhor acha que vai acontecer nos próximos 12 meses?

— Não é correto fazer previsões sobre o desenrolar de revoluções em termos de prazos. Se eu pudesse me permitir um dese-

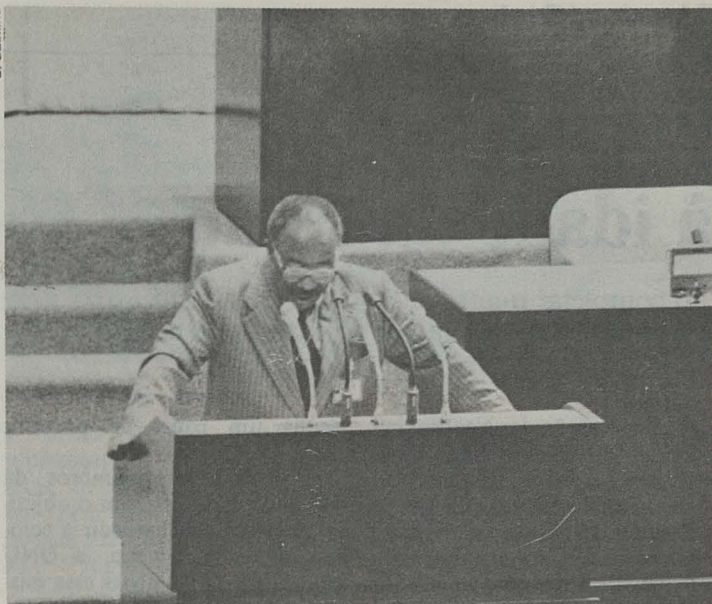
jo, gostaria que a nossa libertação acontecesse amanhã. Mas a vida não ocorre como nós desejamos. O desenrolar de nossa luta vai depender da nossa capacidade de estabelecer as condições objetivas e subjetivas para o sucesso da revolução. Se nós tomarmos por exemplo o caso da Frelimo em Moçambique, verificamos que, em janeiro de 1974, o movimento fixou uma estratégia de luta que previa uma longa duração da guerra contra o colonialismo português, e, meses depois, o salazarismo entrou em colapso. Portanto, repito, é impossível fazer previsões.

Uma coisa é concreta: a situação dentro da África do Sul sofreu uma grande mudança nos últimos meses. As condições objetivas e subjetivas estão mudando muito rapidamente e isso vai acelerar o processo revolucionário no país. A pressão internacional está aumentando, a luta interna se intensifica, mas ainda falta muita coisa para ser feita. Por exemplo, é necessário aumentar a pressão internacional, dobrando principalmente os países e governos que defendem o chamado "engajamento construtivo". São estes países e governos que abastecem o *apartheid*.

Em agosto, o regime branco sul-africano foi obrigado a reconhecer que não tinha mais condições de pagar seus débitos externos em dia. Isso colocou nas mãos dos banqueiros internacionais uma arma decisiva para forçar o racismo a um recuo. O senhor acredita que os bancos salvarão o racismo ou é possível os banqueiros tentarem entendimentos com o ANC?

— É uma questão difícil de ser respondida. Sabemos que os banqueiros não estão pensando em salvar a vida dos negros sul-africanos perseguidos pelo *apartheid*. Eles pensam basicamente é na segurança de seus interesses. Se acharem que podem ter prejuízos, talvez abandonem o país.

C. Castilho



Nzo representou o ANC na Conferência dos Não-Alinhados em Luanda

Mas pode acontecer também o contrário, isto é, os bancos podem pedir novas garantias ao governo branco, de maneira a proteger os seus bens e interesses. O Banco Central sul-africano, quando foi pedir ajuda nos Estados Unidos e Inglaterra, afirmou que o regime branco não estava à beira de um colapso financeiro. O emissário do *apartheid* disse que não se tratava de uma questão financeira, mas sim política.

Isto significa que, no entender dos responsáveis pelo *apartheid*, o importante no momento é garantir a situação política do regime de P. W. Botha. O governo minoritário está hoje diretamente empenhado em saber se ele ainda tem amigos no exterior capazes de apoiá-lo. Este apoio é para os racistas, no momento, mais crucial do que ajuda financeira. Portanto, a raiz do problema é toda política. Os banqueiros podem ajudar o *apartheid*, se isso politicamente for lucrativo para eles. Assim como os bancos podem vir procurar o ANC pelos mesmos motivos.

Durante a Conferência Minis-

terial de Países Não-Alinhados em Luanda foi aprovada uma moção de solidariedade a Nelson Mandela, preso há 22 anos pelo regime racista. O que representa Mandela na luta do ANC?

— Ele é o símbolo da resistência contra o racismo. A solidariedade a ele é um estímulo poderoso à luta contra o racismo, porque Mandela hoje é um dos grandes problemas que o *apartheid* tem nas mãos. Já lhe ofereceram a liberdade em troca de condições, como a renúncia à violência. Mas Mandela recusou, mostrando que está mais preocupado com a luta do povo negro do que com a sua segurança pessoal. A resistência do nosso líder dá força ao movimento. O regime não tem outra alternativa, senão libertá-lo incondicionalmente, o que significará uma derrota importantíssima para o racismo. Mantê-lo na prisão, representa um desgaste enorme para o setor ultra-fascista no governo. Mesmo preso, Mandela tem a iniciativa política, e na verdade pode-se dizer que é ele que tem o governo como prisioneiro, porque os racistas não têm alternativas. ●

A ONU chega à idade da razão

Ao completar quatro decênios de existência, a Organização das Nações Unidas ainda tem muitos desafios pela frente

A Organização das Nações Unidas (ONU) está fazendo 40 anos no dia 24 de outubro. São quatro decênios de múltipla e relevante atuação no cenário mundial, no qual o chamado sistema das Nações Unidas — integrado por seis órgãos principais, 17 suborganizações e as entidades operacionais criadas pela Assembléia-Geral — desem-

penha um papel de primeira linha.

Nascida dos escombros da 2ª guerra mundial com o objetivo declarado de impedir a eclosão de uma terceira, a ONU cumpriu a duras penas essa missão principal, com a “convivência”, é claro, das superpotências, ou, mais precisamente, com a contribuição do equilíbrio man-

tido entre os seus potenciais de destruição nuclear, sem o qual, provavelmente, não estaríamos aqui para registrar a efeméride.

A luta pela paz

O que a ONU não conseguiu foi evitar a irrupção de dezenas de guerras e conflitos regionais e circunstanciais, argumento frequentemente esgrimido pelos que procuram minimizar a sua importância ou mesmo invalidar a sua existência. Esses críticos — encontráveis, salvo honradas exceções, nas extremidades do espectro político, entre os ultras de diferentes calibres e tendências — fingem ignorar o papel decisivo que a organização desempenhou na mediação de inúmeros conflitos e crises, como em Berlim, em 1949; na Coreia, em 53; no Canal de Suez, em 56; no Líbano, em 58; no Congo, em 60; na questão dos mísseis nucleares em Cuba e no Iêmen, em 62; em Chipre, em 64; na guerra entre a Índia e o Paquistão, em 65; em Bahrein, em 71; na guerra do Oriente Médio de 73; novamente em Chipre, em 74; e no Líbano, em 78.

É óbvio que a ONU não solucionou todos esses casos. Para isso, ela carece de poder, pois não se trata de um governo supranacional, capaz de impor decisões às partes em conflito. A ONU reflete — como, isto sim, uma espécie de parlamento mundial — o conjunto de posições dos países que a integram. Seus êxitos e fracassos têm que ser creditados ou debitados a toda a comunidade internacional. Se esta se recusasse, por exemplo, a apoiar as operações de socorro em grande escala que a ONU empreende, atualmente, na África, a organização nada poderia fazer.

A ONU é a expressão quase exata dos 159 países que a com-



Evitar uma nova guerra em escala mundial tem sido o objetivo principal da ONU desde a sua fundação em 1945

põem, mais do que o triplo dos que a fundaram em 45 — ao todo, 51, entre os quais o Brasil e mais 31 países subdesenvolvidos. *Quase exata*, porque 5 dos membros fundadores (Estados Unidos, União Soviética, França, China e a Grã-Bretanha) têm assento permanente no Conselho Mundial de Segurança, onde dispõem de um segundo privilégio: o direito a veto. Mas, até mesmo quanto a essa questão, a culpa não pode ser simplesmente imputada à ONU, sem que se investigue o que os demais países-membros fizeram para pôr fim a tais privilégios.

A ONU não resolveu todos os problemas que lhe foram encaminhados, da mesma forma que governo algum solucionou a totalidade dos que lhe foram apresentados em escala nacional. Mas, ela tem contribuído, ao longo dessas quatro décadas, para minorá-los — como agora mesmo, no caso da fome que assola vasta região da África — e, em muitos casos, para encaminhar soluções, como ocorreu diante do colonialismo com que se deparou ao ser fundada.

Descolonização

Em fins da década de 30, havia uns 40 países independentes. De 1946 a 1960, os 51 que fundaram a ONU receberam em Nova Iorque, onde está sediada a organização, os representantes de 28 estados que se tornaram soberanos. Mas foi a partir de 60, quando a Assembléia-Geral (em que o voto das Seychelles vale tanto quanto o dos Estados Unidos) aprovou a declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais, que o processo de descolonização se acelerou. Desde então, o número de países independentes se elevou a mais de 170, e o colonialismo, cujo fim o documento considerava urgentemente necessário, se encontra praticamente limitado



Através da OMS, a ONU tem desenvolvido um trabalho notável no campo da saúde

à África Austral, a algumas possessões no Caribe e a umas ilhas do Pacífico. Uma dimensão bem menor, sem dúvida, do que tinha há 40 anos, quando a ONU foi fundada.

Esse processo de descolonização, além de representar a concretização de um dos objetivos principais da Carta das Nações Unidas — o direito à livre determinação dos povos —, veio alterar a composição da maioria na Assembléia-Geral, formada durante a década de 50, no auge da “guerra fria”, por países da América e da Europa Ocidental.

Países latino-americanos que haviam alcançado a independência política formal nas primeiras décadas do século passado começaram a perceber que os seus problemas pouco diferiam dos que estavam chegando à ONU com os novos estados soberanos da África e da Ásia. E o reconhecimento dessa identidade foi provocando aos poucos o surgimento de uma “terceira força” entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Foi assim que surgiram os conceitos de Terceiro Mundo, de não-alinhamento e de subdesenvolvimento.

Quando esses países do Terceiro Mundo se reuniram pela primeira vez, em 1964, para debater e elaborar uma declaração sobre os problemas comuns de

subdesenvolvimento econômico, já eram 77. E passaram a ser conhecidos como o *Grupo dos 77*, embora já sejam, atualmente, uns 130. Eles tiveram influência determinante na criação, também em 64, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que surgiu declarando que o comércio é “o instrumento principal do desenvolvimento”. Desde então, a luta pelo desenvolvimento econômico e social, contra a fome e a miséria, progrediu e se tornou muito mais consciente, o que acarretaria o nascimento de novos objetivos e conceitos. A partir de 1974, esses países se batem por uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Consciência e maturidade

Mas, há muitos outros problemas de que o mundo tomou consciência através da ONU. Antes dela, não se encontra qualquer referência, por exemplo, ao problema da poluição e da necessidade de preservação do meio-ambiente. Já em 1949, ela promoveu a realização de uma conferência científica sobre a conservação e a utilização dos recursos, da qual participaram especialistas de 50 países.

Outra questão para a qual a ONU abriu os olhos do mundo foi a dos direitos da mulher. A propósito, o diretor do Instituto de Documentação da Fundação

Getúlio Vargas, Benedicto Silva, que foi funcionário da organização e é diretor-executivo da Sociedade Brasileira de Amigos das Nações Unidas, chamou a atenção para dois dados: 1) há somente 16 mulheres entre os 552 detentores do Prêmio Nobel; 2) no livro que Isaac Asimov escreveu sobre os gênios da Humanidade nos últimos cinco mil anos, do Egito Antigo a 1934, ele cita apenas 11 mulheres entre os 1211 gênios arrolados.

Também aí, a ONU não conseguiu remover todos os obstáculos à concretização, na prática, da igualdade entre os sexos. Mas são inegáveis os avanços obtidos, especialmente a partir de 1975, quando a 1ª Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher resolveu que o período 1976-85 seria a Década das Nações Unidas para a Mulher (ver cadernos do terceiro mundo nº 80).

Este artigo ocuparia muitas páginas se quiséssemos mencionar todas as principais realizações da ONU através das suas

agências especializadas no amparo à infância (Unicef), na ajuda aos refugiados da Palestina (Oops) e de outras regiões (Acnur), na solução dos problemas agrícolas e alimentares (FAO, CMA e PMA), na promoção do desenvolvimento (Unctad, Pnud e Onudi), no fomento da educação, ciência e cultura (Unesco, Unitar, UNU e Instraw), da saúde (OMS) e da justiça nas relações de trabalho (OIT), etc..

É bem verdade que o custo, por exemplo, de todos os programas da OMS (Organização Mundial de Saúde) — que tem, entre os seus méritos, o de haver erradicado a varíola do mundo, numa campanha internacional encerrada em 1980 — equivale, aproximadamente, ao que o mundo gasta em armamentos em apenas três horas. Mas não é a ONU que gasta pouco em saúde; o mundo é que continua gastando demais em armamentos, apesar da ONU e de todo o seu empenho pelo desarmamento.

É a questão pode ser enfocada também de outro ponto de

vista: será que não devemos creditar em grande parte à ONU e à habilidade dos seus cinco secretários-gerais — Trygve Lie (1946/53), Dag Hammarskjöld (1953/61), U Thant (1961/71), Kurt Waldheim (1972/81) e Javier Pérez de Cuéllar (desde 82) — a não eclosão de uma terceira grande guerra num mundo que nunca, em toda a sua história, esteve tão preparado para a destruição em escala planetária?

Quarenta anos depois da fundação da Organização das Nações Unidas, o mundo ainda está longe dos ideais que inspiraram os seus criadores¹. Mas é bem difícil contestar o argumento de que o mundo ainda seria mais imaturo e estaria bem pior sem a ONU. (Artur José Poerner) ●

¹ Só há pouco ele se tornou suficientemente maduro, por exemplo, para aprovar uma convenção internacional contra a tortura, que o presidente brasileiro José Sarney firmou no dia da inauguração da 40ª Assembléia-Geral, em 23 de setembro passado, depois de 10 outros chefes de governo da América Latina.

Nas bancas

Semanário do País

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral (Cr\$ 40.000); trimestral (Cr\$ 20.000).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

Nairóbi: um final que foi começo

A decisão de prolongar os trabalhos da Década da ONU e o desempenho das participantes no Foro não-governamental trazem novas perspectivas para a militância em prol da plena igualdade da mulher

O terceiro encontro internacional sobre a "Década das Nações Unidas para a Mulher", realizado em Nairóbi (Quênia), se desenvolveu em dois níveis: o "Foro de Organizações Não-Governamentais" e a "Conferência Governamental". Esses encontros estavam programados para constituírem o encerramento da Década. Contudo, tanto as presenças provenientes do foro como a avaliação da conferência oficial mostraram a necessidade de prolongar os trabalhos pelo menos até o ano 2000. Propôs-se então uma série de atividades a serem aprovadas pela Assembleia-Geral das Nações Unidas nos próximos meses.

O balanço dos eventos permitiu constatar que as metas da Década (igualdade, desenvolvimento e paz), definidas como condições para a conquista da participação igualitária da mulher na sociedade, não só não foram alcançadas como ainda estão mais ameaçadas do que há dez anos pela atual crise mundial.

A dinâmica do encontro de Nairóbi, assim como a decisão de prolongar a Década permitiriam, pelo menos, duas interpretações. A primeira, correspondente ao tradicional enfoque do *devenir* histórico, avaliaria esta iniciativa como uma das tantas decisões tomadas "de cima", despersonalizadas, como se as instituições

fossem capazes de atuar com independência dos atores sociais. A segunda leitura se detém, justamente, nos processos que partem "de baixo", procurando identificar os atores que geram e apresentam as demandas, se organizam e pressionam e que se constituem em definitivo como a "consciência crítica" do institucional e do oficial.

Nairóbi permitiu esta segunda interpretação: 12 mil mulheres de diferentes países, regiões e continentes dialogaram ali, partindo das mais diversas perspectivas ideológicas, religiosas e políticas. Reconhecemos nossos problemas comuns e verificamos que participamos de uma luta

que — acima de diferenças lógicas — nos unifica num grande e solidário movimento mundial, que permite traçar estratégias e propostas comuns.

Durante 10 dias, de 10 a 20 de julho passado, foram realizadas nos edifícios da Universidade de Nairóbi 1.000 reuniões de trabalho (uma média diária de 100), em que foi abordada uma enorme diversidade de temas — desde a saúde durante a gravidez até os problemas da dívida externa, o armamentismo e a crise atual. Em todos eles, uma constante: nós, mulheres, fomos o centro do debate e nos descobrimos, simultaneamente, como uma força social comprometida com a transformação não só de nossa condição, como da sociedade em seu conjunto.

Os debates parecem ter superado aqueles caminhos paralelos presentes em encontros anteriores e, particularmente, na conferência da metade da Década em Copenhague. Não houve espaço — por exemplo — para o confronto de mulheres como simples porta-vozes de regiões e países, porta-vozes das "grandes questões" políticas, mas sem ligação com a problemática da



A Universidade de Nairóbi foi cenário de confraternização entre as mulheres



A mulher latino-americana levou ao encontro a problemática da região

mulher. Ao contrário, as questões foram discutidas e analisadas da perspectiva da mulher.

Observou-se também a perda de importância daquelas propostas que estavam no auge nos anos 70, que focalizavam a problemática da mulher de uma perspectiva não-histórica, não-contextual e apolítica.

A participação da América Latina

As latino-americanas tiveram um papel muito positivo, tanto no plano do debate teórico como no da inter-relação com os movimentos sociais de mulheres de outras regiões. Em particular, cabe assinalar a elaboração de um documento sobre a mulher latino-americana e caribenha perante a crise, que foi subscrito por 350 das 500 latino-americanas que, segundo os cálculos, participavam do foro.

Nele foram analisados os efeitos da dívida externa, do armamentismo e da crise sobre a condição da mulher na região. A declaração ressaltou que a superação dos problemas macro-estruturais não resolve, automaticamente, a opressão e discriminação que a mulher sofre nas nossas sociedades. A discriminação, segundo o documento, não tem

origem somente em fatores econômicos e na estrutura de dominação de classes. Há outra estrutura de dominação — a do patriarcado —, que estabelece, em termos práticos e ideológicos, a divisão sexual do trabalho. Nela, algumas atividades devem ser realizadas pelos homens e outras pelas mulheres, sendo as masculinas sempre melhor remuneradas, com maior poder e mais possibilidades.

O documento também afirma que o patriarcado define esferas próprias de “participação para homens e mulheres e... até sentimentos: os homens devem ser ativos e fortes, e as mulheres, doces e submissas. A inter-relação cotidiana entre a dominação de classes e a patriarcal é o que caracteriza a opressão específica das mulheres nas nossas sociedades. Por isso, não existe uma contradição ou luta principal e outra secundária: a luta de libertação das mulheres é, ao mesmo tempo, contra o capitalismo e o patriarcado”.

O documento foi entregue a algumas delegadas na conferência oficial e, posteriormente, anexado ao relatório geral. Este, sem dúvida significativo, foi uma ponte através da qual a “consciência crítica” pôde chegar à esfera oficial, o que permitiu que

os movimentos sociais de mulheres alcançassem a esfera das decisões governamentais.

Esse processo não foi fruto somente do encontro de Nairóbi. Ele é o resultado da mobilização das mulheres latino-americanas, que criaram redes e formas de colaboração institucionais e pessoais, através de toda a América Latina.

Entre 1984 e 1985, como se podia esperar, essa dinâmica se acelerou: nesses anos, se produziram uma série de eventos que foram estímulos importantes na busca da unidade das mulheres latino-americanas e do Caribe. Cabe destacar, em especial, as conferências governamental e não-governamental realizadas em Havana em novembro de 1984; o Seminário de “Pesquisa Feminista”, organizado pelo Grecomu (Grupo de Estudos da Condição da Mulher no Uruguai) em Montevideu, em dezembro passado; o encontro sobre o impacto da crise sobre a mulher na América Latina e no Caribe, realizado no México, em maio de 1985; e, finalmente, o encontro promovido pela Frente Continental em Havana, em junho último.

Todas essas reuniões permitiram conhecer as diferentes experiências e movimentos de mulheres, assim como avançar na reflexão política e teórica sobre eles. Isso se traduziu não só no diagnóstico da situação e do papel das mulheres latino-americanas, como também no esboço de propostas que visam a construir uma nova ordem social.

No âmbito desses encontros, ganhou destaque o crescente desempenho das mulheres no cenário latino-americano e caribenho. Durante os processos autoritários vividos em grande parte da região na última década, as mulheres, em sua luta pela recuperação dos direitos humanos, puderam reconhecer como era limitado o exercício real de sua cidadania.

Em muitas dessas lutas, ainda

Ciência e Tecnologia

Um método revolucionário de combate à mortalidade infantil

iniciadas com base nos tradicionais papéis femininos — de mães, avós, donas-de-casa —, as mulheres puderam identificar as situações de discriminação específica de que eram objeto no âmbito trabalhista, sindical e político, por exemplo.

Em outros contextos, algumas mulheres envolvidas nas lutas de libertação nacional descobriram, durante estas lutas, a sua identidade e condição, questionando, a partir daí, as estruturas patriarcais.

A elaboração teórica

Em Nairóbi, se reconheceu também o avanço na elaboração teórica e no aprofundamento da pesquisa sobre a mulher e a sociedade, superando-se o nível descritivo ou de diagnóstico da discriminação feminina, para passar ao da formulação conceitual e teórica.

A pesquisa feminista durante esses últimos anos decodificou e reformulou os termos que orientavam toda uma perspectiva em torno da “integração da mulher ao desenvolvimento”, acentuando que a mulher sempre esteve integrada ao desenvolvimento, mas sem participar de seus frutos.

A pesquisa histórica se orientou para a recuperação da memória das mulheres e de seus movimentos sociais, dando ênfase ao seu papel nas lutas pela mudança social, esquecido e não registrado pela história oficial e patriarcal. O “saber feminista”, que reclamava Julieta Kirkwood, passa também pelo aprofundamento e a busca das marcas deixadas pela mulher na história, resgatando assim um passado que havia sido até agora escamoteado. (Suzana Prates e Graciela Sapriza, pesquisadoras do *Grecmu — Grupo de Estudos da Condição da Mulher no Uruguai* — e participantes do *Foro Não-Governamental de Nairóbi*, a primeira como coordenadora do *Painel Latino-Americano*)

Com uma inovação baseada em antigas tradições, dois médicos colombianos estão conseguindo salvar a grande maioria dos bebês prematuros

O método não poderia ser mais simples, um verdadeiro “ovo de Colombo”: ao invés de colocar os recém-nascidos com peso deficiente — em geral, prematuros — em dispendiosas incubadoras e de alimentá-los através de sondas gástricas, o grupo de pediatras dirigidos pelos drs. Edgar Rey e Héctor Martínez os abriga junto aos seios das mães, onde encontram o calor e o alimento de que necessitam.

Os resultados do método em-

pregado no Hospital San Juan de Dios, em Bogotá, podem ser qualificados de espetaculares: das crianças ali nascidas com peso entre 500 e 2 mil gramas — que morriam quase todas —, sobrevivem, agora, quase 95%. Na categoria entre 500 e mil gramas, em que o índice de mortalidade era de 100%, os médicos colombianos estão conseguindo salvar 75%.

A repercussão do sucesso dos pediatras colombianos já transpôs as fronteiras do país e chegou



● Segundo a Unicef, o método colombiano constitui uma revolução social

ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cujo parecer foi categórico: não se trata de uma revolução médica, mas de uma revolução social.

Revolução social

De setembro de 1979 a setembro de 1981, os médicos do Hospital San Juan de Dios — os únicos no mundo a praticarem de maneira sistemática e em larga escala esse método não-convençãoal — salvaram 507 das 539 crianças nascidas com peso entre 500 e 2 mil gramas. Também sobreviveram 13 das 18 crianças nascidas com peso entre 500 e mil gramas.

O dr. Rey está cada vez mais animado: “Dando prosseguimento à nossa técnica e aperfeiçoando-a ao longo dos últimos 32 meses, obtivemos um sucesso ainda maior e estamos cuidando de um número substancialmente mais elevado de crianças”

O hospital de Bogotá recebeu, recentemente, a visita da atriz sueca Liv Ullman, que, como “Embaixatriz da Boa Vontade” da Unicef, foi constatar *in*

loco o êxito pediátrico. A atriz, que também é mãe, ficou muito comovida ao ver um recém-nascido com peso inferior a um quilo. É ela quem conta: “Estiquei cuidadosamente um dedo, para tocar o bebezinho, e, repentinamente, uma enrugada mãozinha precipitou-se e agarrou meu dedo com uma força inacreditável. O médico riu e disse: ‘Não existem muitos lugares no mundo onde você pode contemplar uma criança tão pequena como esta fora de uma incubadora. Que milagre ver e sentir a vida palpitando com tanta vitalidade num ser tão diminuto. E sem que tenha sido necessário lançar mão de qualquer tecnologia dispendiosa’”.

Tratamento “Canguru”

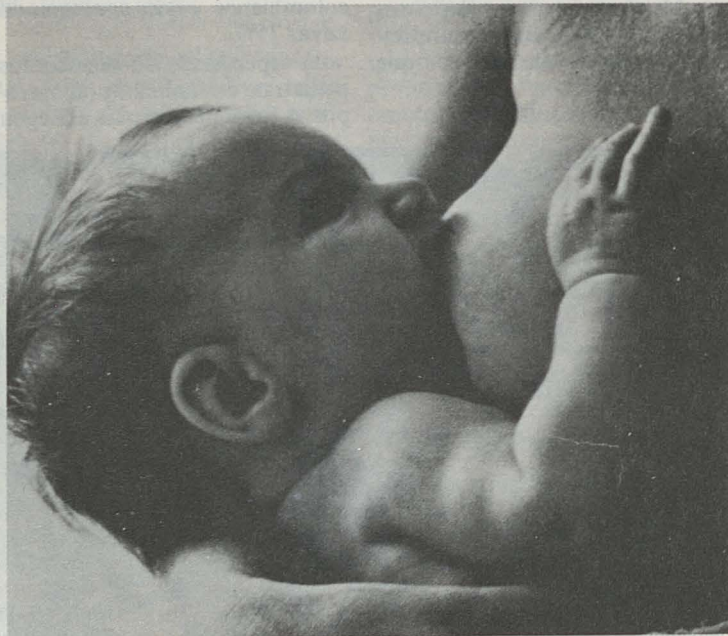
“Quando o bebê é amamentado, conta o dr. Rey, recebe proteção imunológica da mãe, através do leite. Isso elimina os perigos de infecção aos quais a criança fica exposta, quando é retirada, repentinamente, do ambiente protetor da incubadora e coloca-

da nas dependências — em geral, pouco higiênicas — de uma residência pobre. Além disso, numa incubadora, a criança fica muito quieta, não é estimulada de modo algum. Não existem vozes, nem sons, nem toques — apenas vidro. E sabemos o quanto são vitais esses primeiros momentos após o parto para estabelecer um relacionamento normal entre a criança e a mãe”.

Pode-se dizer que o que o dr. Rey fez foi procurar uma solução terceiro-mundista para a questão, afastando-se das normas vigentes nos países que se encontram na vanguarda da medicina moderna: “Desde o início, insistimos em que a criança fosse aleitada pela mãe ou por outras mães que, na mesma enfermaria, estivessem amamentando. O resultado imediato foi a queda na incidência de infecções gastrointestinais, bem como nas taxas de morte e enfermidades entre essas crianças. Em seguida, permitiu-se às mães o acesso direto às incubadoras ou berços, a fim de amamentarem as crianças sempre que o desejassem, e os resultados foram ainda mais encorajadores”.

Segundo o médico colombiano, “uma das maiores debilidades das crianças prematuras é a dificuldade de manter constante a temperatura do corpo”. Para superar esta dificuldade, ele e a sua equipe passaram “a encarar a mãe como a melhor incubadora: equiparando o recém-nascido a um filhote de canguru, que depende da bolsa da mãe, aconselhamos as mães a colocarem os filhos diretamente sobre os seios, de forma a aquecê-los. Encorajamos as mães a amamentá-los à vontade, proporcionando-lhes afeição, e a estimulá-los através de seus cantos, de suas conversas e até mesmo do pulsar de seus corações”.

Logo que os médicos estejam seguros de que a mãe e a criança estão em condições de superar a situação por si próprias, o que se



“Quando o bebê é amamentado, recebe a proteção imunológica da mãe”

dá num período de dois a 12 dias, lhes dão alta. Crianças que nascem com peso igual ou superior a 1.700 gramas deixam a maternidade, em geral, dentro de 48 horas; as com peso muito reduzido podem permanecer até 12 dias.

O dr. Rey esclarece: "Antes de dar alta, explicamos, clara e cuidadosamente, às mães a importância da amamentação e do controle de temperatura. Enfatizamos que a mãe pode passar à criança o calor do seu próprio corpo, conservando-a, constantemente, junto ao seio. E as mães passam a vir para consultas semanais, mas com rigorosas instruções de trazerem as crianças assim que perceberem qualquer mudança no seu estado geral de saúde".

O estímulo do aconchego

Um outro resultado desse "Tratamento Racional da Criança Prematura" — como é, oficialmente, denominado — é a acentuada redução no número de recém-nascidos com peso deficiente abandonados na maternidade, que chegavam a 34 por ano. Agora, não chegam a 10. Para o dr. Martínez, a explicação é óbvia: as mães tinham ficado separadas por um período demasiado longo dos filhos, isolados numa incubadora, para que entre eles se estabelecesse qualquer laço emocional. Conforme ele acentua, "o contato visual e tátil, estabelecido desde cedo, cria fortes laços entre mãe e filho".

Outros resultados positivos: uma queda substancial — de 300 para 30 garrafas mensais — no consumo de leite de mamadeira, bem como no uso de antibióticos, do número de transfusões e testes de laboratório. Além disso, o método reduz a necessidade de incubadoras, cujos preços oscilam entre 2 e 12 mil dólares, e de outros equipamentos dispendiosos.

O programa Rey-Martínez já



"A experiência de Bogotá é relevante para o mundo em desenvolvimento"

obteve a aprovação da Unicef, sempre à procura de métodos de baixo custo para diminuir a mortalidade infantil. Segundo salientou essa instituição da ONU, "abreviando-se o período de internação de bebês prematuros saudáveis no hospital, economiza-se o tempo do pessoal e pode-se assegurar melhores cuidados àqueles que de fato necessitam de hospitalização".

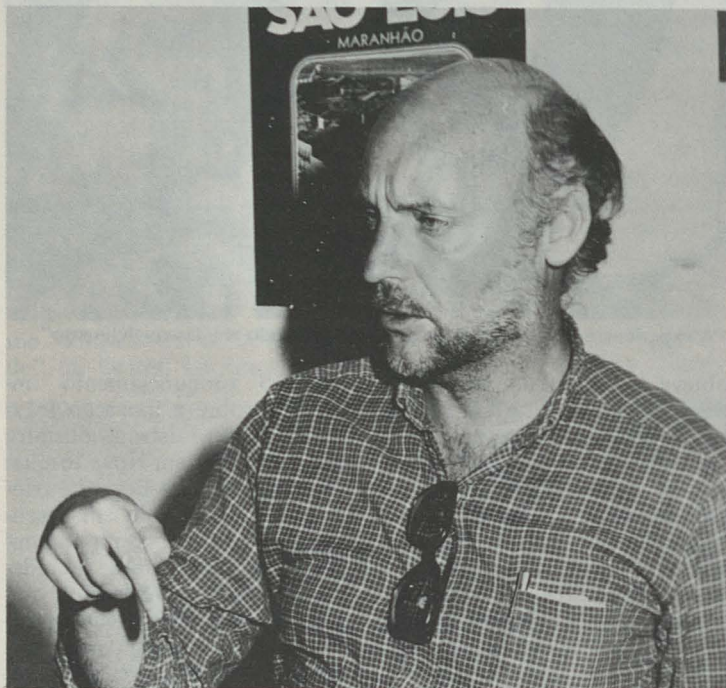
Em Genebra, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também já se manifestou, através do chefe da sua Unidade de Saúde Materno-Infantil, dr. Mark Belsey: "A técnica é única, merecendo consideração mais profunda e utilização em maior escala". Ele acha que o aconchego "estimula o desenvolvimento da criança, de maneira que os bebês amamentados e conservados perto de suas mães têm um desenvolvimento psicomotor mais rápido".

Outro pronunciamento importante sobre a inovação foi o da dra. Karin Edstrom, obstetra sueca da OMS em Nova Iorque: "A experiência de Bogotá é relevante para o mundo em desenvolvimento, pois aponta o caminho capaz de melhorar o cuidado com os recém-nascidos prematuros sem que seja necessário investir em equipamentos dispendiosos". Ela acha, contudo, que o significado do método é ainda maior para o mundo industrializado, "onde o cuidado com prematuros está se tornando desumanizado e demasiadamente tecnocrático, com prejuízos para o relacionamento entre mãe e filho".

A dra. Edstrom lembrou que o custo da sobrevivência de um recém-nascido com deficiência de peso num país desenvolvido, através dos recursos da "alta tecnologia", pode chegar a 100 mil dólares.

Galeano: "Sou um homem do meu tempo"

O escritor uruguaio reflete sobre a sua obra literária, as marcas da ditadura e afirma que o homem caminha ao encontro da sua unidade perdida



Walter Sant'os

Eduardo Galeano: "Desde que pisei minha terra, tive a certeza que voltava ao lugar que eu preferia entre todos os lugares"

Eduardo Galeano não precisa de apresentação. Desde o sucesso sempre renovado de "As veias abertas da América Latina", seus livros têm despertado o interesse de um público cada vez mais amplo e diversificado. cadernos do terceiro mundo já o entrevistou várias vezes. Mas, desta vez, havia assuntos novos, acontecimentos marcantes em sua vida, sobre os quais é muito

importante ouvir seu próprio depoimento: o fim do seu exílio, sua volta ao Uruguai, a "falha" — como ele mesmo diz — do seu coração...

Os leitores encontrarão em suas palavras um nítido sentimento de amor à vida, ao nosso continente, ao nosso século, ao ser humano. Um escritor maduro e profundo, que nos faz refletir.

Você já está há alguns meses vivendo no Uruguai. Como está se sentindo? Como você sente o país e o povo que havia deixado?

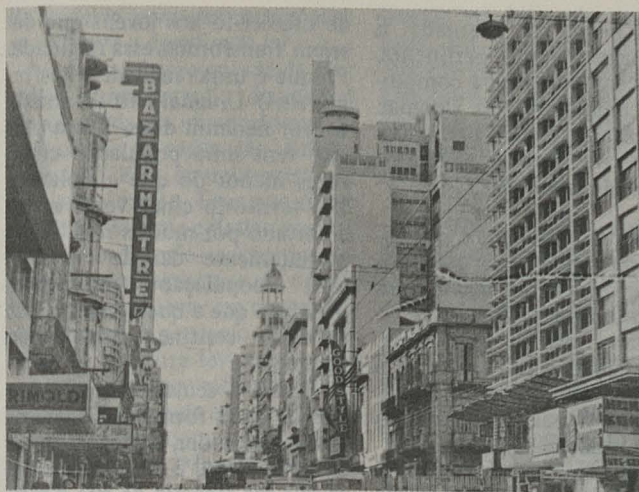
— Eu voltei em fins de fevereiro, depois de uma longa ausência de quase 12 anos. Desde que pisei novamente solo uruguaio, tive a certeza de que essa era a minha terra e que voltava para o lugar que eu preferia entre todos os lugares, com todos os defeitos que possa ter.

A verdade é que eu acho que o país não foi transformado no essencial. Foi ferido — e, em alguns aspectos, teve ferimentos graves — por esses anos de ditadura militar.

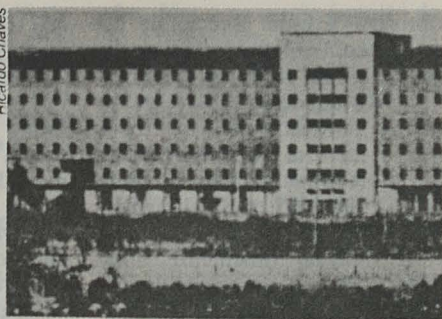
A tragédia econômica é evidente. Não somente as estatísticas nos mostram que o país consome agora menos sapatos e menos leite do que antes, como também salta aos olhos uma realidade brutal, que nos choca e dói. A quantidade de gente que vive de restos de lixo, por exemplo, comparada com a que eu lembro que havia 12 anos atrás, é assombrosamente maior. O Uruguai tem uma quantidade enorme de gente vivendo de lixo, ou seja, vivendo dos dejetos de outros, condenada à vida marginal por um sistema que lhes nega o trabalho e que os exclui.

O Uruguai continua sofrendo uma hemorragia de população que não cessou desde o início da ditadura militar, porque as causas não são somente políticas, mas também econômicas. E agora que acabaram as causas políticas, as econômicas persistem. O país tem liberdade, mas não tem trabalho. As pessoas se vêm obrigadas a partir.

Talvez como escritor, como um homem que trabalha com seres humanos e com a realidade como matéria-prima para a ficção, você deve ter sentido ou percebido o que não é percepti-



RICARDO CHAVES



“Gosto do meu povo”... “O Uruguai mudou; não se sofre impunemente uma ditadura de 12 anos”... “A prisão de Libertad (foto acima) é o símbolo de uma inversão de linguagem que afetava a vida cotidiana...”



vel para outras pessoas que visitam o Uruguai

— Sim, mas não tanto por ser escritor, mas por pertencer a essa terra, por ser saliva dessa boca, ser erva dessa terra, migalha desse pão, há uma quantidade de chaves, secretas, profundas, que me pertencem também e, por isso, estou talvez em melhores condições do que um turista para vê-las, e, além disso, porque já estou vivendo lá há alguns meses.

Há uma quantidade de coisas que, no início, você não vê;

só vê depois. Tive, durante bastante tempo, a impressão de que voltava sem ter partido. E não era verdade. Percebi depois que havia partido e voltava para um país que não era o mesmo, que havia mudado. Não havia mudado no essencial, continuava sendo o mesmo país carinhoso para o qual eu queria regressar. (O povo é muito cordial no Uruguai, muito afetuoso. Eu gosto do povo, gosto da minha gente.) Mas que mudou, mudou, sem dúvida. Não se sofre, impunemente, uma

ditadura de 12 anos.

Durante todos esses anos, estive proibido de pensar. Isso se percebe. Durante todos esses anos, a gente foi obrigada a mentir para sobreviver. Isso também se percebe, porque, depois, custa a se recuperar o verdadeiro nome de cada coisa.

O Uruguai é um lugar onde a principal prisão de presos políticos se chamava *Libertad* e este é um símbolo de uma inversão de linguagem que afetava toda a vida cotidiana. O “código” militar

obrigava a uma espécie de esquizofrenia coletiva, onde-as coisas deixavam de ser o que eram ou deixavam de ter o nome que tinham, porque a censura impunha a mentira como um modo de sobrevivência. Não se tinha outro remédio senão mentir. Isso também se nota.

E nota-se, finalmente, uma coisa que eu considero muito grave, que é também um prejuízo cultural que a política econômica da ditadura infligiu ao país: essa política econômica, que deixou o país em ruínas, estava centrada na especulação financeira, e não na produção. Ou seja, tinha por eixo o capital financeiro, e não o capital industrial. Isso gerou uma mentalidade especulativa que não transparece somente nas classes dominantes, mas se reflete também na própria classe média e, inclusive, em alguns setores da classe trabalhadora.

A idéia de que quem trabalha é um "otário", de que trabalhar é "coisa de tolos", já estava de alguma forma presente na vida nacional, mas foi confirmada por uma política que reduziu o trabalho à condição de último dos valores, à condição de escória.

O que vale é o capital.

— O que vale é o dinheiro. Privilegiou-se o dinheiro. Portanto, quem pode reivindicar o trabalho, quando quem ganha de verdade é o que não trabalha, é o "esperto"? Há todo um cultivo da esperteza, que tem raízes mais fundas, que não nasceu nesses anos, mas que se fortaleceu muito no tempo da ditadura.

Creio que essa mentalidade faz muito mal ao Uruguai. Principalmente por se tratar de um país que ainda vive dos produtos agrícolas, da produção agrária, e cuja população camponesa cabe, meio apertada, no estádio Centenário. Essa frase não é minha, acho que é de Fernández Huidobro, esse companheiro do MLN

que foi posto em liberdade. É uma imagem muito pertinente. O Maracanã sobra para compor os camponeses do Uruguai. Então acaba sendo particularmente grave para o país uma mentalidade como essa.

E não são realmente camponeses com a conotação que a palavra tem em outros lugares, mas na verdade assalariados rurais

— Claro, mas vivem da terra. Não nas cidades do interior. É a população camponesa, rural, minúscula num país que contudo vive da produção agrária.

Montevideu se transformou num imenso desaguadouro do desemprego gerado pelo latifúndio e num aeroporto e porto de onde as pessoas partem para outros países, porque seu próprio país lhes nega trabalho. A culpa não é do país, pobre país, mas do sistema que o estrangula.

"O Uruguai não foi maldito por nenhum deus"

Uma coisa que se nota também é a falta de uma geração. Alguns ainda não voltaram do exterior ou o fizeram parcialmente, e outros ficaram pelo caminho. Os que ficaram no país foram os mais castigados pela repressão e suas consequências nas diferentes manifestações da vida social. Como você vê esse aspecto, a geração que tem entre 20 e 40 anos?

— É verdade que faltou ao Uruguai não só a presença viva de muitas de suas figuras mais vitais e criativas, como também a informação necessária para saber que o mundo continuou girando durante todo esse tempo. Então, o país está bastante estagnado.

Percebo que ele está pobre em audácias, pobre em capacidade criadora, pobre em imaginação. Me parece que há uma vontade de transformação da realidade nas gerações novas que ainda não encontrou um canal. Oxalá a Frente Ampla seja capaz

de oferecê-lo aos jovens que desejam transformar essa realidade. Porque é uma realidade transformável. O Uruguai não foi maldito por nenhum deus. É um país que tem uma população cinco vezes menor do que a Holanda. Um território cinco vezes maior e cortado por muitos rios. Podia perfeitamente dar de comer a uma população muitíssimo maior do que a que contém e, no entanto, continua expulsando gente.

Essa é a acusação mais grave que se pode formular contra os donos do poder, sejam militares ou civis. Faço, é claro, a ressalva de que me regozijo de que o meu país esteja vivendo uma democracia e me agrada como a ninguém (e como a todos) respirar o bom oxigênio da liberdade. Me senti muito feliz de poder caminhar livremente pelas ruas da cidade que amo e de poder conversar livremente e à viva voz, dizendo o que penso, e escutar, também à viva voz, as opiniões dos demais. Convém enfatizar que isso também é necessário na hora de formular críticas. Mas, noto ainda um país...

...com medo?

— Sim, talvez seja uma remanescente do medo. Porque acho que existem medos e medos. E talvez o medo seja um veneno que fica no ar por muito mais tempo do que se imagina, e que depois custe a ventilar o ambiente.

Pelo processo através do qual se chegou à democracia, em que o povo realmente desempenhou um papel que não teve no Brasil nem na Argentina, países em que o caminho foi diferente, o povo uruguaio demonstrou uma vontade de mudança. Então, a falta de audácia seria mais a nível dos que estão concebendo as estratégias? Ou você acha que não se pode fazer essa distinção, que o povo quis chegar à democracia, mas lhe faltaria um pouco

de audácia para dar outros passos adiante e aprofundá-la?

— Talvez haja vontade de mudança, uma energia disponível para a mudança, maior do que os seus canais de realização. Então, enquanto essa energia existir, a esperança existe. Tem que se ver o que é a energia coletiva posta a serviço da transformação da realidade, os milagres que ela opera. E tem que se levar em conta que no Uruguai o processo de derrubada da ditadura teve uma participação popular indubitável. O Uruguai é um país em que houve manifestações com a metade da população de Montevidéu nas ruas.

E continua havendo, como a 25 de agosto passado, quando houve uma enorme concentração...

— O povo continua tendo uma grande capacidade de mobi-

lização na hora das manifestações. Eu creio que ainda falta que isso se traduza em resultados concretos quanto à transformação da realidade. Mas isso de transformação da realidade soa meio poético...

Digamos, então, uma proposta de mudança concreta, radical.

— Muito concreta. Eu creio que a Frente Ampla poderia ter brigadas mobilizadas, trabalhando nos bairros em tarefas concretas. A realidade não muda de um dia para o outro, nem de um minuto para o outro. O processo de transformação da realidade é lento e complicado. Então eu penso que isso se processa como no famoso verso de Machado: “se abre caminho ao andar”. Eu creio que no Uruguai é preciso abrir caminho, andando.

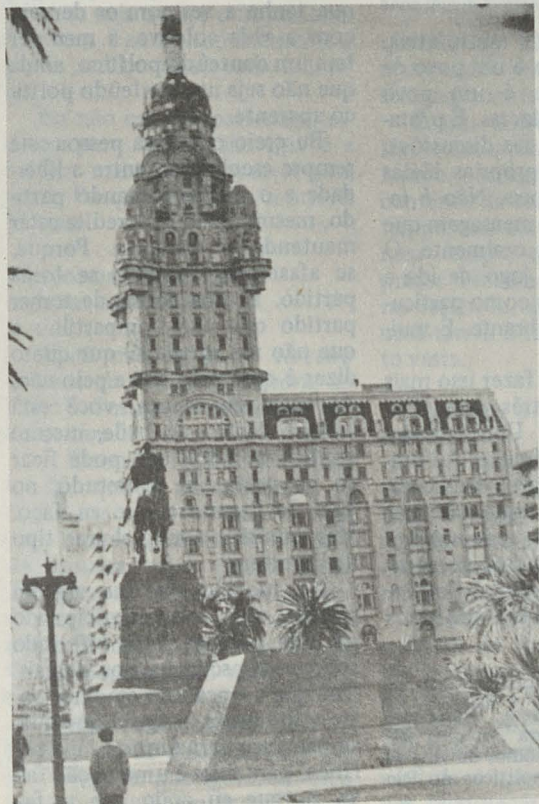
Nós discutimos demasiadamente, e não é que eu seja contra as discussões. Parece-me muito importante que a Frente Ampla tenha toda essa atividade que têm os comitês, em seus plenários de discus-

sões. Mas o uruguiaio é muito dado a discussões, e talvez exageradamente. Abusamos das palavras e somos um tanto incapazes de transformá-las em atos.

É curioso. Várias opiniões de exilados que escutei se parecem neste ponto. É como se o exílio que tivemos que viver nos tivesse obrigado a inserir-nos em realidades em que as pessoas são mais objetivas, ou, simplesmente, fazem mais e discutem menos...

— No Uruguai, somos todos ideólogos. Por isso, imagino esses grupos de jovens com vontade de mudança, que estão disponíveis nos comitês de base, trabalhando em tarefas concretas: alfabetizando (no Uruguai, os analfabetos se multiplicaram nesses anos, embora sejam poucos se comparados com os de outros países do continente), vacinando os que precisam, atendendo as crianças desamparadas, contribuindo para restaurar as escolas destruídas, pintando as casas velhas, recolhendo o lixo que se acumula nas ruas e que é uma fonte de ratos, moscas, pestes, imundície. Ou seja, uma série de tarefas mobilizadoras da energia criadora do povo. Me parece que

“Eu imagino todos esses jovens com vontade de mudança realizando tarefas concretas: alfabetizando, vacinando, atendendo às crianças desamparadas...”



é por aí que se deveria trabalhar.

Por outro lado, creio que o país, para consolidar a sua democracia, tem que realizar com urgência algumas mudanças de estrutura. A reforma agrária, por exemplo, que deixou de ser uma bandeira nacional. É necessário levantá-la como bandeira em todos os atos da esquerda. É uma urgência nacional. E o mesmo quanto às outras medidas radicais que eu penso que se deve tomar, para que não acabe de ruir o que ainda resta do que foi em algum momento, uma economia em funcionamento.

...“Meu coração se partiu...”

Como escritor, como jornalista que viveu no exílio, você se coloca, ao voltar, a necessidade de desenvolver uma tarefa política?

— Em meu caso, isso foi muito meditado, muito pensado. Não falo em atos políticos na medida em que gostaria de fazê-lo — recebo 2 a 3 convites por dia para falar —, porque me cansa muito. No ano passado, meu coração se partiu de tanto usá-lo e isso me obriga a me cuidar um pouco, embora já esteja perfeitamente bem. Depois de tantos anos de amores com o cigarro, agora nos divorciamos em paz e me sinto mais forte.

O enfarto pesou na decisão de voltar ao Uruguai?

— Creio que deve ter tido algo a ver, mas no sentido contrário: aconteceu justamente quando voltei à Espanha, depois de minha primeira estada no Uruguai e Argentina, ano passado. São coisas que nos removem por dentro. O que sabemos de nós é bem pouco em relação ao que se passa dentro de nós. Deve ter havido algo... não apenas o cigarro. Creio que esse problema do coração também teve a ver com uma série de coisas... Estive um mês em Buenos Aires, era uma atualização, um reencontro, de

nois de muitos anos, com alguns dos personagens de meu livro¹. Um reencontro com sobreviventes e lugares que mexeu com coisas muito profundas.

A verdade é que todo aquele período (década de 70) deixou marcas, e não se remove essas cinzas, ainda com tanta brasa ardendo, impunemente. Mesmo que você não saiba, mesmo que não queira, está sofrendo...

...e o coração o demonstrou...

—... fazendo uma pequena greve. Me disse: “Cuidado com tanta intensidade, é preciso diminuir um pouco o ritmo”. As palestras agora me esgotam. Gosto muito de dar palestras, comunicar-me com as pessoas, sentir esse diálogo que vai se armando...

Acredito que no Uruguai isso deve ser particularmente gratificante para você, porque se sente sempre tanta atenção, tanto interesse...

— Nossa gente é muito ativa. O nosso povo não é um povo de testemunhas, não é um povo consumidor de palavras. É protagonista, participa das discussões, opina, tem suas próprias idéias acerca de cada coisa. Não é receptor passivo da mensagem que alguém transmite oralmente. O que existe é um jogo de ida e volta, que eu sinto como particularmente vivo e vibrante. É muito enriquecedor.

Mas não posso fazer isso mais do que duas ou três vezes. Dei uma palestra na Universidade, outra no Teatro Circular, fui orador de um ato a favor da Nicarágua. E aí parei, porque não quero entrar nesse redemoinho. Acho que sou mais útil escrevendo. Escrever é a minha função. Afinal, não escrevo fazendo hinos

¹Galeano se refere a “Dias e noites de amor e de guerra”, no qual narra, entre outros, episódios da vida de jovens perseguidos políticos no Rio da Prata.

de louvor aos labirintos do meu umbigo, mas procurando ajudar os demais a revelar a realidade presente e a realidade passada. Acender pequenas chamas iluminadoras da história passada e da vida presente.

Isso tem uma função política clara. Tudo o que contribua para revelar o que está oculto da realidade que nos rodeia e necessita ser transformado cumpre, a meu ver, uma função política positiva. A vida política não se reduz à atividade dos partidos. Praticamente, tudo na vida tem a ver com a política. E a literatura, em particular.

Você se preocupou em resgatar a memória da América Latina e essa memória é política também.

— Tudo é político, porque tudo tem a ver com as relações entre o indivíduo e a sociedade, entre as classes e o poder... Tudo que tenha a ver com os demais, com a vida coletiva, a meu ver tem um conteúdo político, ainda que não seja um conteúdo político aparente.

Eu creio que uma pessoa está sempre escolhendo entre a liberdade e o medo, tomando partido, mesmo quando acredita estar mantendo a distância. Porque, se afastando, também se toma partido. É uma forma de tomar partido que não compartilho e que não me agrada. O que quero dizer é que, pelo sim e pelo não, ou mais ou menos, você está sempre dentro do baile, mesmo quando acredita que pode ficar só na porta. E, sobretudo, no tipo de literatura que eu faço. Mas também em qualquer tipo de literatura.

Na medida em que alguém publica algo, está participando da vida política, está influenciando sobre a consciência dos demais. Daí que a opção de escolher entre a literatura — agora que quase não faço jornalismo — e a política, para mim é uma opção falsa, porque eu creio que se faz

política todo o tempo e, além do mais, não pratico de modo algum uma literatura que se assemelhe à masturbação. Não se trata de uma declaração de amor que eu formulo a mim mesmo, mas da criação de um espaço de encontro com os demais. O que me impulsiona a escrever é uma tentativa de comunicação com os outros. Uma aventura que pode não dar certo...

Mas parece que sim, deu certo, porque a venda dos livros tem sido muito boa, entre públicos muito diversos.

— Sim, isso é verdade. Mas quero dizer que é uma aventura. E se corre riscos. Pode-se chegar a encurtar bastante a inevitável distância que existe entre o desejo de comunicação e as possibilidades, entre o que se quer dizer e o que as palavras dizem.

As vezes, fica-se com a sensação de que não funciona. E, mesmo que seja assim, o importante é tentar. Tentar honestamente e pôr a serviço disso toda a energia.

Eu não escrevo para mim, escrevo para os demais. Que é a melhor maneira de escrever para mim. Porque senão eu morreria de sono.

“Todos os horrores e todas as maravilhas”

Você está agora no terceiro volume da trilogia “Memória do Fogo”. Em que consiste essa terceira obra?

— Estou na metade. É o século 20, que é deslumbrante. É realmente uma árvore da vida, com ramos infinitos, um século de loucura total. Neste século 20, surgem todos os erros, todos os horrores e todas as maravilhas. Todos. É como se tudo se tivesse concentrado neste período.

Venho trabalhando com a História desde o século 16, e me dou conta de que agora, em uma semana acontecem tantas coisas



“Venho trabalhando na história desde o século 16. Agora, em uma semana, acontecem tantas coisas quanto há 200 ou 300 anos ocorriam em 10 anos”

quanto, há 200 ou 300 anos, aconteciam em 10 anos. Numa semana, acontece de tudo.

É um século apressado, um século louquíssimo e, ao mesmo tempo, estupendo. Estou tão contente de ter nascido em meu tempo, me sinto tão homem do meu tempo, que me dá muito prazer trabalhar com ele e procurar refleti-lo, ser seu espelho. É uma tarefa difícil, porque é muito vasta.

Também é vasto o teu horizonte...

— ... toda a América. Sobre tudo a América Latina, mas também os Estados Unidos e o Canadá. Mas o trabalho está centrado, evidentemente, na América Latina. Isso exige muita leitura.

Essa é uma tarefa para um exército de chineses. Tento ser tão poderoso como um exército de chineses e ter a paciência e a disciplina que se supõe que tenha um exército de chineses. A verdade é que são longas horas nas bibliotecas e na própria ca-

sa, lendo e lendo, submerso nas águas tenebrosas em busca da pérola que sempre aparece.

E lendo que tipo de livros?

— Tudo. Tudo o que você possa imaginar. Tudo que tenha a ver com o ofegar, com a respiração do século 20, com a respiração de nosso tempo. Então tudo serve. Não há uma coisa que não mereça ser lida em todos os planos em que a vida vai correndo. Da economia à crônica policial, passando pelos esportes, a moda, tudo o que vier.

A cibernética...

— A cibernética, ainda não sei como agarrar esse touro. Mas veja o que acontece. Ontem, estava lendo uma biografia de Allende, te dou como exemplo, porque é o último que me ocorreu. Uma biografia bastante ruim. Não sei se existe uma biografia boa de Allende; esta é bastante pobre, bem intencionada mas me parece que é fraca, não obtive um bom resultado. Contém,

no entanto, uma história muito bonita, que pode ser recriada e eu acho que vale a pena recriá-la.

É a história de um índio *hui-chol* da serra de Nayarit, que vai à cidade de Tepic para comprar sementes e visitar uns parentes. Aí encontra, numa lata de lixo, um livro. Apanha e lê, porque sabe ler. Gaguejando, aos tropeços, mas sabe ler castelhano.

Este homem pertence a uma comunidade de 150 famílias que ainda não tem nome, no momento em que encontra o livro. Volta, caminhando, muitas horas serra acima, com as sementes que comprou, com a lembrança dos parentes que visitou, as mensagens que leva e o livro que encontrou no lixo. E vai lendo pelo caminho. Quando chega ao povoado, já terminou de ler e então anuncia ao chegar: "Já temos um nome".

Então lê o livro para todos e a leitura dura cerca de oito dias. Quando acaba, a comunidade está de acordo, que agora tem um nome. O livro é sobre um país distante que se chama Chile e está cheio de coisas horríveis e também de maravilhas. E há um personagem, o protagonista do livro, que, na hora de escolher entre a traição e a morte, não hesitou. Então essa comunidade *huichola* de 150 famílias decide ter o nome do homem que foi leal à sua palavra. E agora os viajantes, quando vão para ali, dizem: "Vamos para Salvador Allende".

Esse tipo de histórias é o que busco e encontro, porque, continuamente, a realidade as está oferecendo.

Deus e o tigre azul

E os livros, a literatura, de algum modo, refletem a realidade.

— Ou tentam refletir. A realidade é sempre melhor do que os livros que a expressam. A realidade é infinitamente melhor do que nós, que somos sua substân-

cia, é infinitamente mais ampla do que nós. Mas, às vezes, podemos adivinhar um pouco os seus desdobramentos, podemos chegar a conhecer alguns de seus segredos. Não todos, é claro, porque também seria horrível a vida sem...

Sem suspense?

— A vida sem mistérios seria um tédio total. Temos, sim, que conhecer alguns pequenos segredos da vida. E essa tarefa, creio, tem um sentido político, porque o sistema estabelecido de poder, as classes dominantes e a engrenagem internacional de poder fazem com que alguns países vivam às custas de outros. E isso se baseia, em grande parte, no ocultamento da realidade. Da realidade que *foi*, pela usurpação da memória coletiva — a História oficial é uma grande mentira —, e da realidade que é, submetida à censura e a todos os filtros que os meios de comunicação utilizam para que não seja o que é, para que as pessoas não se conscientizem de que essa realidade pode ser transformada, que não há um destino pré-determinado.

Nenhuma realidade está com seu destino traçado. A própria realidade está pedindo para ser transformada, como o mito guarani que diz que há um tigre azul que dorme debaixo da rede de deus e que esse tigre está esperando a ordem de deus para despedaçar o mundo, porque o mundo quer ser destruído para nascer de novo. A própria Terra é quem suplica a deus que, por favor, lhe permita ser outra. E deus está em dúvida, com o tigre que espera, azul, dormindo sob a sua rede.

Eu creio que é um pouco isso que acontece: que a própria realidade é que está pedindo aos gritos que a transformem. Que deus vai achar que o mundo está bem, transformado em manicômio ou campo de concentração ou imenso matadouro, podendo ser, como deveria, a casa de todos?

Você, que vem estudando os séculos, pelo menos do século 16 para cá, encontrou alguma idéia predominante em cada século? Neste caso, qual seria a idéia predominante neste século 20? Os homens dos séculos 17, 18, 19 e 20 são diferentes?

— É muito difícil reduzir um século a uma idéia, mas creio que o século 20 é o século do vento. Assim como se fala do século 18 como o século das luzes, penso que o 20 teria que ser o século do vento, o que talvez não seja um mau título para o terceiro tomo.

... seria o século em que as coisas passam vertiginosamente...

— Sim, acho que não estaria mal como símbolo deste século. Seria um bom título para esse terceiro volume.

E nós, os homens e mulheres que estamos metidos dentro dessa ventania, de repente nem nos damos conta da velocidade em que estamos vivendo. Somos mais superficiais do que nos séculos anteriores? Não temos tempo de aprofundar a nossa passagem pela vida? Ou temos um desenvolvimento mental que nos permite compreender tudo mais rapidamente?

— Toda generalização é injusta e mentirosa, mas também necessária, para que a gente se possa orientar pelo mundo, ao invés de andar "como cego num tiro-teio" sem direção. Creio que é um século em que há uma tendência perigosa à superficialidade, pelo próprio torvelinho que a vida moderna impõe e também pela presença desse aparelhinho sinistro, que antes não existia, que é a televisão.

Mas, ao mesmo tempo, me parece que é um século muito mais intenso do que os outros. É um tempo de rara intensidade este que nos coube viver, em que tudo está muito mais misturado.

Misturaram-se as cartas do baralho, que antes estavam cuidadosamente separadas. Agora, está tudo mais misturado e, de algum modo, eu acho isso bom.

Gosto de viver neste tempo, e não em outro. Creio que é um século muito mais livre do que os outros. Não acredito que qualquer época passada tenha sido melhor. Creio que todo o tempo passado foi pior. O que acontece é que o mundo continua sendo um desastre em relação ao que deveria ser.

Mas há mais consciência do que é a liberdade.

— Muito maior...

Possivelmente, porque se perdeu a liberdade na América Latina durante um lapso de tempo também importante do século, em diferentes lugares.

— Há um pouco do que você diz, no fundo. Há uma maior consciência dos problemas. Uma maior consciência coletiva.

E aí entra esse aparelhinho que é a televisão...

— Claro, como tudo. Tudo é a dialética da vida cotidiana.

Uma senhora rica me disse, uma vez, sobre suas empregadas, que "já não há mais analfabetos como os de antes". Era uma forma grosseira e pejorativa de dizer que uma pessoa hoje, apesar de analfabeta, vive muito mais o seu século, conhece mais o mundo que habita...

— Isso é verdade, está mais inteirada do que acontece do que antes. Mas, ao mesmo tempo, está mais manipulada. Isso é verdade também. Está mais inteirada e mais manipulada. A verdade é que a televisão não é inocente. Permite um controle sobre a opinião pública que não se tinha. Mais do que quando esse controle dependia somente das igrejas, ou seja, da capacidade de pregar de um padre ou de dois, ou de mil. Agora, o poder que tem um



"Domitila, minha amiga, é admirável"

aparelho de televisão é infinitamente maior do que o de todos os pregadores que existiram na História.

"A sombra abnegada"

Há uma coisa que, como mulher, me interessa que você comente. Você sempre procurou, nos volumes sobre os séculos passados, se referir à realidade através de protagonistas. Claro, a realidade é feita por seres humanos de carne e osso. Diz-se que, neste século, há uma irrupção da participação da mulher. Você comprovou isso?

— Sim, e também é verdade que a mulher teve uma participação muito maior do que a que lhe é atribuída nos séculos anteriores. O que acontece é que a história oficial foi escrita pelos vencedores, e os vencedores são machos.

Há uma segregação da mulher na história oficial, mas as mulheres tiveram uma participação muito importante, e não só como damas de companhia, que é o máximo a que podem chegar sob o estatuto machista.

No máximo, se reconhece que, "atrás de cada grande homem, há uma grande mulher"...

— É a "companheira abnegada" de fulano, mas não tem vida própria. É a sombra abnegada, a sombra fiel. Bom, isso é verdade e tem o seu mérito, mas, muito mais mérito do que a sombra, tem o corpo. É muito melhor ser corpo do que ser sombra.

A verdade é que houve muitas rebeliões na América, sobretudo negras e indígenas, encabeçadas por mulheres. Só que foram, depois, cuidadosamente apagadas...

Há mais exemplos de sociedades matriarcais do que na sociedade branca, ocidental...

— A verdade é que a sociedade de onde eram originários os escravos africanos e as sociedades indígenas que os conquistadores encontraram aqui eram mais igualitárias do que a sociedade européia, de servos e senhores. Se comparadas, eram mais igualitárias e, em muitos casos, muito mais democráticas. E as mulheres tinham uma participação muito importante, que se reflete no fato de que muitas das rebeliões mais importantes foram encabeçadas por mulheres, o que teria sido inimaginável na Europa.

A conquista da América, por exemplo, não poderia ter sido empreendida pelas mulheres européias da época...

— Imagine as mulheres com elmo e armadura... Inimaginável. A função delas era outra: a freirinha ou a dama de companhia. Mas, no século 20, há uma irrupção da mulher, este século está cheio de personagens femininos de enorme importância que, em grande medida, não têm consciência de sua própria feminilidade.

É o caso, por exemplo, de Domitila. Domitila Barrios, que é minha amiga — eu gosto muito

dela —, é uma mulher admirável. Foi ela, com outras três, que desencadeou a greve de fome que derrubou a ditadura de Bánzer. Quatro mulheres loucas, contra todos os setores sensatos da vida nacional — que diziam que isso era um disparate —, fizeram sua greve de fome e acabaram por derrubar a ditadura de Bánzer.

Mas, além disso, antes, tinha sido ela que se erguera sobre um muro de cemitério, no dia seguinte à matança de San Juan, realizada pelo general Barrientos nas minas bolivianas Catavi e Siglo XX. Ergueu-se sobre o muro para insultar os militares e, por isso, foi presa, torturada, castigada. Arrancaram-lhe os dentes, mataram um filho que tinha no ventre. Padeceu, lutou, sofreu como ninguém.

Contudo, na hora de definir o que ocorreu, ela disse que se tratava de demonstrar que o mineiro usa calças, que nas minas há homens, que a Bolívia é um país de machos, não de covardes. Ela utiliza, sem querer, toda a linguagem da dominação machista que ela própria sofreu desde menina. Porque a mulher boliviana obedece a ordens. É treinada para obedecer desde que nasce: ao pai, ao irmão, ao marido e ao filho macho.

Então a sua linguagem reflete esta situação. É uma situação herdada, que dura séculos. Ela mesma não se dá conta de que ela, que é mulher, foi quem deu, em cada situação, as maiores provas de coragem. E foi junto com outras mulheres que venceu a ditadura.

A linguagem está contaminada de machismo, porque, no final das contas, cada um fala a linguagem da sociedade que o gerou. Não se pode exigir outra coisa. Mas isso mostra até que ponto as mulheres ainda não desenvolveram — começam a desenvolver, em grande parte, mas não ainda totalmente — a autoconsciência de seu próprio papel de protagonista na história atual.

É também um século de irrupção de outras camadas exploradas secularmente, como o negro e o índio?

— As rebeliões de negros e de índios foram sempre uma constante. São os setores mais humilhados, mais explorados, mais oprimidos da população nos países latino-americanos e nos Estados Unidos. E, em consequência disso, encontraram na rebelião a chave de sua dignidade. Isso foi sempre assim. O que acontece é que a história oficial não reúne mais do que um longo desfile militar, uma marcha de generais vitoriosos nas guerras de independência.

Mas as outras revoltas, que são revoltas sociais, ela esconde. A verdade é que foi incessante a resistência desses setores oprimidos, que hoje de fato têm, no século 20, um maior desenvolvimento, uma maior auto-confiança na sua própria força, em sua função histórica.

O fato de você ter-se limitado à América no século 20, não faz com que se sinta, de repente, restringido, já que, neste século, também os outros continentes estão irrompendo no cenário internacional com uma força e um destaque inusitados? É também o século da emancipação da África e da Ásia..

— Sim, mas seria uma loucura. Já é bastante loucura eu pretender fazer um levantamento da América toda, e não apenas um fragmento dela, para ainda me arvorar a abranger, a abraçar mais mundo. Sinto que pertenço a uma condição humana que não é divisível, que essa condição humana vai alcançar sua unidade, sua perda de unidade, agora desintegrada por um sistema que a nega, mas que vai encontrar a sua unidade perdida no dia em que os homens deixarem de viver às custas dos outros e no dia em que a liberdade de uns não seja paga pela opressão de muitos.

No dia em que se restabelecer, ou se estabelecer pela primeira vez, na face da Terra, uma sociedade fraterna.

Muitas das coisas que me ocorrem e que eu quero transmitir aos demais têm relação com o destino e com a vida de todos. O que acontece a um esquimó ou a um habitante da Nova Zelândia ou da Finlândia não me é indiferente. Simplesmente, acontece que, para a tarefa do resgate da realidade e da memória, é preciso fixar limites no espaço e também no tempo. O livro vai acabar em 1984.

1984, como o livro de Orwell?

— O livro precisou terminar ali. Não há nenhuma relação com o livro de Orwell, é uma coincidência.

Porque foi o fim do exílio, talvez?

— Talvez. Porque correspondeu a um fim de ciclo pessoal. Mas foi como se o livro me dissesse que queria acabar ali e eu tenho uma comunicação muito viva com o livro na medida em que ele vai crescendo, é como um organismo, como um bicho...

... com vida própria...

— É um bicho que palpita, que fala, que tem um coração que pulsa...

... que vai lhe levando, de repente, por caminhos que você não pensou...

— Exatamente. Ele começa a decidir coisas, e o término em 1984 foi decidido por ele, que agora é a metade de si mesmo, que agora está na metade. Apesar disso, já toma decisões. É outra prova de que o século 20 é um século vertiginoso! Como crescem as crianças! Veja só, um livro que está na metade e já decide.

Já não consulta o pai.

— Não, já está vivendo a sua vida... (Beatriz Bissio) ●

OPINIÃO DE "LE MONDE"

Na sua edição do mês de agosto passado o Le Monde Diplomatique publicou um comentário sobre o nosso Guia do Terceiro Mundo, qualificando-o de "um instrumento de trabalho necessário para todos aqueles que querem conhecer a realidade contemporânea sob o ponto de vista do Terceiro Mundo".

Eis a crônica do jornal francês, assinada pelo jornalista Edouard Bailby:

"Habitados a conhecer a realidade do Terceiro Mundo através de análises de especialistas europeus e norte-americanos, só podemos nos regozijar pelo recente lançamento em língua portuguesa de um Guia do Terceiro Mundo, concebido e editado no Brasil. Sob a direção de Neiva Moreira, jornalista e político influente na esquerda brasileira, os autores desta publicação coletaram o máximo de estatísticas sobre a realidade contemporânea, não se contentando em utilizar apenas as fontes das Nações Unidas e de instituições especializadas. Seu mérito é ter confrontado os dados que lhes pareceram algumas vezes incompletos, com os que foram coletados graças às pesquisas de intelectuais e cientistas independentes, principalmente na América Latina.

O Guia tem uma outra particularidade: propõe uma nova classificação das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste. Desta forma, foram levados a consagrar um capítulo importante ao Movimento dos Não-Alinhados e um outro ao elevado número de intervenções norte-americanas na América Latina e no Caribe (mais

de 60 desde o início do século). Os "países em luta pela sua independência" não foram esquecidos, entre eles a Namíbia, o Saara Ocidental e a Palestina, claro, mas também Porto Rico, Guadalupe, as Ilhas Marianas e a Nova Caledônia, citando apenas alguns nomes. A parte final desta publicação é reservada ao papel positivo das Nações Unidas na pesquisa de um novo equilíbrio nas relações internacionais, particularmente no campo das trocas e da informação.

Lançado com alguns meses de atraso em relação à data prevista (1984), este Guia é um instrumento de trabalho necessário para todos aqueles que querem conhecer a realidade contemporânea sob o ponto de vista do Terceiro Mundo."

ANGOLA: A LUTA CONTRA O ANALFABETISMO



Mais de um milhão de pessoas foram alfabetizadas em Angola desde 22 de novembro de 1976, data do início da campanha nacional, segundo informou o coordenador do Centro Nacional

de Alfabetização, José Luis da Conceição.

As províncias que realizaram maiores progressos nesse sentido foram Huíla, Bié, Huambo, Uíge, Cuando-Cubango e Cunene. Em novembro de 1975, quando foi proclamada a independência, o colonialismo tinha deixado em Angola uma pesada herança: 98% dos habitantes do país eram analfabetos.

COLÔMBIA RECUPERA BENS CULTURAIS

Por ocasião da proclamação da cidade de Cartagena de Índias como patrimônio histórico-cultural da Humanidade, o presidente colombiano Belisario Betancur afirmou que "se torna necessário criar mecanismos diplomáticos, jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos para conseguir o retorno de todos os bens culturais provenientes da América aos seus países de origem".

A Colômbia se propõe a seguir os passos do México e da Grécia para recuperar documentos, arquivos, bibliotecas e outros bens culturais originários do país, que foram transferidos, através dos séculos, às metrópoles dos conquistadores e hoje são de difícil acesso para os pesquisadores latino-americanos.

Betancur citou como modelo o México e, como exemplo de ação individual, a ministra de Cultura da Grécia, a atriz Melina Mercouri: "A Unesco é o foro apropriado para se conseguir essa vitória da justiça e da cultura, sem traumatismos, ressentimentos e feridas que reabram outras feridas já cicatrizadas", afirmou o presidente colombiano. E acrescentou: "Por isso, queremos uma Unesco fortalecida".

Notas de Cultura

CUBA: ESCRAVATURA É MODA NA TELEVISÃO

"Quem não tem do Congo, tem de Carabali", afirmam muitos cubanos, orgulhosos de terem sangue africano em suas veias.

Todas as noites, de segunda a sexta-feira, a família cubana senta-se diante da tela de televisão para se emocionar com as desventuras da menina Rosário, principal personagem da novela "Sol de Batey", que se passa na época das lutas de independência contra a metrópole espanhola e pela abolição da escravidão.



Com muito rigor histórico, cheia de intrigas, amores mal-sucedidos e muito choro, a novela é uma amostra de que os cubanos também sabem produzir folhetins como a novela brasileira "A escrava Isaura", protagonizada por Lucélia Santos, que, no princípio deste ano, atraiu durante muitas semanas o público da ilha, colocando em moda o tema da escravidão.

Roteiristas e técnicos cubanos aceitaram o desafio e o restante ficou por conta de uma equipe de bons atores. "Sol

de Batey", ambientada na cidade de Trinidad, é uma adaptação do romance do mesmo nome da escritora Dora Alonso, conhecida principalmente por sua literatura infantil.

Depois de "Sol de Batey", que é exibida em horário nobre, outro canal apresenta, três vezes por semana, a série norte-americana "Raízes", que conta a história do rebelde africano Kunta Kinté no meio racista do sul dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão.

POR QUE OS ESCRITORES ESCREVEM?

Vários escritores latino-americanos (13 argentinos, 13 brasileiros, 8 mexicanos, 5 colombianos, 2 paraguaios, 4 uruguaios, 4 venezuelanos, 3 peruanos, 2 chilenos, 5 cubanos, 1 costarriquenho e 1 equatoriano) responderam ao questionário do jornal francês *Libération* — matutino criado por intelectuais de esquerda — sobre as razões que os levam a escrever. A mesma pergunta foi feita a outros escritores de 28 idiomas e 80 paí-



Vargas Llosa: "rejeitar os limites entre o inventado e o vivido"

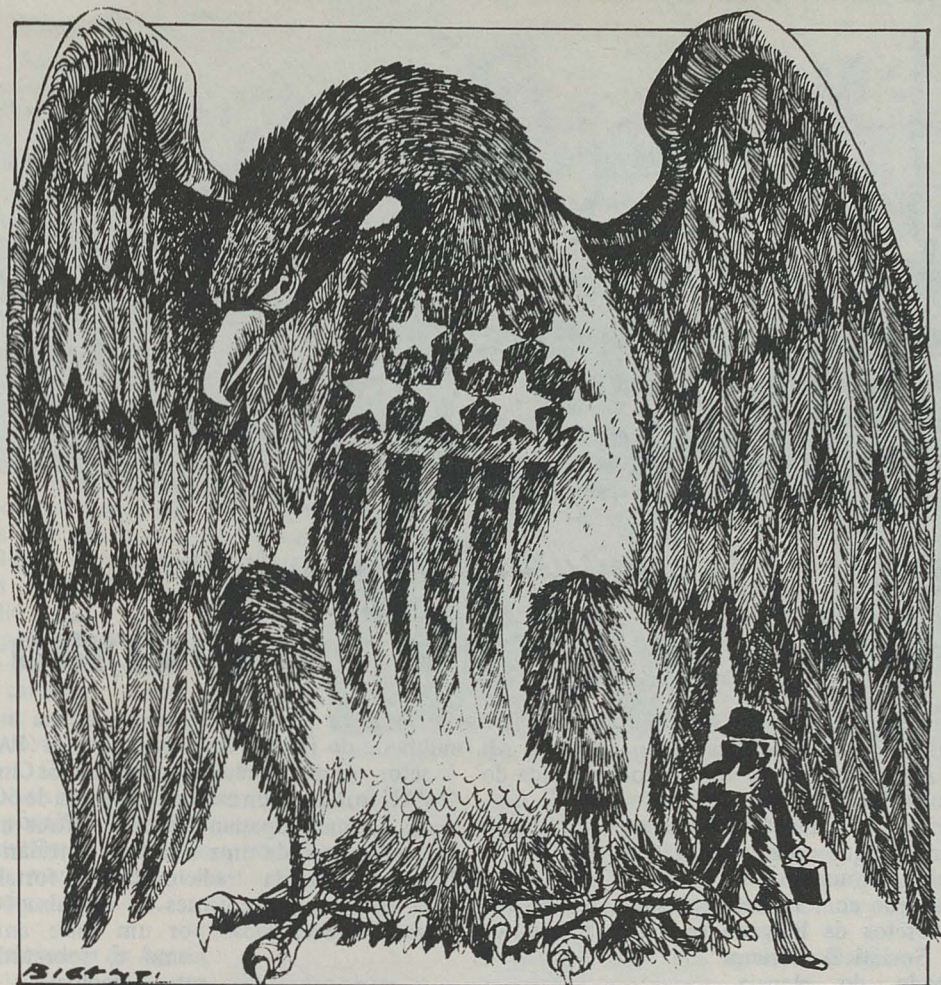
ses, que deram um total de 400 respostas.

São cinco as razões fundamentais mencionadas pelos entrevistados: em primeiro lugar, estão os que escrevem "para conseguirem alguma coisa". Depois, os que "gostam" e, a seguir, os masoquistas, que escrevem "porque não gostam". Existem também os que "não sabem fazer outra coisa na vida" e os que "não sabem por que escrevem e procuram descobri-lo, escrevendo".

O argentino Jorge Luis Borges, por exemplo, diz que escreve "para responder a uma necessidade interior"; Bioy Casares busca exercer no leitor "a mesma fascinação" que sentiu, lendo livros como "Robinson Crusóé", e o colombiano García Márquez confessa que escreve para que gostem mais dele.

Nicolás Guillén, cubano, declara que escreve para aqueles que, "na sua luta por um mundo melhor, não tiveram acesso à cultura", e o mexicano Carlos Fuentes não se envergonha de reconhecer que é a única coisa que "sabe fazer bem".

Para o peruano Vargas Llosa, fascinado desde criança pelos livros de aventuras, escrever é um esforço para "recusar os limites entre o inventado e o vivido"; Roa Bastos escreve para evitar que, "neste planeta ameaçado de extinção, o medo à vida se some ao medo à morte". O argentino Ernesto Sábato, em compensação, sentiu-se totalmente incapaz de responder ao questionário de *Libération*, da mesma forma que José Donoso, que escreve unicamente para descobrir por quê escreve. Sóbrio, o uruaio Juan Carlos Onetti afirma que qualquer tentativa de dar uma resposta será inútil: não sabe, nem se interessa em saber.



ESPECIAL

A CIA em ação

Problemas aparentemente tão diferentes entre si como a crise centro-americana, o atentado contra o papa João Paulo 2º e a recente fuga do responsável pela explosão do avião cubano que, em 1976, matou 73 pessoas têm algo em comum: a participação da "Central Intelligence Agency", a Central de Inteligência dos Estados Unidos, mais conhecida no mundo inteiro pela sigla CIA.

Dos bastidores, a CIA manipula a Força Democrática Nicaraguense (FDN) e a utiliza para encobrir suas próprias operações terroristas, enquanto a muitos

quilômetros de distância, na Itália e na Turquia, planeja o complô para responsabilizar a Bulgária pelo atentado contra o sumo pontífice católico, e, em Caracas, suborna as autoridades de uma prisão de "segurança máxima" para libertar o seu agente Posada Carriles.

Em três artigos, dois de nosso colaborador Horacio Castellanos Moya e outro de Héctor López, este Especial reúne uma informação bem documentada sobre as atividades da agência de espionagem norte-americana, para cujos agentes não há fronteiras nem limites.



A participação búlgara no atentado a João Paulo 2º é desmentida por três norte-americanos

O atentado contra o papa

Como se inventa uma versão

Depois de numerosas audiências, o julgamento do terrorista turco Mehmet Ali Agca, acusado de atentar contra a vida do papa João Paulo 2º, em 13 de maio de 1981, continua levantando dúvidas sobre o suposto complô internacional que estaria por trás da tentativa de assassinato do sumo pontífice.

De acordo com as declarações de Agca, os serviços secretos da Bulgária (e, por extensão, da União Soviética) teriam participado do planejamento e do apoio tático à operação que culminaria com a morte de Karol Wojtila. O funcionário da companhia aérea búlgara Sergei Antonov, atualmente preso em Roma, e outros agentes e diplomatas daquele país, seriam os autores do complô.

A chamada "grande imprensa" ocidental aceitou sem qualquer questionamento a suposta "conexão búlgara". Os professores norte-americanos Frank Brodhead, Howard Friel e Edward S. Hermen acharam melhor realizar uma investigação a fundo do caso¹.

Segundo os pesquisadores, onde a imprensa ocidental vê uma conspiração, na verdade existem duas: a primeira, tramada pela organização neofascista turca Lobos Cinzentos; a segunda, no contexto da nova guerra fria, inclui os serviços secretos italianos, seus amigos da CIA e da administração Reagan. O que se segue é uma síntese da pesquisa sobre ambas as conspirações.

Desde os anos 75/76, Ali Agca era um ativo militante do Partido Ação Nacionalista (PAN), cujo setor juvenil é conhecido como Lobos Cinzentos. O PAN foi criado em meados da década de 60, quando o coronel Alpaslan Turkes e outros militares se apoderaram de uma estrutura partidária moribunda da direita tradicional e a fortaleceram com quadros provenientes de organizações panturcas, caracterizadas por um forte anticomunismo e, sobretudo, por sua ideologia anti-soviética.

O PAN montou uma poderosa base na Turquia e em 1975 quatro de seus membros já faziam parte do Parlamento. Quando ocorreu o golpe militar de setem-

bro de 1980, existiam cerca de 1.700 organizações de Lobos Cinzentos, com 200 mil membros registrados e cerca de um milhão de simpatizantes. Em maio de 1981, o governo militar turco acusou 220 membros do PAN de 694 assassinatos.

Agca se ligou ao PAN e aos Lobos Cinzentos no auge de sua fase terrorista. Originário de Malatya, no leste da Turquia, seu grupo regional era dirigido por Oral Celik — acusado de ter sido o segundo homem que disparou contra o papa na Praça de São

A "conexão búlgara" faz parte da conspiração montada pela CIA visando o recrudescimento da guerra fria. Conclusão a que chegaram três professores norte-americanos

¹ Os resultados dessa investigação foram publicados num número monográfico da revista *CovertAction Information Bulletin* (Caib), que tem sua sede em Washington e se especializa em revelar as atividades da Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana.

Pedro — e baseava suas atividades em operações de contrabando e roubo.

Em 1978, Agca entrou para a Universidade de Istambul, onde imediatamente passou a integrar os grupos de choque da ultradireita. Por ocasião de um atentado contra uma residência de estudantes de esquerda, Agca foi visto atirando nas pernas de dois de seus colegas. Por isso, as organizações de esquerda tentaram matá-lo várias vezes.

A 1ª de fevereiro de 1979, Agca e seu grupo assassinaram o jornalista Abdi Ipecki, um dos mais destacados editores turcos. Preso, julgado e condenado, Agca conseguiu escapar da prisão em novembro do mesmo ano, graças aos Lobos Cinzentos de Celik, que o disfarçaram de soldado para atravessar os oito postos militares que protegem o presídio.

Depois de assassinar o informante que o levou à prisão, Agca enviou uma carta ao jornal de Ipecki, *Milliyet*, em que ameaçava matar o papa durante a visita que faria à Turquia. De acordo com Adnan, o irmão mais novo do terrorista, Agca queria matar o sumo pontífice “devido à sua convicção de que os cristãos têm intenções imperialistas em relação ao mundo muçulmano e estão cometendo injustiças nos países islâmicos”.

A megalomania de Agca

Ao sair da Turquia, Agca viajou por 12 países, com o apoio da rede da Federação de Associações de Turcos Idealistas, que tem estreitos vínculos com o PAN e os Lobos Cinzentos, e conta com 129 sedes e cerca de 50 mil membros na Europa ocidental. Musa Cerdar Celebi, chefe do poderoso ramo da Federação em Frankfurt, foi acusado de ajudar Agca, economicamente, a realizar o atentado. Outro militante dos Lobos Cinzentos, Omar Bagci, residente na Suíça, enviou de Milão a arma usada por Agca, obtida de Horst Grillmaier, um comerciante ultradireitista radicado na Austria.

A conspiração para assassinar João Paulo 2º, de acordo com os pesquisadores da *CovertAction*, pode ser facilmente explicada se levadas em conta a história e a ideologia do PAN e dos Lobos Cinzentos. Além do mais, entre novembro de 1979 e maio de 1981, segundo provas obtidas pelos autores da pesquisa, Agca só manteve contatos com membros dessas organizações e, especialmente, com o núcleo dirigido por Celik.

A esses fatos seria necessário acrescentar o inesgotável desejo de publicidade pessoal, a megaloma-

nia e a instabilidade de Agca. O jornalista turco Ismail Kovaci afirma que o homem que atentou contra o papa “sofre de delírios de grandeza”. Para Agca, o terrorismo representa uma maneira de deixar sua marca no mundo. Ele é, segundo Kovaci, vítima do “complexo de Carlos”: imagina a si mes-



Agca: transformado pela CIA em um “agente búlgaro”

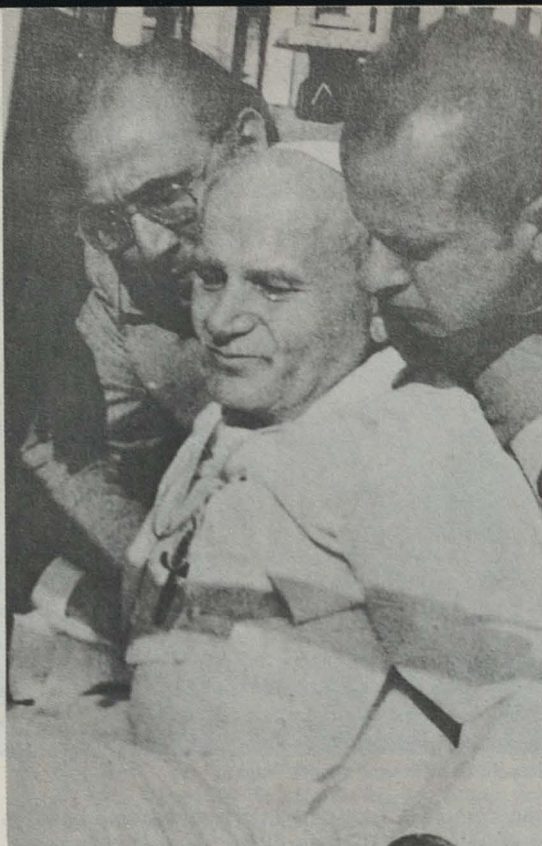
mo como um terrorista internacional que mantém o mundo sobressaltado diante de cada palavra sua. “Eu sou Jesus Cristo e em nome de Deus onipresente lhes anuncio o fim do mundo”, gritou Agca, ao terminar a primeira audiência do julgamento.

A transformação em “agente da Bulgária”

De acordo com os professores norte-americanos, a segunda conspiração consiste na transformação do fascista turco em agente da Bulgária. Nesse passe de mágica, desempenharam um papel fundamental os serviços de espionagem norte-americano e italiano e, sobretudo, alguns de seus propagandistas, como Claire Sterling, Paul Henze e Michael Ledeen, que montaram sua campanha com a cumplicidade de meios tão responsáveis como *The New York Times*, *The Wall Street Journal*, *NBC* e *Reader's Digest*, entre outros.

Segundo o jornalista turco Ugur Mumcu, a CIA conseguiu se infiltrar nos círculos fascistas da Turquia através de Ruzi Nazar, que desertou do exército soviético para se incorporar às fileiras nazistas durante a segunda guerra mundial.

Nos anos 50, Nazar colaborou com a rádio “Voz da América”, onde conheceu Paul Henze, com quem desde então passou a ter uma forte amizade. Quando Henze foi designado chefe da seção da CIA em Istambul, Nazar teve oportunidade de intensificar sua colaboração. Emin Deger, membro da Corte Suprema de Justiça da Turquia, garantiu



Arturo Mari

O papa João Paulo 2º depois da tentativa de assassinato: complô búlgaro ou invenção da CIA?

que uma das tarefas do ex-soldado soviético foi estreitar os vínculos entre o PAN e as unidades anti-guerrilheiras chamadas *Bozkurt*, treinadas pela CIA.

Terminado esse trabalho, Nazar foi transferido para a embaixada dos Estados Unidos em Bonn, Alemanha Federal. Sua principal missão: se infiltrar nos Lobos Cinzentos. Não perdeu, obviamente, seus contatos com o coronel Turkes nem com Henze. Este último foi um dos principais articuladores da "conexão búlgara", através de seus artigos no *New York Times* e *The Wall Street Journal*.

Michael Ledeen, outro dos "descobridores" do complô soviético-búlgaro, num artigo para a revista *Commentary*, estudou vários anos na Itália, onde colaborou com o jornal direitista *Il Giornale Nuovo*. De volta aos Estados Unidos, trabalhou no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Georgetown, atuou como assistente de Henry Kissinger em seus programas de televisão contra o eurocomunismo e fez parte do Escritório de Segurança do Departamento de Estado na época de Alexander Haig.

Ledeen também se encarregou de classificar os documentos apreendidos por Washington durante a invasão a Granada e, mais recentemente, entrou em negociações com Hollywood para a rea-

lização de um filme sobre o atentado ao papa e a "Conexão Búlgara", segundo o semanário *The Nation*.

A Loja P-2 e a máfia

Em meados da década de 70, Ledeen foi amigo e colaborador de Francisco Pazienza, um homem de negócios italiano ligado à máfia e à famosa Loja Propaganda Dois (P-2), assim como ao Serviço de Inteligência Militar Italiano (Sismi). Atualmente preso nos Estados Unidos, Pazienza era amigo íntimo de Licio Gelli, chefe máximo da Loja P-2, que colocou à sua disposição seu iate pessoal para que conseguisse fugir da prisão. Também manteve relações, graças a Ledeen, com o general Alexander Haig.

Quando Ali Agca atentou contra Karol Wojtila, o Sismi era dirigido pelo general Giuseppe Santovito, membro da Loja P-2 e protetor de Pazienza. O terrorista turco foi visitado pelo major Petrocelli, do Sismi, na prisão Ascoli Piceno, no dia 29 de dezembro de 1981. O tenente coronel Giuseppe Belmonte, do Sismi, e Francisco Pazienza também estiveram na prisão várias vezes, antes que Agca envolvesse os búlgaros.

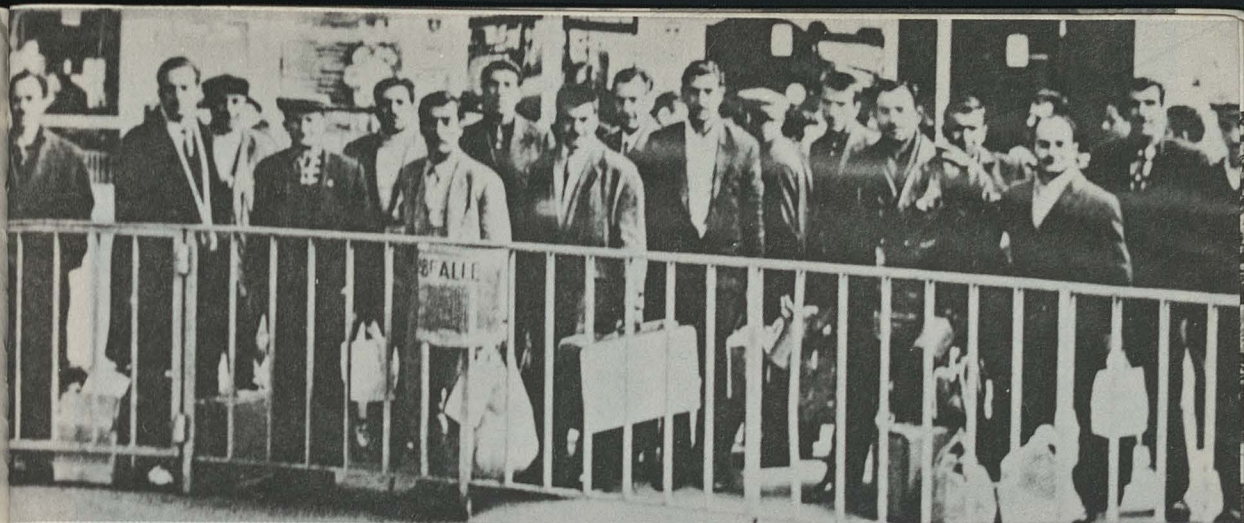
O ministro da Defesa Logorio reconheceu, perante o Parlamento italiano, que dois membros dos serviços de espionagem Sismi e Sids visitaram Agca em dezembro de 1981, sem conhecimento do juiz Ilario Martella.

Giovanni Pandico, uma das principais testemunhas no julgamento contra a máfia em Nápoles, denunciou que Pietro Masumeci, do primeiro escalão do Sismi, ofereceu a Agca sua liberdade através de um chefe mafioso, em março de 1982, em troca de que implicasse o bloco soviético no complô para assassinar o papa.

De acordo com o testemunho de Pandico, o general Santovito, Masumeci e Pazienza formavam uma "camarilha interna" na Loja P-2, conhecida como Super-S, que se dedicava a operações de contrabando e desinformação. Outro dado significativo é que, na prisão, Agca foi atendido "espiritualmente" pelo padre Santini, posteriormente preso por servir de ligação da máfia com o centro penitenciário.

O juiz Martella visitou Agca muito tempo depois do encontro do acusado com os agentes dos serviços de inteligência. Isso sugere a possibilidade de um sistema de "duas vias": o Sismi e as autoridades penitenciárias teriam convencido Agca a colaborar na criação da "conexão búlgara", enquanto o juiz Martella e os demais funcionários judiciários aceitavam essa versão e se preocupavam em confirmá-la.

Com sua ideologia ultradireitista e anticomunista, deve ter sido fácil para Agca se deixar



Imigrantes turcos na Europa ocidental: muitos deles mantêm estreitos vínculos com os Lobos Cinzentos

convencer de que, com suas novas declarações, contribuiria para uma notável cruzada contra o "inimigo comum". Segundo os pesquisadores norte-americanos, essa hipótese é reforçada pelo fato de que Agca foi preso em maio de 1981 e suas primeiras reuniões com o juiz Martella só aconteceram um ano depois, mas suas referências à rede búlgara datam de novembro de 1982, isto é, 18 meses mais tarde. "Nesse caso, o sistema judiciário italiano contribuiu especialmente para a intensificação da nova guerra fria", explicam os pesquisadores da *CovertAction*.

Uma das principais propagandistas da "conexão búlgara" foi Claire Sterling, que se referiu ao suposto complô num artigo publicado pela revista *Reader's Digest*, em setembro de 1982, um mês antes de que Agca começasse a comprometer os búlgaros. Vinculada ao ultradireitista Instituto Jonathan, Sterling tem um longo histórico de conexões com a CIA e outras agências de inteligência.

Além das contraditórias declarações de Agca, o "complô comunista" contra o papa se baseia somente num fato: depois de fugir da prisão, Agca visitou Sófia. De acordo com a versão divulgada por Sterling, o terrorista esteve 50 dias no Hotel Vitosha, durante o verão de 1980. Ali teria recebido as instruções para realizar o atentado.

Fontes não confiáveis

No entanto, o passaporte que estava em mãos de Agca quando foi preso, sob o nome de Faruk Ozgun, mostrava uma entrada na Bulgária, a partir da Turquia, no dia 30 de agosto de 1980 e uma saída para a Iugoslávia no dia seguinte, permanecendo no país menos de 24 horas. O Hotel Vitosha, propriedade de japoneses, exige o registro rigoroso de todo visitante com base no número de seu passaporte. Nenhum dos nomes utilizados por Agca está registrado nos arquivos do hotel.

De acordo com Sterling, a União Soviética teria estado interessada em se livrar do papa devido ao apoio que ele dá ao sindicato independente polonês Solidariedade. O fato de que Agca tenha ameaçado anteriormente Wojtila, os riscos e custos de um complô de tal natureza para os soviéticos e a incongruência de que Agca visitou Sófia no final de julho, um mês antes da fundação do Solidariedade, tiram todo o peso dessa acusação.

A presença de Agca em Sófia, além disso, em vez de comprovar a suposta "conexão búlgara", tende a questioná-la. É óbvio que alguém queria que Agca estivesse ligado à Bulgária antes do atentado e, depois, aproveitando este fato, os serviços de espionagem da Itália e Estados Unidos viram a oportunidade de construir um caso que, com uma confissão facilmente induzida, pudesse ser "vendido" no Ocidente.

É difícil imaginar um plano mais incompetente que o de Agca para a realização do atentado. O terrorista turco não só falhou em sua tentativa de assassinato, como nem sequer conseguiu escapar. Nada na operação demonstra indícios de profissionalismo. A mal planejada execução do atentado é impossível de ser conciliada com a idéia de que a operação teria sido montada pela eficiente polícia secreta de um país do mundo comunista.

Para os pesquisadores norte-americanos do *CovertAction*, o mais surpreendente é que, com a cumplicidade do sistema judiciário italiano, as mesmas pessoas (Sterling, Henze e Ledeen) que participaram ativamente da elaboração da conspiração contra os búlgaros se transformaram depois nas principais fontes de informação para a imprensa norte-americana, e por extensão, do Ocidente.

Um paradoxo perfeito para que a administração Reagan demonstre que as raízes do terrorismo se encontram no "império do mal". (*Horacio Castellanos Moya*) ●



Boyd Sarma-Laiison

Depósitos de combustível destruídos pelos "contras" com apoio da CIA no porto de Corinto

Confissões de um ex-"contra"

Muito se escreveu e falou sobre a manipulação da Força Democrática Nicaraguense (FDN) por parte da CIA. Mas, não havia prova tão contundente desse conluio como o testemunho de Edgar Chamorro, que fez parte da direção do principal grupo anti-sandinista, como chefe de relações públicas, de dezembro de 1982 a novembro de 1984.

Ex-sacerdote jesuíta, professor e pesquisador com um mestrado pela Universidade de Harvard, pertencente à família que durante décadas dirigiu o oposicionista Partido Conservador, Edgar Chamorro se propôs a relatar as suas experiências nas fileiras da FDN. A revista norte-americana *The New Republic*, em sua edição de 5 de agosto, publicou o testemunho do ex-chefe "contra", escrito em colaboração com o jornalista Jefferson Morley.

Chamorro abandonou a Nicarágua em junho de 1979, um mês antes da vitória sandinista, e estabeleceu-se em Miami, onde começou a frequentar um grupo de exilados com o qual compartilhava uma posição contrária ao programa de governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), assim como a vinculação ao Partido Conservador. Daí surgiu a União Democrática Nicaraguense (UDN), que, em agosto de 1981, enviou um representante a uma importante reunião com oficiais norte-americanos, ex-guardas somozistas e assessores militares argentinos, realizada na Guatemala.

Mas Chamorro só teve seu primeiro contato di-

reto com a CIA em novembro de 1982, quando recebeu uma chamada telefônica inesperada de um norte-americano que se identificou como Steve Davis. "Estou falando em nome do governo dos Estados Unidos", disse Davis com uma voz acostumada a dar ordens, segundo conta Chamorro. Nesse mesmo dia, depois de almoçarem juntos, Davis lhe comunicou que Washington estava interessado em ampliar a direção política dos "contras".

Chamorro respondeu que era a favor da criação de uma espécie de congresso contra-revolucionário, composto por 21 nicaraguenses. Davis aprovou a idéia.

No final daquele mês, Davis procurou novamente Chamorro e o convidou para jantarem no Hotel

Holliday Inn, no centro de Miami. Ali se encontrou o "homem" de Washington, Tony Feldman, que propôs a Chamorro que fizesse parte da direção da FDN, da qual participariam sete membros. Feldman também prometeu que a nova cúpula contra-revolucionária contaria com todo o apoio dos Estados Unidos e que entraria vitoriosa em Manágua em julho de 1983.

Uma operação bem montada

Na semana seguinte, Feldman coordenou a formação da nova direção da FDN e transferiu o seu quartel-general para o Hotel Quatro Embaixadores, na mesma zona de Miami. Feldman e seu assistente, Thomas Castillo, manifestaram a Chamorro o

Edgar Chamorro, ex-dirigente da FDN, dá um testemunho revelador que põe a nu a estratégia da CIA em relação ao governo sandinista

seu interesse em reduzir o poder do ex-coronel somozista Enrique Bermúdez, que chefiava as forças militares anti-sandinistas acantonadas em Honduras. Enfatizaram, além disso, que a CIA havia conseguido reunir um grupo de nicaraguenses não-somozistas antes que o Congresso votasse a Emenda Boland, que proibia Washington de apoiar as forças empenhadas em derrubar os sandinistas.

Chamorro aceitou participar da chefia da FDN sob a condição de que o setor civil controlasse o militar e que fossem os nicaraguenses que aprovassem o orçamento e administrassem o dinheiro da organização. Os agentes da CIA lhe disseram que estes dois últimos detalhes seriam logo resolvidos.

A 8 de dezembro de 1982, no Centro de Conferências do Hotel Hilton, foi apresentada a nova direção da FDN. Em sua declaração, os novos chefes contra-revolucionários se comprometiam a morrer, se necessário, para ganhar a luta. Chamorro conta que se surpreendeu, pois isso não estava incluído no texto original, mas soube então que a versão final havia sido redigida por um agente chamado George, assistente de Feldman.

A partir dessa data, Chamorro abandonou seu trabalho e se dedicou, integralmente, à sua tarefa como chefe de relações públicas da organização. A CIA lhe ofereceu 2.000 dólares mensais, mais gastos de representação.

A nova direção "contra" queria estabelecer seu quartel-general num centro comercial ou num edifício de escritórios, mas os homens da CIA não estavam de acordo com a idéia, já que tais locais se converteriam, facilmente, em alvos de manifestações pró-sandinistas. O quartel-general se instalou então numa suíte do Hotel David Williams, em Coral Gables, como sugeriram os norte-americanos. Nesse lugar, enquanto os anti-sandinistas elaboravam os seus planos de trabalho, os homens da CIA anotavam tudo o que se dizia.

A primeira iniciativa de relações públicas da FDN não foi idéia de Chamorro e sim dos escritórios dos chefes de Feldman, em Washington: um plano de paz de doze pontos, divulgado em 13 de janeiro de 1983, que pedia a rendição do governo sandinista.

"Meu amigo George"

Posteriormente, Chamorro se instalou em Tegucigalpa, a capital hondurenha, onde, com dinheiro da CIA, contratou vários escritores, repórteres e



Os primeiros problemas para Chamorro surgiram quando admitiu que os "contras" haviam assassinado prisioneiros sandinistas

técnicos para elaborar um boletim mensal denominado "Comandos", dirigir a rádio "15 de Setembro" e redigir comunicados de imprensa. "Meu amigo George havia sido nomeado oficial da agência da CIA em Tegucigalpa e trabalhava comigo permanentemente", conta Chamorro.

O chefe de relações públicas assistiu a várias reuniões em que os homens da CIA assessoravam os demais membros da direção da FDN quanto à maneira de ganhar votos no Congresso norte-americano, a fim de continuar obtendo apoio econômico. Os agentes sugeriam nomes de congressistas a quem deviam recorrer.

Meses depois de haver chegado a Tegucigalpa, Chamorro compreendeu que as promessas de Feldman — de que as tropas da FDN entrariam em Manágua antes que terminasse o ano de 1983 — eram impossíveis de cumprir. O chefe da CIA em Tegucigalpa falava somente em controlar o território na cadeia de montanhas Isabela.

Os primeiros problemas para Chamorro surgiram quando se atreveu a admitir, numa entrevista coletiva, que os "contras" haviam assassinado vários prisioneiros sandinistas. "Eu disse que esses atos não eram parte de nossa política e que precisávamos treinar melhor os nossos homens, mas nem a CIA nem Bermúdez apreciaram a minha franqueza", reconhece o ex-sacerdote jesuíta.

Suas dúvidas se acentuaram quando se deu conta de que o setor civil nunca se imporia aos militares. Além disso, apesar das promessas de Feldman, a direção da FDN não teve controle sobre o orçamento de guerra — um assessor argentino se encarregava de levar os livros de contabilidade — nem tinha o direito de decidir quanto se gastava em armas nem de que tipo de armamento se ne-



A CIA pretendia controlar todos os movimentos dos contra-revolucionários nicaraguenses

cessitava. Todas essas decisões eram tomadas pela CIA.

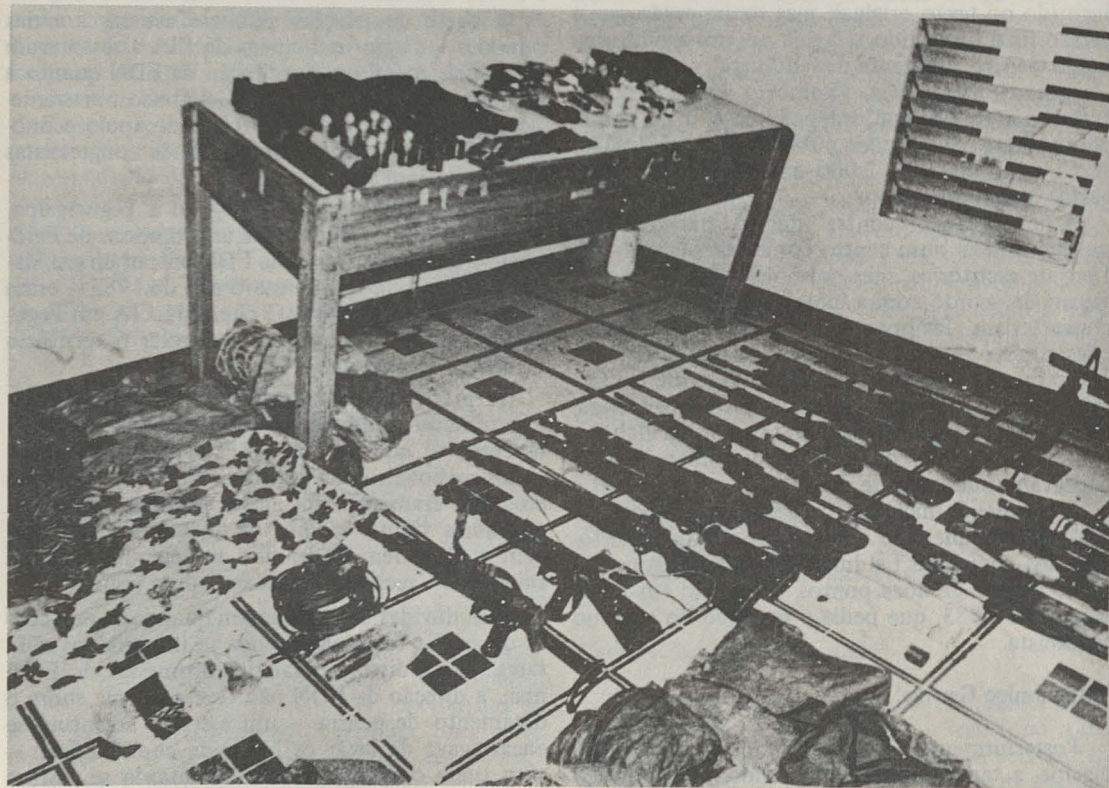
A única vez que os sete dirigentes da FDN se encontraram em Honduras foi em julho de 1983, quando chegou Dewey Maroni, o chefe da CIA que comandava, a partir de Washington, as linhas de

todo o projeto contra-revolucionário. Tratava-se de um homem robusto, com sotaque novaiorquino e porte de um magistrado. "Nunca tinha presenciado semelhante arrogância ao trabalhar com um estrangeiro", declara Chamorro.

Maroni viajou novamente a Tegucigalpa em outubro daquele mesmo ano, a fim de dar a presidência da FDN a Adolfo Calero. Os outros membros da direção "contra" apoiaram a designação.

Na madrugada de 5 de janeiro de 1984, George irrompeu na residência bem guardada de Chamorro em Tegucigalpa e entregou-lhe um comunicado de imprensa escrito em excelente espanhol. "Fiquei muito surpreendido porque, nessa nota, nós — os 'contras' — estávamos assumindo a responsabilidade de ter minado vários portos nicaraguenses", afirma Chamorro. George ordenou-lhe que fosse imediatamente à rádio "15 de Setembro" e divulgasse a nota antes que os sandinistas se adiantassem.

A situação se repetiu várias vezes. "Quando protestei e perguntei a George por que a CIA não nos dava simplesmente o dinheiro e deixava que nós, os patriotas nicaraguenses, fizéssemos o trabalho, ele suspirou e me assegurou que aquelas eram as orientações de Washington", diz Chamorro.



Armas apreendidas aos "contras" pelo exército sandinista: ajuda "humanitária" do governo Reagan?



Com o testemunho de Chamorro, o povo nicaraguense passou a conhecer com mais detalhes até onde a CIA está envolvida no apoio à contra-revolução

Um "mártir" da CIA

No outono de 1983, um agente conhecido como John Kirkpatrick chegou a Honduras. Tratava-se de uma personagem típica de um romance de

Graham Greene, que criticava a cúpula da FDN, identificava-se com os soldados pobres, bebia imoderadamente e chorava o tempo todo. Kirkpatrick se emocionou com o trabalho de educação política realizado por Chamorro com a tropa e acentuou a

"Centauro": um novo nome para velhas intenções

□ "Centauro" é o nome cunhado pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos para um novo plano de agressão armada contra a Nicarágua. Com um financiamento de 27 milhões de dólares aprovado pelo Congresso norte-americano, o plano "Centauro" procura injetar novas forças às "desmoralizadas tropas contra-revolucionárias que estão sendo derrotadas", segundo afirmou o ministro do Interior nicaraguense, Tomás Borge.

O plano "Centauro" substitui uma outra operação da CIA denominada *Repunte-85*, desarticulada pelo Exército Popular Sandinista há três meses, que propunha a realização de atos terroristas, explosões de pontes, sabotagens e atentados em cinco cidades do país: Manágua, Chinandega, León, Matagalpa e Estelí. Para o comandante Borge, único sobrevivente dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), com os recentes ataques os "contras" pretendem "provar à administração do presidente Reagan que estão usando o dinheiro concedido para desestabilizar a Nicarágua".

No final de agosto passado, a Casa Branca anunciou a criação de um escritório denominado de "assistência humanitária", subordinado ao De-



Comandante Borge: "uma prova da desestabilização contra a Nicarágua" para Reagan

partamento de Estado, para administrar os 27 milhões de dólares de ajuda à contra-revolução nicaraguense. Ao longo dos últimos quatro anos, os Estados Unidos investiram 132 milhões de dólares para agredir a Nicarágua, por meio de grupos de mercenários. Esse esforço, no entanto, não só não teve o êxito esperado como também não tem o apoio da opinião pública norte-americana: uma enquete da revista *Newsweek* chegou à conclusão que 58% dos cidadãos consultados repudiam a ajuda de Washington à contra-revolução nicaraguense.



Bermúdez (esq.) e "Tigrillo", chefes da FDN em Honduras, em uma conferência de imprensa em Washington

necessidade de se elaborar um manual de guerra psicológica.

Ambos trabalharam durante duas semanas na redação do manuscrito, mas, quando o manual saiu da gráfica, Chamorro descobriu duas passagens que descreve como "imorais e perigosas". Uma reco-

mentava contratar criminosos profissionais; a outra era a favor de matar alguns "contras" para criar mártires. "Eu, particularmente, não queria ser convertido num mártir pela CIA em sua luta contra o comunismo internacional", admite Chamorro. Pouco a pouco, o ex-sacerdote compreendeu que os pontos de vista do chefe da CIA haviam mudado: antes, admirava a habilidade de Edén Pastora para atrair o campesinato; agora, descartava qualquer apoio a Pastora e se referia com grande admiração a Bermúdez. "Percebi — afirma o ex-dirigente contra-revolucionário — que tudo havia acabado para aqueles de nós que queríamos fazer dos 'contras' um movimento político democrático".

Semanas depois, Calero disse a Chamorro que este não podia mais trabalhar em Honduras. Chamorro retornou então a Miami, onde se incorporou a um comitê local da FDN. O ex-chefe de relações públicas percebeu, contudo, que, pouco a pouco, o cerco para isolá-lo de qualquer atividade política se estreitava.

Em outubro de 1984, *The New York Times* obteve uma cópia da versão original do manual de guerra psicológica, o que trouxe problemas para a administração Reagan e à CIA. Calero concluiu que Chamorro havia entregue a cópia do manual ao *Times*. A 20 de novembro, Chamorro recebeu uma carta em que a direção da FDN decidia, por unanimidade, exonerá-lo de todas as suas funções.

"Quando me juntei à contra-revolução, em dezembro de 1982, pensava que os Estados Unidos e a CIA queriam restabelecer as promessas originais da revolução sandinista. Agora, estou convencido de que a causa dos 'contras' — à qual entreguei dois anos da minha vida — não oferece à Nicarágua nada mais do que um retorno ao passado", conclui Chamorro. (*Horacio Castellanos Moya*) ●

O testemunho de Chamorro: peça chave em Haia

☐ "A contra-revolução recruta combatentes à força", afirmou perante a Corte Internacional de Haia, Edgar Chamorro, ex-líder da Força Democrática Nicaraguense (FDN), que há dez meses se desligou dessa organização.

Arrolado pelo advogado norte-americano Paul Richter, que representa a Nicarágua naquele tribunal, Chamorro é considerado uma peça importante no processo em que o governo presidido por Daniel Ortega acusa os Estados Unidos de intervir militarmente nesse país centro-americano.

Chamorro afirmou em Haia que as execuções

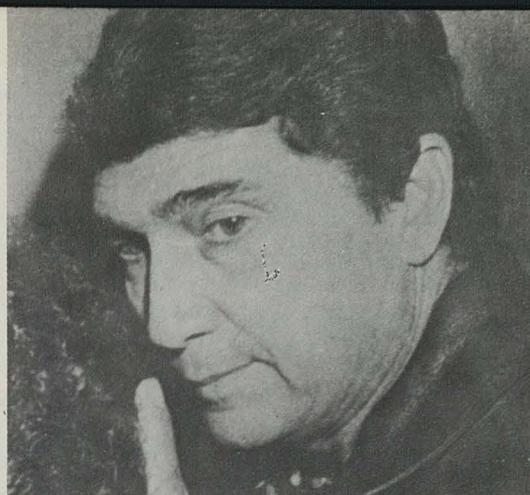
cometidas pelos grupos anti-sandinistas nas praças de pequenas cidades nicaraguenses foram um meio de pressão para obrigar os sobreviventes a aderirem às tropas mercenárias apoiadas pela Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana.

O ex-dirigente da FDN acrescentou em seu depoimento que a CIA o instruiu pessoalmente, da mesma forma que a outros líderes contra-revolucionários, sobre como pressionar parlamentares norte-americanos contrários à ajuda à agressão armada contra o regime sandinista, estabelecendo contatos com seus eleitores.

Chamorro denunciou ainda que os coronéis Oliver North e Ronald Lehman prometeram aos "contras", ano passado, que militares norte-americanos assumiriam a supervisão das ações subversivas e de sabotagem em território nicaraguense.



Orlando Bosch



Luis Posada Carriles

Duzentos mil dólares pelo “Mengele cubano”

A fuga de uma prisão na Venezuela, no dia 18 de agosto passado, do terrorista Luis Posada Carriles — autor de centenas de operações em várias partes da América Latina e mandante do atentado contra o avião da “Cubana de Aviação” que explodiu no ar com 73 pessoas a bordo — constitui outro exemplo do poder da CIA. Fontes fidedignas apontam que o sucesso da operação se deveu a um suborno de 200 mil dólares pagos aos responsáveis pela prisão de segurança máxima em que se achava Posada Carriles, como parte das verbas destinadas pela administração Reagan à “ajuda humanitária” aos contra-revolucionários nicaraguenses.

A explicação dada para o interesse em “resgatar” seu agente — a fuga tinha sido tentada sem êxito em várias ocasiões anteriores — estaria no fato de Posada Carriles ser um profundo conhecedor da América Central. No momento em que o governo norte-americano incrementa sua presença militar na região, agentes como Posada Carriles se tornam peças-chaves dos planos de desestabilização e das operações terroristas promovidas pela CIA e pelo Pentágono. Segundo diversas versões, enquanto se recupera para voltar à ativa, Posada Carriles poderia estar “descansando” no Brasil ou no Chile.

Conhecido em alguns círculos como o “Mengele cubano”, Posada Carriles foi o coordenador do grupo terrorista que a 6 de outubro de 1976 explo-

diu no ar o avião cubano procedente da Guiana, que se dirigia a Havana com escalas em Barbados e na Jamaica. Entre os passageiros — todos mortos no atentado —, estavam os integrantes da equipe campeã olímpica cubana de esgrima, além de jovens médicos guianenses e sul-coreanos. Duas poderosas bombas colocadas no banheiro da parte traseira do avião explodiram poucos minutos depois da decolagem do aeroporto de Barbados.

A fuga em agosto passado de Posada Carriles, autor intelectual do atentado contra um avião cubano é outra operação da CIA que viola a soberania de um país latino-americano

Junto com Posada Carriles, havia um segundo responsável direto pela autoria intelectual do atentado: Orlando Bosch, também ligado ao assassinato do ex-ministro chileno Orlando Letelier (ocorrido em Washington) e do general

chileno Carlos Prats (morto em Buenos Aires).

Os autores materiais do atentado contra o avião cubano, os fotógrafos venezuelanos Hernán Ricardo Lozano e Freddy Lugo, foram capturados no dia seguinte em Trinidad, onde haviam chegado, procedentes de Barbados. Ao confessar o crime, ambos denunciaram o envolvimento de Bosch e Posada Carriles, nacionalizados venezuelanos e participantes ativos da repressão política naquele país desde a década de 70, sempre se escudando em altos cargos policiais.

A polícia de Trinidad conseguiu provar que, pouco depois do atentado, Lugo e Lozano chamaram Caracas para avisar, em código, que a opera-

Uma boa "folha de serviços"

□ Orlando Bosch, casado com Adriana Delgado, uma chilena que, a julgar por suas declarações, também participa das atividades do marido, é médico de profissão. Desde o começo da revolução cubana, seu nome aparece vinculado ao "Movimento de Recuperação Revolucionária", cuja ação na província cubana de Escambray deixou um saldo de numerosos camponeses e alfabetizadores assassinados.

Bosch abandonou Cuba em 1960 e participou da formação do "Movimento Nacionalista Cubano", do qual se originou em 1968 o grupo terrorista "Poder Cubano", que realizou uma série de atentados contra a ilha.

Detido nesse mesmo ano nos Estados Unidos, foi condenado a dez anos de prisão, dos quais só cumpriu quatro, por suas ligações com a CIA e com o Pentágono.

Em 1974, viajou para o Chile, apoiado na influência do também cubano Guillermo Novo, acusado pelo assassinato de Orlando Letelier e com ativa participação em atividades repressivas do regime de Pinochet, na "Tríplice A" argentina e no regime de Somoza. Fundaram o Coru, que planejou várias ações de sabotagem, inclusive a do avião cubano em Barbados.

Bosch é acusado de ter participado dos seguintes assassinatos: do general chileno Carlos Prats (ex-ministro da Defesa do governo Salvador Allende) e sua esposa; do ex-chanceler chileno Orlando Letelier e sua assistente, Ronnie Moffit; do diplomata cubano na ONU Félix García; do técnico pesqueiro cubano D'Artagnan Díaz e dos representantes da comunidade cubana no exterior Carlos Muniz e Eulalio Negrin.

Ele também é acusado de ter participado dos atentados contra Bernardo Leighton, vice-presidente da Democracia Cristã chilena e de sua esposa, em Roma; contra Carlos Andrés Pascal Allende, na Costa Rica; e, em diversas outras oportunidades, contra diplomatas de Cuba, México e Inglaterra.

Em atividade desde a época de Batista

Luis Posada Carriles foi agente da polícia política do ditador cubano Fulgêncio Batista. Depois da queda do seu governo, incorporou-se, imediatamente, à contra-revolução. Ao ser descoberto, em 1961, se asilou na Argentina. Reapareceu mais tarde nos Estados Unidos, já como instrutor da CIA, especializado em pirataria marítima e membro do corpo de *rangers* do exército norte-americano.

Como especialista em explosivos e demolições, passou a dirigir em 1964 um acampamento de treinamento da CIA para membros do bando terrorista "Jure"; atuando, alternadamente, como chefe de operações militares dos bandos "Rece", "Comando L" e "Exército de Libertação", participou de inúmeros atos terroristas, inclusive de um atentado contra a vida do presidente Fidel Castro.

Em 1967, foi destacado pela CIA para a Venezuela, ingressando como chefe de capturas da Polícia Política (Digepol). Em 1971, já naturalizado venezuelano e membro do corpo de inteligência, fez parte do bando terrorista "Alfa 66", encarregado de eliminar o presidente cubano durante a sua visita ao Chile.

Em 1972, foi nomeado chefe de operações da polícia política da Venezuela e, dois anos mais tarde, ingressou na chamada "Ação Cubana", realizando mais de 20 atentados. Em 1976, quando foi fundado o Coru, passou a ser sua figura principal no país, executando, em seu nome, a explosão do avião da "Cubana de Aviação".

Também é acusado do atentado contra o embaixador cubano em Buenos Aires e do sequestro de dois funcionários da missão diplomática cubana naquela capital, os quais estão desaparecidos até hoje. É acusado, também, de ser responsável pelos atentados a bomba contra o Instituto de Estudos Brasileiros, do Centro Cultural Costa Rica e contra representações de Cuba, Bolívia, Panamá, URSS e Guiana, em Caracas, assim como contra a linha aérea panamenha, contra um navio soviético e o avião cubano em Barbados.

ção tinha tido sucesso. "O bicho caiu", disseram nesse comunicado. Tanto Lugo como Lozano confessaram ter recebido 25 mil dólares das mãos de Bosch, Posada Carriles e "seu contato" da embaixada dos Estados Unidos na Venezuela, Joe Leo, para explodir o avião.

O julgamento dos autores do atentado contra

o avião cubano é o mais longo e complexo realizado naquele país: já dura nove anos, durante os quais passou, sucessivamente, da justiça civil para a militar, sem que, até o momento, tenha sido dada a sentença definitiva.

Os interesses em jogo são muitos e poderosos. O procurador do Tribunal Militar que, em 1978,

pediu 30 anos de prisão para cada um dos réus, "por traição à pátria e homicídio", considerou-os "inocentes" em 1980, pedindo sua "total absolvição". Nesses dois anos, havia ocorrido a mudança de governo na Venezuela. O presidente social-democrata Carlos Andrés Pérez tinha transferido a faixa presidencial para o democrata cristão Herrera Campíns, mais próximo da linha política da Casa Branca¹.

Consta que as pressões da CIA não são alheias à mudança de atitude do procurador militar. A rápida reação do governo cubano, no entanto, (retirou seu pessoal diplomático de Caracas, deixando a embaixada em mãos do encarregado de negócios, decisão que na linguagem diplomática significa um passo prévio à ruptura de relações), impediu que se concretizasse a manobra para deixar em liberdade os quatro terroristas. Os acusados passaram para o tribunal civil para a "formulação das acusações".

Subornos e dinamite

"Este é um fato mais monstruoso que o próprio crime" — afirmou o presidente cubano Fidel Castro, quando o procurador solicitou a absolvição dos acusados. "Se, naquela ocasião, o crime foi realizado por terroristas enlouquecidos, agora quem comete o crime, fria e deliberadamente, é um Estado, o que é pior e de maiores consequências do que o crime em si".

Finalmente, o governo de Herrera Campíns reconheceu que as evidências de culpa dos réus eram muitas e decidiu continuar o julgamento na área civil. Mas, apesar de terem fracassado as tentativas de deixá-los legalmente em liberdade, a CIA não se deu por vencida: mudou de tática e recorreu novamente ao suborno e à dinamite. A 8 de agosto, Posada Carriles e Ricardo Lozano escaparam da prisão militar de "segurança máxima" do Quartel de San Carlos, vestindo uniformes de oficiais e utilizando a porta principal. As circunstâncias da fuga nunca foram esclarecidas, mas os fugitivos foram devolvidos às autoridades venezuelanas, 48 dias depois, quando tentavam se asilar na embaixada do Chile.

Em 1983, o partido Ação Democrática recuperou o governo. Em 1984, bombas de demolição derrubaram vários muros da prisão de La Planta, para onde os terroristas tinham sido transferidos. Mas a fuga se frustrou mais uma vez, porque parte da carga de dinamite não explodiu. Mas o plano de resgate de Posada Carriles teve êxito, fi-

¹ A prisão de Posada Carriles aconteceu durante a gestão de Carlos Andrés Pérez e, naquela época, a Justiça não se deixou subornar. Carriles jurou vingança contra o ex-presidente e, por isso, agora, em alguns círculos, teme-se por sua segurança.



Em 1976, explodiu em pleno ar um avião da "Cubana de Aviação": o terrorista Posada Carriles comandou a operação

nalmente, em 18 de agosto deste ano. O que as bombas de demolição não puderam fazer, a CIA conseguiu, gastando 200 mil dólares em suborno.

Bombas em câmaras fotográficas

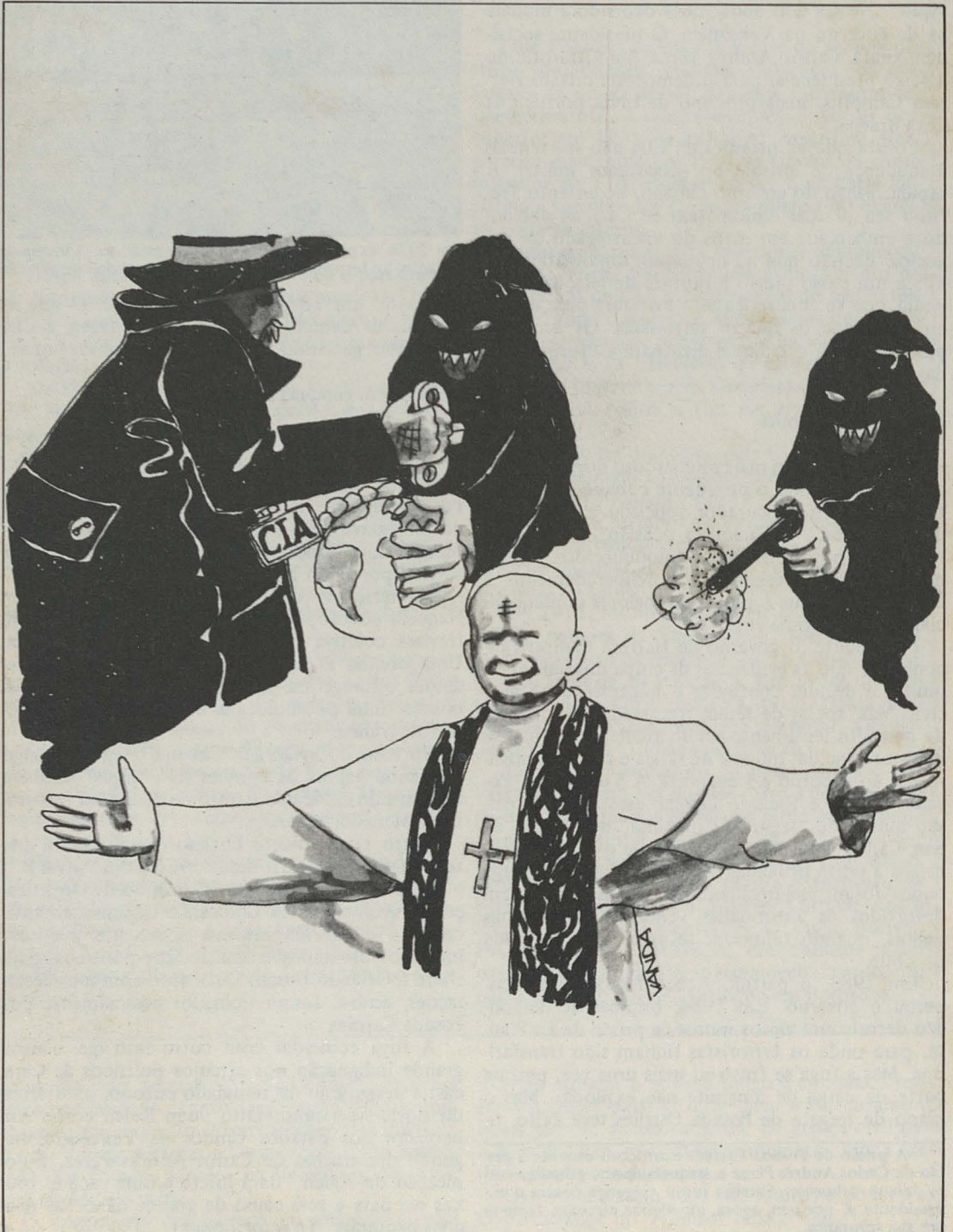
Tudo indica que a atual tarefa do terrorista e agente da CIA é assumir a direção das operações terroristas na América Central. As "técnicas" de Posada Carriles sempre foram usadas, mesmo quando ele estava na prisão. Os atentados, que constituem a sua "especialidade", são do tipo daquele sofrido por Edén Pastora — o "Comandante Zero" — em território da Costa Rica, no ano passado. Naquela ocasião, Pastora tinha convocado uma entrevista coletiva na fronteira com a Nicarágua. Uma bomba explodiu e matou vários correspondentes estrangeiros, ferindo gravemente outros. A bomba tinha sido colocada dentro de uma máquina fotográfica.

No caso do avião da "Cubana", segundo Lugo confessou depois, as bombas tipo "lápiz" também tinham sido colocadas dentro de máquinas fotográficas. Mera coincidência...

Tanto Lugo quanto Lozano reconheceram que trabalham para a CIA desde 1961 (com "nível B") e que participam do Coru (Comando de Organizações Revolucionárias Unidas), a organização anti-castrista conhecida internacionalmente por seus inúmeros atentados e assassinatos políticos, cujo chefe é Orlando Bosch. De acordo com suas declarações, ambos foram treinados pessoalmente por Posada Carriles.

A fuga coincidiu com outro fato que causou grande indignação nos círculos políticos de Caracas: a designação do refugiado cubano, naturalizado norte-americano, Otto Juan Reich como embaixador dos Estados Unidos na Venezuela. Segundo declarações de Carlos Andrés Pérez, a nomeação de Reich "dará início a uma caça às bruxas no país e será causa de grande dano nas relações bilaterais". (Héctor López)

Humor



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO

O LAR DAS
CORRES



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos Colônia de Férias | CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS